



Juliana Maciel Gonçalves

**Um estudo qualitativo sobre a circulação institucional de
adolescentes em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro:
percursos e percalços**

Rio de Janeiro
2018

Juliana Maciel Gonçalves

**Um estudo qualitativo sobre a circulação institucional de
adolescentes em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro:
percursos e percalços**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Saúde Pública, da Escola
Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na
Fundação Oswaldo Cruz, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Saúde Pública: Sociedade, Violência e Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joviana Quintes
Avanci

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Liane Maria Braga
Silveira

Rio de Janeiro
2018

Ficha Catalográfica

G635e Gonçalves, Juliana Maciel.
Um estudo qualitativo sobre a circulação institucional de
adolescentes em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro: percursos e
percalços / Juliana Maciel Gonçalves. -- 2018.
127 f.

Orientadora: Joviana Quintes Avanci.
Coorientadora: Liane Maria Braga Silveira.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola
Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

1. Sistemas de Apoio Psicossocial. 2. Adolescente
Institucionalizado. 3. Jovens em Situação de Rua. 4. Saúde da Criança
Institucionalizada. 5. Transtornos Relacionados ao Uso de
Substâncias. 6. Drogas Ilícitas. I. Título.

CDD – 23.ed. – 362.73098153

Juliana Maciel Gonçalves

**Um estudo qualitativo sobre a circulação institucional de
adolescentes em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro:
percursos e percalços**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Saúde Pública, da Escola
Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na
Fundação Oswaldo Cruz, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Saúde Pública: Sociedade, Violência e Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joviana Quintes
Avanci

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Liane Maria Braga
Silveira

Aprovada em: 31 de Agosto de 2018

Banca Examinadora

Sonia Dantas Berger
Universidade Federal Fluminense

Mirian Schenker
Fundação Oswaldo Cruz

Joviana Quintes Avanci (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz

Liane Maria Braga Da Silveira (Co-orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Aos meninos e meninas em situação de rua, que inspiraram reflexões e suspensões da “verdades” que conhecia. A cada criança, adolescente e jovem a quem a rua deu nome, pseudônimos, identidade. Aqueles que comigo dividiram suas histórias e confiaram relatos de toda ordem de afetações, confiando e dedicando esperança ao meu trabalho e à minha escuta.

À minha filha, que inspira novas reflexões e renova desejos e lutas, especialmente por uma sociedade mais justa e equânime.

A todas as mães cientistas que resistem.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, pela chance de continuar, não só por mim, mas por aqueles e aquelas a quem eu posso somar com uma existência com significados.

Aos jovens e profissionais que toparam compartilhar suas experiências e percepções, somando com importantes narrativas.

Ao meu marido, pelo investimento físico e emocional neste momento de suspensão de tantas outras prioridades.

A todos que investiram afeto a mim e à minha filha, cuidando e embalando minha pequena, em especial meus sogros.

Ao Ethos Guerreiro, com que tive o prazer de dividir essa experiência acadêmica e ao mesmo tempo a experiência da maternidade de maneira tão leve, divertida. Foi motivador ter bons momentos e afetos no percurso acadêmico.

Gratidão infinita às amigas, irmãs, companheiras de lutas e projetos. Carolina, pela indicação de leituras e revisão do texto. Andrea, Julia, Érica, Paula, Ana Carmem, Taís, Joana, Joane, Suzane, Beatriz por dividirem trabalho e contribuírem no meu processo de reflexão ainda no campo. E tantas outras que auxiliaram na execução deste trabalho.

Aos meus familiares, meus avós em especial por investirem no meu projeto educacional.

Às minhas orientadoras, Liane e Joviana, pela paciência e cuidado desde a delimitação do tema de pesquisa até a necessidade de pausa para um momento tão importante da minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a circulação institucional dos adolescentes em situação de rua no contexto do uso de drogas no município de Niterói/Rio de Janeiro. Situa a discussão a partir de referenciais teóricos sobre o fenômeno da população de rua de crianças e adolescentes, das questões suscitadas no contexto da exclusão social e da mobilidade, dos conceitos de “circulação” e “viração”, a caracterização da adolescência e dos serviços voltados a garantia dos direitos, proteção e cuidado com os mesmos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada no método etnográfico e realizada no município de Niterói, Rio de Janeiro. Participaram do estudo dois adolescentes em situação de rua e que fazem uso de drogas, e quatro profissionais que atuam na assistência e no cuidado desta população na rede do município citado. Os resultados mostram que existe falta de integralidade dos serviços destinados ao cuidado e proteção da população estudada, e ausência de constituição desses espaços enquanto "lugares" que considerem suas escolhas, suas urgências e sua subjetividade. Esses aspectos foram pontos cruciais e críticos nos processos de desvinculação dos adolescentes em situação de rua aos serviços pesquisados, questão característica dessa população. Os históricos de vida dos adolescentes em situação de rua demonstrou que, apesar de haver uma cobertura dos serviços nos territórios, a exclusão e a violência também se reproduziram nos espaços institucionais e se perpetuam nas experiências de rua. A partir da fixação nos territórios das ruas e da natureza da realidade vivenciada neste contexto, onde a transitoriedade impõe circular e "se virar" entre diferentes espaços, incluindo os institucionais, é possível refletir sobre o papel e o lugar das instituições atuantes na garantia de direitos e proteção desta população. Neste sentido, observou-se que, além das instituições serem constituídas enquanto pontos estratégicos dentro da lógica da "viração" e da circulação, a apropriação destes espaços, dada através da construção de vínculos e afetos é potencialmente capaz de interferir na lógica permanente da circulação, observada pela capacidade de perspectivar o futuro fora do âmbito das ruas.

Palavras chave: Rede de atenção à infância e adolescência, situação de rua, uso de drogas

ABSTRACT

This paper presents the trajectories carried out by street adolescents in the city of Niterói, RJ, focusing the discussion on theoretical references to the street population as a phenomenon and the context of social exclusion and mobility. We also focus on the characterization of adolescence and the services aimed at guaranteeing the rights, protection and care to the adolescents. We analyze their institutional trajectories, especially from the point of drug consumption, and identify the perceptions of professionals who work in the service network to this population segment, especially in relation to the current models of care and protection to childhood and adolescence. The analysis of the trajectories in the network showed that even in some services and institutions that had been accessed by the adolescents in their life previously to the street situation, the lack of integrality and the non-constitution of these spaces as "places"—even within community and territorial care services—were crucial points in the untying process, which is typical in this population. The life story of some street adolescents has shown that, despite the coverage of services in the territories before and after the connection with the street, exclusion and violence have also been reproduced in the institutional spaces and perpetuated in the experiences in the street. From the fixation in the territories of the streets and the nature of the reality lived in this context, where the transitoriness imposes to circulate and "get by" between different spaces—including the institutional ones—it is possible to reflect on the role and the place of the institutions acting in the guarantee of rights and protection for this population. In this sense, it was observed that besides the institutions being constituted as strategic points within the logic of "getting by" and circulation, the appropriation of these spaces, given through the construction of bonds and affections, is potentially able to interfere in the permanent logic of circulation, observed by the ability to forecast the future outside the scope of the streets.

Keywords: adolescent, people in street situation, drugs consumption

*Vamos, não chores.
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Mas a vida não se perdeu.*

*O primeiro amor passou.
O segundo amor passou.
O terceiro amor passou.
Mas o coração continua.*

*Perdeste o melhor amigo.
Não tentaste qualquer viagem.
Não possuis carro, navio, terra.
Mas tens um cão.*

*Algumas palavras duras,
em voz mansa, te golpearam.
Nunca, nunca cicatrizam.
Mas, e o humour?*

*A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros.*

*Tudo somado, devias
precipitar-te, de vez, nas águas.
Estás nu na areia, no vento...
Dorme, meu filho.*

Consolo na Praia- Carlos Drummond de Andrade

LISTA DE DIAGRAMAS

Figura 1: Movimentação dos adolescentes em situação de rua desde a infância.....	67
Figura 2: Padrão de circulação dos adolescentes em situação de rua.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CAPS-AD- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS

CAPSi- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL

CENTRO POP- CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

CNAR- CONSULTÓRIO NA RUA

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRCA- CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CREAS- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CT- CONSELHO TUTELAR

DST- DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ERIJAD- EQUIPE DE REFERÊNCIA INFANTO-JUVENIL PARA AÇÕES DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E DROGAS

HIV- VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA

HPJ- HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA

MDS- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PSR- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

SUAS- SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUS- SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

UAI- UNIDADE DE ACOLHIMENTO INFANTIL

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO.....	12
II- QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL	17
1- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO	17
2- A “CIRCULAÇÃO” E A “VIRAÇÃO” DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	24
3- A ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTO: O SUJEITO DE DIREITOS.....	27
4- SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E O TRABALHO EM REDE: POLÍTICAS E SERVIÇOS DE CUIDADO E PROTEÇÃO A ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIOS DE DROGAS	31
III- MATERIAL E MÉTODO	36
1- PARTICIPANTES	38
2- CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO.....	39
3- TÉCNICAS METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS DADOS	44
IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
1- AS HISTÓRIAS DE VIDA DE ARTUR E PAULO: NARRATIVAS DE TRAJETÓRIAS PESSOAIS E EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	48
2- OS PROCESSOS DE DESVINCULAÇÃO SÓCIO-FAMILIARES E A VINCULAÇÃO COM A RUA.....	54
3- COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E PARA O USO DE DROGAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM NITERÓI	59
4- O FUNCIONAMENTO EM REDE PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	61
V- TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS: PERCURSOS E PERCALÇOS PELA REDE	64
O HISTÓRICO INSTITUCIONAL	64
1.1- Processos de exclusão e violência institucional.....	71
1.2- Das vulnerabilidades na infância e adolescência ao consumo de drogas: cuidar do quê?	75
2- CIRCULAÇÃO E VIRAÇÃO: IDAS E VINDAS NOS TERRITÓRIOS.....	83
2.1- Sobrevivendo nas ruas: lidando com estigma e preconceitos.....	86
2.2- Se virando com as drogas	89
2.3- Entre afetos e demandas: “O corpo como lugar de protesto”	92
2.4- Andanças: a circulação pelos serviços nos territórios	98
2.5- Os fenômenos CRCA e CAPSi	102
3 - PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	109
VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116

I- INTRODUÇÃO

Essa produção textual acadêmica é fruto da minha inserção pela via do trabalho, no ano de 2014, num mundo completamente novo, duro e ao mesmo tempo produtor de desejos. Ao iniciar o trabalho de psicóloga num serviço de atendimento à população infanto-juvenil em situação de rua, fui afetada, surpreendida e capturada por inúmeras situações vivenciadas que me aproximaram cada vez mais de meninos e meninas cheios de histórias e experiências que comigo compartilharam. Dentre essas histórias e algumas constatações estavam os percursos realizados pelos mesmos desde muito cedo pelas instituições que formam a rede de proteção e garantia de direitos da infância e adolescência.

São quatro anos de convivência com crianças, adolescentes e jovens de quem testemunhei e vivi cenas de risos, de choros, de impactos, de desconstrução e de surpresas. Os mesmos dos quais antes eu desviava nas ruas, mudando minha rota para tentar chegar “segura” no campus universitário na época da graduação e que agora fazem minha “escolta” ou me advertem sobre por onde devo passar, dentre os diversos territórios da cidade, visando minha segurança. Meninas e meninos que ao contrário do que eu acreditava e que muitos assegurariam possuem vínculos, ainda que frágeis, com familiares, que conhecem e acessam as instituições, que refletem sobre suas condutas e que sonham com um futuro diferente em que trabalho, família e estudo fazem parte de um processo de reestruturação e reorganização à longo prazo.

Desde a época que atuei no extinto Centro de Referência da Criança e do Adolescente(CRCA), serviço similar ao do Centro POP, mas voltado exclusivamente para o atendimento do público infanto-juvenil, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, ou agora, nas vivências de acompanhamento dos casos pela Equipe de Referência Infanto-juvenil para Ações de Atenção aos Usuários de Álcool e Drogas(ERIJAD), equipe itinerante e intersetorial vinculada à Coordenação de Saúde Mental e à Secretaria da Assistência Social e Direitos Humanos também do município de Niterói, pude identificar a circulação de meninos e meninas em situação de rua pelos territórios e pelas instituições, assim como as suas diferentes demandas aos diferentes serviços.

No dia a dia institucional fui percebendo que o uso espontâneo dos serviços, na maioria das vezes, relacionava-se a necessidades próprias que escapavam às funções estritamente preconizadas pela função institucional dos espaços, e que as passagens pelas instituições

faziam parte das trajetórias de vida de muitos deles desde muito cedo, ainda na infância, mesmo antes de permanecerem em situação de rua.

Neste campo de atuação, foi possível verificar as diversas dimensões da vida que atravessavam a circulação dos usuários pelos dispositivos: o cuidado com a saúde (e com o corpo em geral), a garantia de direitos sociais básicos, a formação de vínculos afetivos, a proteção de situações de violência vivenciadas nas ruas e as experimentações de novas vivências sociais e trocas pessoais. Em meio a essas demandas o uso e a apropriação dos dispositivos institucionais dentro da rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente puderam ser percebidos enquanto apropriação temporária e pontual de acordo com as dinâmicas e as vivências relacionadas à situação de rua.

As observações feitas ao longo dessas experiências de trabalho, somadas ao arcabouço teórico presente no estudo da temática da circulação dos adolescentes em situação de rua, fomentado especialmente pelas obras de Gregori (2000) e Escorel (1999), aliados à problematização dos encaminhamentos e demandas relacionados ao consumo de drogas, me conduziram a propor que há uma circulação institucional realizada pelos adolescentes em situação de rua que integra os movimentos realizados em suas trajetórias por diferentes territórios.

Desde longa data, muitos adolescentes já acessaram inúmeros serviços disponíveis na rede, porém, mantiveram-se em situação de vulnerabilidade social e psíquica, indicando inúmeros percalços vivenciados ao longo de seus percursos institucionais. Considerando as inúmeras passagens pela rede de garantia de direitos e pela rede de proteção social, esses percursos institucionais dos adolescentes em situação de rua não são percebidos em sua complexidade pelos serviços. As trajetórias institucionais precisam ser tomadas como objeto de reflexão e conseqüentemente de intervenções.

Reconhecendo as trajetórias dos adolescentes pelos serviços, os recursos institucionais disponíveis necessitam dialogar com as demandas individuais deste grupo para que de fato haja o rompimento das condições de vulnerabilidade vivenciadas desde a infância.

Alguns serviços de saúde acabaram se tornando grandes receptores de encaminhamentos em função da questão do uso das drogas, e a proteção tem sido percebida vinculada à lógica da abstinência. Por estarem demarcados pela concepção biomédica de cuidado, de atenção e intervenção voltada ao consumo das drogas, os dispositivos partem da premissa combativa perpetrada pelo Estado diante da problemática (ALVES, 2009). Dado o

protagonismo da substância química e do seu uso, muitas intervenções se voltam para o cuidado com o consumo, em detrimento da utilização dos recursos disponibilizados pelas instituições enquanto estratégias de alcance dos usuários enquanto sujeitos em sua integralidade. (NICODEMOS, 2005)

As ações técnicas específicas de cada serviço, que visam promover o cuidado, a proteção e a garantia dos direitos diante da desproteção e das vulnerabilidades as quais os adolescentes apresentam pela situação de rua em si, se tornam obsoletas se descoladas da compreensão dos usos dos serviços e da escuta, que mais do que qualificada, necessita ser sensível.

Deste modo, o cuidado e a proteção promovidos pelos espaços institucionais precisam estar implicados pela percepção das demandas implícitas em meio aos pedidos, às falas, às cenas e mesmo ao modo como os adolescentes circulam entre os dispositivos e pelos diferentes territórios.

Ao percorrerem pelos serviços da rede sócio-assistencial no município de Niterói/Rio de Janeiro, numa circulação entre os diferentes territórios, nas ruas e nas instituições, os adolescentes buscam recursos, relacionamentos de confiança e rupturas com determinadas situações de violência e vulnerabilidade.

Estes movimentos de circulação, que Maria Filomena Gregori chama de “viração”, são caminhos em busca da sobrevivência, que se perpetuam e são alimentadas pela não maximização dos esforços institucionais para a transformação da realidade desses meninos e meninas. (GREGORI, 2000)

Segundo a autora, ainda que a trama institucional esteja colocada através da existência de inúmeros dispositivos em rede, a falta de fluxo e as disputas tecnopolíticas, acabam por cooperar para a manutenção da circulação e da situação de vulnerabilidade nos casos.

Além disso, as intervenções pautadas pelo contexto sócio-político e submetidas às lógicas da medicalização e da judicialização, ainda que importantes, são extremamente técnicas e frias, não percebem o caráter subjetivo das trajetórias institucionais realizadas pelos adolescentes em situação de rua enquanto processo de “viração” em suas características e funções.

As vivências nesta rede, bem como as vivências pelos espaços públicos, na família, na escola apontam para a formação de vínculos que se estabelecem, se desfazem e se refazem na medida em que esses jovens se movimentam. Entre as idas e vindas e a vinculação

institucional, Gregori (2000) explica que não há uma fixação nos espaços, tampouco relações permanentes. Para a autora, a circulação, que também acontece nos espaços institucionais tem como objetivo a própria “viração”, que representa a prática do adolescente em situação de rua “se virar” para sobreviver.

A partir do estudo com meninos e meninas de rua, Gregori (2000) explica que a “viração” se dá a partir da saída de casa. Da circulação forçada pelas instituições, através de demandas compulsórias de adesão aos serviços, à circulação pela necessidade ou pela vontade compulsiva de mudar, de deixar de estar e que constituem um ir e vir que incluem as instituições públicas. Essas, por sua vez, ali estão para a efetivação de ações efetivadas por um modelo social e político impregnado por símbolos.

Neste sentido, as trajetórias institucionais também se constituem enquanto vivências de viração, onde os serviços se apresentam enquanto pontos de acesso ao cuidado, à proteção e a inúmeras outras demandas. A busca institucional realizada pelos adolescentes em situação de rua e usuários de drogas, em particular no município de Niterói, extrapola a função preconizada tecnicamente, caracterizando-se, sobretudo, por uma trajetória institucional com um percurso subjetivo. Essas trajetórias, quando percebidas em seus aspectos subjetivos e práticos possibilitam a reflexão sobre o papel das instituições na conformação de históricos de vida.

Deste modo, o trabalho aqui apresentado se debruça na circulação institucional dos adolescentes em situação de rua no contexto do uso de drogas no município de Niterói/Rio de Janeiro, priorizando a compreensão do percurso subjetivo quando em circulação dos adolescentes pelas instituições. Extrapola, assim, uma abordagem que privilegia o tratamento e os agravos decorrentes do uso de drogas. Ao contrário, ao conceber a função dos recursos institucionais diante da circularidade e da singularidade das demandas de cada adolescente, busca-se retirar o foco das substâncias e do seu uso, e fomentar uma reflexão que garanta o protagonismo dos sujeitos e a construção de espaços institucionais que vão de encontro às solicitações subjetivas desse público, potencializando a capacidade protetiva e de cuidado.

Assim, enquanto pesquisa qualitativa, o objetivo principal deste trabalho é compreender a circulação institucional dos adolescentes em situação de rua na cidade de Niterói (RJ), no contexto do uso de drogas, mapeando o sentido de suas experiências em suas trajetórias nas instituições e conhecendo a visão dos profissionais que atendem esse público sobre a questão. Parte da compreensão dos processos dentro de um contexto sócio histórico e

da reflexão das vivências no campo de atuação profissional, aliadas às narrativas das experiências do contato institucional.

Como objetivos específicos deste trabalho, têm-se: (1) analisar as trajetórias institucionais dos adolescentes em situação de rua no contexto do uso de drogas; (2) conhecer a percepção dos profissionais envolvidos na rede de atenção e proteção em relação às trajetórias institucionais desses adolescentes; (3) identificar os modelos de intervenção vigentes nas instituições de atenção e cuidado integral por onde os adolescentes em situação de rua, no contexto do uso de drogas, circulam; e (4) analisar como estes modelos dialogam com as experiências de circulação institucional de adolescentes em situação de rua no contexto das drogas. Trata-se de focalizar na apreensão das experiências dos adolescentes em situação de rua que vivenciam trajetórias institucionais em que o consumo de drogas serve como pano de fundo na construção de demandas.

Portanto, é importante o reconhecimento e a análise dos percursos realizados pelos adolescentes na rede tanto de atenção à saúde, na rede psicossocial e na rede de proteção social para entender o processo de apropriação das ruas e de reapropriação institucional. É preciso reconhecer as distintas funções institucionais, tanto enquanto dispositivos técnicos e preconizados por normativas e políticas públicas, e valorizar os aspectos subjetivos referentes às demandas apresentadas pelos adolescentes em situação de rua e suas potencialidades na efetivação da garantia dos direitos.

Essa abordagem possibilita discutir a problemática colocada não só pelas drogas, mas pela condição da situação de rua e suas singularidades, favorecendo o conhecimento de trajetórias institucionais a partir da experiência do uso dessas substâncias e dialogando com as experiências de circulação institucional dos adolescentes em situação de rua.

Assim, o presente estudo poderá dar subsídios para que as políticas públicas e os atores envolvidos considerem a necessidade de abordagens mais integras junto ao adolescente no contexto de droga e em situação de rua, especialmente considerando seus aspectos subjetivos e sociais, além dos atravessamentos das intervenções institucionais diante destes aspectos. De tal modo, será possível repensar o lugar institucional, considerando que há uma lógica da circulação estratégica estabelecida pelos usuários do segmento das ruas e com funções que extrapolam demandas por ações meramente tecnicistas, capazes de promover rupturas necessárias para a mudança de seus destinos, doravante traçados pela lógica circular.

II- QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

1- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO

A população em situação de rua é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social como:

[..] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Existem diversas fontes históricas que informam a existência dessa população em diversas sociedades desde a Idade Média, mas enquanto fenômeno social, ganha relevância no debate público a partir dos anos 1970, quando houve registros de pessoas sem ganho financeiro habitando os centros urbanos das grandes cidades, para os quais a designação de “mendigos” foi atribuída. De lá para cá essa nomenclatura foi entrando em desuso sendo substituída pelo termo “pessoa em situação de rua”. (VARANDA E ADORNO, 2006)

A classificação enquanto “pessoa em situação de rua” está relacionada com a permanência e a cronificação desta condição. Nela, estão implícitas as diferentes circunstâncias entre “estar na rua, recentemente”, “ficar na rua, circunstancialmente” e “ser da rua, permanentemente”. (ADORNO e VARANDA, 2004)

Apesar de algumas classificações se restringirem à questão da residência, como no caso dos EUA, onde o termo *homeless* implica a ausência de moradia, que coaduna com a perspectiva do o *SDF*(*Sem Domicílio Fixo*), utilizado na França (Ibidem, p. 59); no Brasil, a identificação das pessoas em função da situação de rua inclui outras configurações que abrangem também os que pernoitam na cidade ou em construções abandonadas, bem como os que pernoitam em abrigo (ADORNO e VARANDA, 2004).

O termo “população em situação de rua” expressa a situação do sujeito em relação à rua, e não apenas a condição de não possuir uma casa. Trata-se de uma categoria social complexa e que por isso mesmo desafia as políticas públicas perante a complexidade de demandas que esse grupo populacional apresenta. (IBID)

Esta população ocupa e faz uso, em especial, dos territórios dos grandes centros urbanos como espaço de sobrevivência. Mesmo que as apropriações física e subjetiva do espaço público sejam evidentes, por quebrarem os contratos sociais que determinam comportamentos e modos de existências hegemônicos, a grande maioria vivencia um regime de invisibilidade e de não pertencimento social.

Enquanto fenômeno, o aumento deste grupo populacional representa um sinal das mudanças sociais, políticas e econômicas emergentes nas últimas décadas no Brasil e um problema mundial relacionado ao desenvolvimento das grandes metrópoles. Deste modo, sua conceituação se vincula às discussões sobre a exclusão social, a violência, a cidade e o território. Sua organização, seus modos de vida e os circuitos desenvolvidos para garantir a sobrevivência também são temas de necessária discussão.

Ainda que inclua o conceito de pobreza, a exclusão social também implica o conceito de desigualdade. Para além do viés da distribuição de renda a exclusão se refere às impossibilidades impostas a determinados grupos sociais em função de suas características socioculturais. Nesta linha, os grupos considerados como minorias são impedidos de gozar de sua plena cidadania. Complexificando a definição dada pela impossibilidade de inserção no mundo produtivo e da capacidade de consumo, há um modo de conceber a exclusão que se marca pela inexistência de perspectivas e de pertencimento social. (SCOREL, 1999)

Para Castel¹ (1991 apud SCOREL,1999, p. 530), a exclusão social pode ser pensada a partir de interações mutáveis que ocorrem em processos não periféricos, mas de dentro para fora, tornando o termo exclusão impreciso. A noção econômica-ocupacional da exclusão social proposta pelo autor implica um conjunto de relações da sociedade como um todo, não sendo entendida como ausência de relação social, mas na produção da categoria de marginalização, em que a configuração de margem implica uma alternância dos chamados excluídos dentro e fora do tecido social. A exclusão pode ser percebida como “marca profunda de disfunção da sociedade que assume uma multiplicidade de formas e que se caracteriza por um processo simultaneamente temporal, espacial e social”.

Os modos de vida nas ruas invertem a lógica de organização social que diferencia e estabelece modos distintos de utilização entre os espaços privados e os públicos. É preciso

¹ CASTEL,R.De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précaritédu travail et vulnérabilité relationnelle. In: DONZELOT, JACQUES (ORG.) *Face à l'exclusion- le modelefrançais*.Paris: Ed Spirit, 1991. P.137-168.

recorrer à Da Matta² (1991 apud ESCOREL, 1999) para explicar esse processo que descreve as diferenças entre as esferas do público e do privado, daquilo que é “próprio da casa” e do que é do âmbito da rua.

Apesar dos espaços públicos estabelecerem relações de certa transitoriedade entre essas esferas, sendo possíveis intercâmbios; no domínio da casa estão localizadas as relações pessoais através de laços de família e de afetos onde os indivíduos possuem certa complementaridade entre si. Enquanto na rua, o indivíduo é livre e em tese deveria ter iguais direitos perante os outros, suas referências relacionais acabam por se perder. Numa individualização extrema, são indivíduos com história e referências desconsideradas, realizando no espaço público aquilo que é próprio dos espaços de intimidade de uma casa (DA MATTA, 1991 apud ESCOREL, 1999).

Ocupar a rua em substituição a casa transgredir o ordenamento que define as diferenças entre público e privado, o que coloca os indivíduos no patamar do desvio. O que é concebido como ato desviante pelos transeuntes, pela realização de ações do privado no cenário do público, significa para o transgressor a satisfação de necessidades básicas e vitais. (IBID)

Portanto, o ato desviante não está contido em si próprio. Segundo Becker (2008), seus praticantes, no caso aqui, a população em situação de rua, são denominados *outsiders*. Em seu estudo sobre as relações sociais que compõem modos de vida reconhecidos como desvio, esse autor não categoriza a ação por si só e valoriza o julgamento exercido dentro das relações de interação entre diferentes grupos, a saber, os dominantes e os desviantes (BECKER, 2008).

A cidade e os seus territórios acolhem diferentes modos de existência, ainda que contraditórios. A condição de viver, de morar na rua, aponta para outra subjetivação produzida pela e na cidade. A população em situação de rua demonstra esta diversidade ao se fixar em lugares estabelecidos como de passagem ou de outro tipo de apropriação, instituindo como territórios de pertencimento, de vivências de intimidade, de relações e apropriações subjetivas. Neste modo de vida subversivo, se evidencia a coexistência de duas cidades num mesmo território. Uma mesma cidade pode compor muitas outras sob a perspectiva de diferentes olhares sobre ela e, assim, diferentes significados podem lhe ser conferidos. (SENNETT, 1997)

Podendo ser entendida pelo viés político, urbanístico, econômico, cultural ou simplesmente pelo olhar de quem nela habita, a cidade representa um espaço de circulação

² DA MATTA, R. *A casa & a rua*. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro, 1991.

onde as pessoas se movimentam, mas também de apropriação. Para Pagot (2012), ela é resultante do trabalho social coletivo, onde se materializa a história de uma sociedade, suas relações sociais, políticas, religiosas e econômicas.

O território de uma cidade pode ser definido pelos limites espaciais, como um meio físico e geográfico, mas também como o plano onde a vida das pessoas se desenvolve e onde se estabelecem relações. É onde acontece a vida cotidiana, contendo em si uma dimensão subjetiva, na medida em que ele é apropriado e produzido em diferentes versões que “coexistem”, “se coproduzem” e “que convivem” entre si (BRASIL, 2014). A sua materialidade e as relações que nele se produzem, apresentam a sua complexidade especialmente no que diz respeito às relações sociais e de poder estabelecidas num determinado espaço. Rocha e colaboradores (2009) acreditam na inseparabilidade da relação território-natureza-sociedade, e que a dinamicidade das intervenções humanas sobre o território cria e recria significados em torno da apropriação dos recursos disponíveis.

Sobre as dinâmicas relativas ao território, Milton Santos (2012, p. 55) afirma que as dinâmicas das relações sociais transformam os espaços “intermediados pelos objetos naturais e artificiais”. O território pode ser definido como a base das relações humanas nos âmbitos do trabalho, da residência, das trocas e da vida, ou o espaço em que determinada população faz uso, produzindo uma relação de pertencimento. Nessa lógica de coexistência, entendida como “esquizofrênica” para Milton Santos, o território acolhe a ordem vigente, sendo ao mesmo tempo o lócus de produção de uma “contra-ordem”, gerada pela insubordinação à racionalidade hegemônica, e promovendo uma fragmentação.

Assim, os territórios, ainda que singulares, são os espaços que realizam e revelam o mundo, tornando possível “historicizá-lo” e “geograficizá-lo”. Sua dimensão relacional torna-o “o local concreto da realidade da vida coletiva”, onde se expressa a relação natureza e sociedade e onde as desigualdades se apresentam (KOGA, 2003³ apud ROCHA et al, 2009, p 331). Deste modo, duas cidades podem coexistir num mesmo território, ainda que exista apenas uma reconhecida discursivamente.

O território acolhe a diferença onde as contradições se apresentam. Deste modo, apesar das premissas da organização, da fluidez e do progresso, é possível encontrar a pobreza, miséria e exclusão numa mesma cidade. Nos múltiplos espaços e territórios apropriados da cidade podem ser feitos diferentes usos, dinâmicas podem ser estabelecidas e

³ KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, Cortez, 2003.

circuitos podem ser desenvolvidos em busca de recursos.

As trajetórias de quem vive nas ruas envolvem técnicas de neutralização em relação à percepção de sua presença nos espaços para os transeuntes. Também de agregação em grupos de pertencimento e de identificação na rua, de escolha de lugares com mínima infraestrutura ou ao menos seguro para o repouso, além da intervenção de uma rede de sobrevivência composta por entidades que fornecem recursos mínimos, tanto da sociedade civil quanto do Estado. (ESCOREL, 1999)

Viver na rua aumenta a vulnerabilidade desse grupo por conviver com situações de violências, preconceito, invisibilidade social, dificuldade de acesso a políticas públicas, alimentação incerta, pouca disponibilidade de água potável, privação de sono e afeição e a dificuldade de adesão a tratamento de saúde. Dados do Ministério da Saúde apontam que os problemas de saúde mais recorrentes entre essa população são específicos e relacionados ao seu território de vida: problemas nos pés, infestações, DST/ HIV, gravidez de alto risco, doenças crônicas, consumo de álcool e drogas, saúde bucal e tuberculose. (BRASIL, 2008)

Em 2004 o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) havia incluído em sua agenda a formulação de políticas públicas específicas para população em situação de rua, posteriormente consolidada com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008). Um marco no reconhecimento da População em Situação de Rua foi a instituição da Política Nacional para População em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, em 2008 (LOPES, 2014).

Dentre os objetivos desta Política, pode se destacar o acesso, que se assegura em seu sentido amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Os problemas de saúde da população em situação de rua são específicos e relacionados ao seu território de vida. Diante da relação estabelecida no e com o território pressupõe um olhar integral à saúde, a adaptação à sua dinâmica temporal, relacional, de trabalho e de moradia, e a concepção de que a rua se trata do *setting* onde o cuidado também deve acontecer. (BRASIL, 2014)

A Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2011) realizada em 75 cidades brasileiras identificou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua, das quais 59,1% dormem na casa da família (pais, parentes ou amigos) e desenvolvem alguma atividade remunerada na rua, 23,2% dormem em locais públicos (calçadas, viadutos, praças, rodoviárias, etc.), 2,9% dormem temporariamente em instituições de acolhimento e 14,8% circulam entre esses espaços. Ela pôde definir o perfil da população infanto-juvenil brasileira, destacando-se majoritariamente por adolescentes (na faixa etária entre 12-15 anos), de sexo masculino. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011)

Outros dados fundamentais que se destacam na pesquisa estão relacionados à convivência e vínculo familiar em que a grande maioria mantém algum vínculo familiar (mesmo aqueles que não moram com a família) e a privação dos direitos básicos, destacando-se as situações de violência e abusos no âmbito doméstico, a evasão escolar, a precarização da rotina alimentar e o desenvolvimento de atividade remuneradas (IBID).

No caso de crianças e adolescentes em situação de rua, a rua se caracteriza enquanto espaço de substituição ao espaço doméstico, no qual se ordenam as práticas cotidianas, as relações sociais e a identidade. A expressão “meninos de rua” se torna emblemática para designar a condição de estarem “fora do lugar”, passando parte considerável de suas vivências nas ruas das grandes metrópoles. (GREGORI, 2000, p.15)

Gregori disserta que apesar da vivência nas ruas ser um fenômeno presente desde tempos remotos, as circunstâncias da urbanização e da pobreza, que condicionam situações de miséria e violência, tendem a traduzir as conjunturas que efetivam esta situação. No caso de crianças e adolescentes existe uma tendência à responsabilização das famílias na produção de vulnerabilidades e na desproteção em relação à garantia dos direitos fundamentais. Porém, nem as dinâmicas familiares, tão pouco as condições de pobreza e de miséria podem explicar por completo a incidência da população de rua infanto-juvenil.

Rizzini e colaboradores (2003) discutem conjuntura social e política em que os chamados meninos de rua ganham visibilidade no Brasil se dá num contexto de crise e transição política e econômica que gerou profundas desigualdades sociais e econômicas. Nesta conjuntura, movimentos sociais começaram a questionar os motivos para o surgimento

deste fenômeno e quais as respostas políticas o Estado disponibilizava para proteger e auxiliar as camadas mais pobres e jovens da população⁴.

A partir das primeiras pesquisas voltadas para o estudo de camadas populares no Brasil nos anos 80, o fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua começa a chamar a atenção. A designação “meninos de rua” surge então na diferenciação dos “menores institucionalizados”. Com a categorização dessa população, as pesquisas sociais que buscavam compreender o fenômeno, já na década de 90, dão conta de que os “meninos de rua” não se encaixavam necessariamente na categoria de “menores abandonados” como se sustentava até então, visto que muitos mantinham algum vínculo com suas respectivas famílias e que essas não eram “desestruturadas”. (RIZZINI et al, 2003)

O termo considerado ultrapassado, “meninos de rua”, abarca diversas categorias como: idade (incluindo além de crianças, jovens entre 13 a 18 anos), gênero (que inclui ambos os sexos) e diferentes usos da rua (desde a permanência recreativa para passar o tempo, para a prática de atividades remuneradas, até a permanência total nos espaços públicos ou que poderia se dizer “dormir nas ruas”). (RIZZINI, 1997)

Com a progressiva evolução da consciência da proteção da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos especialmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o termo “criança e adolescente em situação de rua” ganha força e enfatiza o movimento

(...)entre suas casas, as ruas e as instituições, em busca de proteção e de um lugar onde se sintam pertencentes, sendo diversos os fatores que determinam os processos excludentes que afetam a vida de cada uma destas crianças e suas famílias.(RIZZINI et al, 2003)

4

Para melhor compreender o cenário das crianças pobres no Brasil, entre outras obras, ver "*Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura* de Maria Rosilene Barbosa Alvim; Licia do Prado Valladares

2- A “CIRCULAÇÃO” E A “VIRAÇÃO” DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao analisar os movimentos migratórios da população em situação de rua, Escorel (1999) associa a pobreza e as situações de vulnerabilidade ao processo de constante movimentação. Estes movimentos estão representados a partir de expressões como “se virar” e “correr atrás” enunciados por Gregori, pelos quais o trânsito de crianças e adolescentes pelas ruas expressa a recusa em permanecer em espaços miseráveis e violentos. Os percursos dessa população nas ruas seriam uma “insurreição infanto-juvenil” contra as condições de vida a eles imputadas que se associam às características próprias da adolescência. (SILVA E MILITO, 1995⁵ apud ESCOREL, 1999)

A relação entre a situação de rua e pobreza não explica por completo a incidência da população de rua infanto-juvenil. A mobilidade pela cidade também passa pela mobilidade entre espaços de vivências familiares, instituições e territórios da rua. Gregori (2000) introduz o conceito de circulação para descrever esses processos de idas e vindas entre diferentes espaços, onde circular se refere a não fixação, mas também a possibilidade de retorno.

A rua é o espaço da imprevisibilidade, da insegurança e da vulnerabilidade. Para sobreviver nas ruas é necessário movimento, pois “moram nas ruas, mas aí não encontram lugar fixo e próprio”. Nessa constante reformulação de territórios, que enunciam um não lugar no mundo, as trajetórias de desvinculação, apresentadas por Escorel (1999) para delinear os processos de exclusão social, são percorridas. Nelas, os laços afetivos e recursos materiais são frágeis e a sobrevivência requer a “viração”, que representa a prática do “se virar” para a sobrevivência (GREGORI, 2000, p. 250).

A dinâmica de ir e vir, e entrar e sair começa pela interação fora do núcleo familiar. Longe da convivência com os genitores, a circulação começa no trânsito entre a casa de parentes, acolhimentos institucionais e a convivência com pelo menos um dos pais, ainda na infância. Esse fenômeno que acontece em determinada camada social, se estende ao âmbito escolar, até que se mantenha na lógica das ruas, onde se reproduzem as redes de sociabilidade perdidas nas outras esferas primárias. (GREGORI, 2000)

A autora, ao apresentar o conceito de “viração”, coloca que o problema posto pela situação de rua dos meninos e meninas incide sobre a concepção ocidental sobre o que é a

⁵ SILVA, H.R.S. e MILITO, C, *Voices do meio-fio: etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995.

infância e a adolescência. Ainda que sejam categorias representadas em diversas outras culturas, é no Ocidente que se associa à dependência e à guarda pela família nuclear. Na falta do sistema familiar, é cunhado ao Estado o papel de guardião e de interventor, sob a vigilância da sociedade. (GREGORI, 2000)

O destino desses adolescentes tutelados pelo Estado são as instituições “socializadoras”. Os serviços de acolhimento institucional e o sistema socioeducativo são os principais espaços a que estes meninos e meninas são encaminhados e onde os mesmos passam a ter o convívio regular, assim como é preconizado pelo ECA, por estarem em situações qualificadas enquanto risco social. Contudo, numa visão crítica, é possível estabelecer os riscos e as vulnerabilidades como consequentes das muitas iniquidades presentes na pobreza e na violência, sem que tal relação se estabeleça de modo determinista de causa e efeito.

As trajetórias dos adolescentes passam pela mobilidade entre espaços de vivências familiares, instituições e territórios da rua. Para essas dinâmicas, Gregori (2000) introduz o conceito de circulação, onde descreve os processos de idas e vindas entre diferentes espaços, em que circular implica não fixação em nenhum desses pontos, e a possibilidade de retorno de acordo com as necessidades impostas pela vida nas ruas.

Para Gregori, a circulação, que também acontece nos espaços institucionais, tem como objetivo a “viração”, que representa a prática do “se virar” para a sobrevivência. A partir do estudo com meninos e meninas de rua, a autora explica que a “viração” se dá a partir da saída de casa e a apresentação das primeiras necessidades a serem supridas neste contexto de vulnerabilidade e violação de direitos básicos (IBID).

É na prática da “viração”, em função da sobrevivência, que os meninos de rua circulam, sem fixação nos locais e sem relações permanentes, transitando inclusive por diversos órgãos e instituições em busca da proteção, cuidado e sobrevivência, e permanecendo muitas vezes na circularidade das ações. Ficam, assim, condenados à permanência eterna do status de “meninos de rua”. (IBIDEM)

A circulação pelos espaços institucionais e o endereçamento de demandas distintas por parte dos adolescentes constituem um modo de existência e de funcionamento em busca de uma sociabilidade que os confira algum pertencimento. A manutenção de um “não lugar”, produzido pela transição por esses espaços é importante para a sua definição enquanto sujeitos e definem a lógica da circulação. O “não lugar”, abordado por Marc Augé (1994) pode ser

utilizado para fazer referência a não simbolização dos espaços e instituições percorridos por esses adolescentes enquanto lugares identitários. O autor de referência realiza a distinção entre “não lugares” e “lugares antropológicos” que expressam a relação concreta e simbólica em relação ao território, de modo que o segundo se distingue do primeiro por estabelecer relações identitárias, relacionais e históricas.

Os espaços de circulação pelos adolescentes em situação de rua e que fazem uso de drogas podem ser concebidos, segundo Augé, tanto como “lugares antropológicos” (que reconhecem que a experiência dos indivíduos se vincula aos espaços, percorridos e habitados, à sua cultura e à sua história), quanto como “não lugares” quando perdem seu sentido e sua utilização. (AUGÉ, 1994, p.13).

Neste ponto, a circulação entre os espaços institucionais reproduziria a lógica da viração num ir e vir em busca de recursos, numa experiência com sentido. Numa saga em busca de recursos, circulando e se virando, vínculos se estabelecem e se rompem e os espaços institucionais podem se tornar, ora pontos de referência e identificação, ora lugares onde se devem manter distância.

Ao estudar alguns prontuários institucionais, Gregori (2000) encontra uma relação de vinculação com as instituições, além de indícios de laços afetivos com a família e também da rua como lugar de sociabilidade e de sobrevivência. Circulando entre esses lugares em busca de recursos diversos, permanecem numa transitoriedade em busca de alguma referência e lugar no mundo.

Descrever os fenômenos da circulação e da “viração” para a compreensão das trajetórias institucionais dos adolescentes em situação de rua, sob a ótica de Gregori(2000) permite contextualizar os usos e desusos dos territórios e serviços e suas implicações na conformação dos percursos de vida dos mesmos.

3- A ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTO: O SUJEITO DE DIREITOS

Com a modernidade ocidental, dá-se início à cronologização do curso da vida individual em faixas etárias para, de maneira objetivista e naturalista, caracterizar e determinar comportamentos dos indivíduos. Essa cronologia da vida propiciou o aparecimento de diversos saberes científicos sobre estágios da vida, políticas públicas voltadas para grupos de faixas etárias e intervenções no campo da lei no sentido de proteger e cuidar das possíveis vulnerabilidades associadas a cada fase da vida

A própria constituição da sociedade moderna, com instituições como o Estado, a escola e o direito, assentou-se “no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida”, que se manifestaram através do “engendramento de mudanças e institucionalizações na rede social no período moderno, o que se configurou também como um solo fértil para a objetivação das idades”. (GROPPO, 2000⁶ apud GUARESCHI, 2012, p.263)

No mundo contemporâneo, a noção de idade enquanto um “encadeamento contínuo” em conjuntura ao estabelecimento das instituições sociais e políticas passa a ser uma marca que situa o indivíduo no mundo, como marcadores identitários registrados simbolicamente na cultura, produzindo diferenças, classificações, agrupamentos e organizações. (IBID, 2012).

A partir do estabelecimento das idades e da ideia de transição para uma maturidade, os saberes produzidos pelas ciências humanas e sociais fomentaram ao Estado a constituição de instituições, balizadas sob a premissa da fragilidade, voltadas à proteção e ao diagnóstico, intervindo na potencialização das capacidades desses indivíduos.

Tomada por esses princípios científicos, a infância passa a ser caracterizada enquanto modalidade homogênea e a adolescência determinada enquanto estágio de fragilidades e favorável à aquisição de males de toda ordem. Faz-se, então, necessárias a vigilância e a regulação social desse grupo através de controles morais, políticos e científicos. Assim, as instituições passam a regular e legitimar modos de vida e de ser dos adolescentes, através do discurso da valorização do cuidado e do controle (GUARESCHI, 2012).

A adolescência então pode ser considerada como:

...fase de transição, composta por um conjunto de etapas normatizadoras que conduziriam progressivamente em direção

⁶ GROPPPO, L.A. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

ao mundo adulto em uma sequência linear em que a sucessão e a ordem das etapas a serem percorridas estariam ligadas à certeza do projeto dessa modernidade. (GROPPO, 2000, apud GUARESCHI, 2012, p. 262)

Partindo dessa construção histórica moderna sobre a adolescência, inúmeros pressupostos, teorias e discursos passam a operar. No campo científico, existem estudos de diferentes categorias e áreas do conhecimento que se debruçam sobre as temáticas que envolvem esse grupo.

Para Andrade (2007), adolescência é a fase do desenvolvimento humano localizada entre as fases da infância e adulta, marcada por transformações físicas, mentais, sociais, dentre outras. Trata-se de um período de instabilidades em que as transformações físicas, que ao mesmo tempo que causam desconforto, são promotoras de surpresas e recompensas. A velocidade de tais transformações produz um deslocamento para o lócus intermediário entre o mundo da infância e dos adultos, ou seja, para um lugar indefinido.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), a adolescência é compreendida dos 12 até os 18 anos de idade. (BRASIL, 1990) Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) diferencia adolescência e juventude, compreendendo duas faixas, a primeira dos 10 aos 19 anos, e a segunda dos 15 aos 24 anos (BRASIL, 2010). Essas definições das fases do desenvolvimento por faixas etárias são delimitadas por uma concepção médica e biológica, mas as significações sociais também são relevantes ao contribuir para os processos de subjetivação, que dão significados aos aspectos biológicos e às transformações desse período da vida.

A caracterização da fase da adolescência é muito complexa e para sua definição existem diferentes parâmetros. Tradicionalmente, este período é marcado historicamente e socialmente por conflitos, instabilidades, rebeldia, além das mudanças físicas, psicológicas, sexuais, emocionais e sociais. Silva e colaboradores (2015) enfatizam a compreensão da adolescência construída socialmente, com significados conferidos pelos grupos de pertencimento.

Diante das especificidades dos adolescentes, muitos teóricos apontam a fase como marcada pelas descobertas, pela instabilidade emocional e pela transição. Alguns autores da área da saúde ainda consideram que a vulnerabilidade, devido à fragilidade e à dependência dos adultos, tornam os adolescentes submissos aos ambientes físicos e emocionais a que estão

inseridos. (FONSECA et al, 2013)

Schenker et al (2011) apontam para a ruptura do vínculo do “cordão umbilical” nesta fase. Comportamentos como a extrema curiosidade, individualização, valorização de grupos de amigos e conduta rebelde representam a maneira como realizam o movimento de busca de novas sensações e independência.

Considerando os conflitos e os processos de subjetivação inerentes a esta etapa da vida é possível refletir sobre os aspectos de vulnerabilidade diante de situações de violência, pobreza extrema e conflitos intrafamiliares que comumente são observados nos históricos de crianças e adolescentes em situação de rua.

Nessa perspectiva, a adolescência não é uma categoria homogênea e, em diferentes camadas sociais, as vulnerabilidades e as condições de sofrimento podem ser compreendidas e encaradas de diversas maneiras. Assim, a compreensão desta fase requer considerar o adolescente enquanto sujeito histórico e social, bem como suas vulnerabilidades.

Schenker e Cavalcante (2015) conjecturam que a vulnerabilidade não deve ser compreendida apenas pelas condições de desigualdade social ou escassez de recursos materiais, mas sobretudo pelas desvantagens enfrentadas por alguns grupos em diferentes aspectos como a fragilização de vínculos de pertencimento, a violência, a ausência dos direitos fundamentais, baixo rendimento escolar e falta de perspectivas, por exemplo. Deste modo, a vulnerabilidade não está associada a fatores naturais e inerentes apenas a fatores de desenvolvimento, mas por relações sociais.

No contexto das vulnerabilidades, Silva e colaboradores(2015) destacam que o adolescente pode buscar o alívio, proteção e bem-estar relacionados à situação de estresse através de substâncias psicoativas. O consumo abusivo e dependente de drogas em adolescentes é um tema complexo de discussões e envolve uma multiplicidade de fatores a serem considerados em que pese especialmente o campo das relações afetivas fragilizadas, a violência e a inconsistência dos vínculos de socialização primária, como o da família (SILVA et al, 2015).

No caso de adolescentes em situação de rua, Adorno⁷ (1997/1998) coloca a possibilidade do uso de substâncias estar associado à própria circulação dos sujeitos em situação de rua, enquanto atividade que exerce uma função de identidade e que possibilita

⁷ ADORNO, R. C. F. *Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens nas classes populares*. In: LERNER, J. (Ed.). *Cidadania, verso e reverso*. São Paulo: Imprensa oficial do estado. 1997/1998.

abrandar os sofrimentos oriundos da fome e da privação através de instantes de prazer oferecidos pelas drogas, além de ser produtora de circuitos e andanças (ADORNO, 1997/1998 apud RAUP E ADORNO, 2011).

4- SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E O TRABALHO EM REDE: POLÍTICAS E SERVIÇOS DE CUIDADO E PROTEÇÃO A ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIOS DE DROGAS

Após aderir à Convenção sobre os Direitos Humanos da Criança, o Brasil assumiu o compromisso de respeitar e garantir os direitos das crianças e adolescentes no que diz respeito à sua sobrevivência, dignidade e de seu pleno desenvolvimento sem violência. A partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi criado um Sistema de Garantia de Direitos com vistas a garantir os direitos e a sua restauração, nos casos de violação. Sendo composto por instituições do poder público, pelas famílias e pela sociedade civil, que agregam múltiplos esforços para a efetivação.

O ECA defende a garantia de todos os meios que possibilitem o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes (art. 3º), reconhecendo a necessidade de intervenção também sobre os meios sociais que produzem condições propícias, ou não, para esse pleno desenvolvimento.

A família, a escola e a comunidade são âmbitos da vida social que promovem relações importantes e que devem ser cuidados para que as diferentes formas de violência e violações não sejam impeditivas para o desenvolvimento das capacidades humanas na infância e na adolescência. (DESLANDES e ASSIS, 2015)

Esse Sistema de Garantia de Direitos consolida a formação de uma Rede de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por, além das famílias e da sociedade civil organizada, serviços de diferentes instâncias do poder público, a saber: saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, justiça, planejamento, orçamento, relações exteriores e promoção da igualdade e respeito à diversidade. (CONANDA, 2006)

Para cumprir seu papel protetivo, faz-se necessário a articulação setorial e intersetorial para a atuação das instituições em rede. Por rede entende-se como um padrão organizado descentralizado e democrático para a tomada de decisões, flexível e dinâmico nas relações, democrático e sem concentração de poder (OLIVEIRA et al, 2006; apud CARVALHO, 2012).

Segundo Muraro (2008), as características fundamentais de rede são: flexibilidade, diversidade, horizontalidade, multiliderança, corresponsabilidade, compartilhamento,

autonomia e sustentabilidade, permitindo o compartilhamento de objetivos, procedimentos, intercâmbios e vínculos horizontais de interdependência e complementaridade.

A Rede de Proteção, Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente organiza o trabalho entre as instituições de maneira que os serviços sejam capazes de atuar de forma articulada e intersetorial, potencializando a execução da política de atendimentos e de garantias dos direitos. (CARVALHO, 2012)

O ECA apesar de ser uma política universal para toda e qualquer criança e adolescente requer a conceituação das diferentes realidades, tendo em vista a complexidade dos diferentes contextos em que eles vivem. No caso de adolescentes em situação de rua, se fez necessário direcionar o trabalho, frente às atuais políticas voltadas para a infância e adolescência, incluindo o próprio ECA, através das normativas presentes nas Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, publicada em 2017, dando visibilidade ao fenômeno e suas complexidades.

Considerando a população infanto-juvenil enquanto:

Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros.(CONANDA, 2017)

A partir das suas deliberações e orientação frente ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, estabelece atenção especializada nas instituições de acolhimento considerando as peculiaridades desta população, a criação de parâmetros nacionais que orientam o trabalho dos educadores sociais de rua, cria diretrizes metodológicas transversais para as políticas de assistência social e o cuidado e procedimentos específicos para mulheres e adolescentes mães usuárias de crack/outras drogas. (IBID)

O trabalho em rede deve incluir o cuidado diante das questões emergentes, como as que circundam o consumo de drogas de adolescentes, tendo em vista toda a relevância do caráter protetivo diante das vulnerabilidades produtoras e produzidas pela relação com as substâncias.

Na conjuntura de transformações nesta faixa etária que envolve a adolescência, a iniciação do uso de substâncias psicoativas é comum. Estudos epidemiológicos sobre o consumo de álcool e outras drogas, realizados tanto no Brasil quanto em outros países, apontam que comumente a iniciação acontece nesta fase da vida (MARQUES e CRUZ, 2000). É grande a prevalência do uso abusivo de substâncias psicoativas nesta fase da vida e chama a atenção à demanda de estudos na área da saúde quanto ao perfil destes usuários, buscando a elaboração e implementação de ações preventivas e combativas.

Diante da complexidade da temática referente ao uso de drogas e da existência de práticas médicas e jurídicas relativas ao seu consumo, muitas políticas públicas e lógicas de trabalho institucionais foram conformadas e legitimadas com a finalidade da regulação e do combate ao consumo. Apesar do tema das drogas ser objeto de diversas políticas públicas, especialmente no campo da saúde e mesmo ainda sendo tratado no campo do proibicionismo, o consumo das substâncias ilícitas atinge um número expressivo, configurando-se numa questão que abrange diversos campos de saber e de políticas públicas a nível global. (RAUP E ADORNO, 2011)

No contexto das medidas e ações públicas no campo das drogas é possível perceber que os arranjos para lidar com o tema no caso do Brasil incidem sobre a gestão da vida dos usuários de drogas, seja através de intervenções principalmente na área da saúde quanto na da segurança pública, mas também em outros setores governamentais. Segundo Alves (2009), o debate que envolve os modelos de atenção à saúde tem se problematizado e adequações das práticas e dos processos de trabalho têm se realizado à resolução dos problemas de saúde da população.

Em 2001, no campo da saúde mental, implementou-se uma regulamentação dos direitos das pessoas com transtornos mentais e usuárias de álcool e outras drogas através da Lei nº 10.216 de 2001, reorientando quanto aos cuidados dessas pessoas, cunhada pelos ideais da Reforma Psiquiátrica. Em 2002, houve a criação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), com a premissa da determinação de ações de redução de danos.

Um pouco mais tarde, em 2004, ao considerar as proporções de pessoas atingidas pelo consumo de álcool e drogas no Brasil e os seus graves efeitos, o tema é estabelecido como grave problema de saúde pública e o Ministério da Saúde cria a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (BRASIL, 2004). Em 2005, mais uma vez há uma reorientação no modelo de cuidado através do relatório do Ministério da Saúde sobre a

Reforma Psiquiátrica no Brasil e Política de Saúde Mental. (BRASIL, 2005)

Inicia-se uma valorização da subjetividade do usuário e dos contextos sociais, históricos, políticos e econômicos através de uma abordagem mais complexa sobre a questão, rompendo com as abordagens reducionistas - biomédica e criminal.

Contudo, a partir da entrada do crack e a incidência do seu uso concomitante aos danos sociais e de saúde de seus usuários, novos contornos são dados às políticas públicas, inicialmente pautadas na problematização da questão das drogas, na regulamentação e no proibicionismo, aliadas à ideia de ameaça à ordem social, danos à saúde e violência. (RAUP e ADORNO, 2011)

Na contramão do discurso anti-drogas, especialmente após a entrada do crack, as práticas apontadas tanto pela Reforma Psiquiátrica (2001) quanto pela Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, em 2004, permitem a reflexão sobre os manejos de cuidado. No que diz respeito à adolescência, o cuidado e a atenção devem estar pautados na singularidade não apenas dos sujeitos, mas da própria faixa etária, que costuma apenas ser relacionada às vulnerabilidades e às fragilidades (GARCIA et al, 2014).

Nas abordagens com crianças e adolescentes existem poucos tratados específicos e trechos em documentos oficiais. No documento produzido pelo Ministério da Saúde intitulado “Marco Legal - saúde, um direito de adolescentes o uso e o abuso do álcool e de outras drogas”, as substâncias aparecem como protagonistas na produção de situações de vulnerabilidade, destacando a violência, acidentes, gravidez sem planejamento, transmissão de doenças, dentre outros agravos. Apontam também para a gravidade do problema que não se restringe apenas ao consumo e suas consequências diretas sobre o corpo biológico (BRASIL, 2005).

No caso dos adolescentes, há uma interdependência entre os contextos individuais, familiares, educacionais, grupais e comunitários relevantes tanto na concepção dos riscos quanto da proteção referente ao uso prejudicial das drogas (SCHENKER e MINAYO, 2005). Revelando a demanda pelo agenciamento intersetorial e conectado à conjuntura social e cultural das abordagens referentes ao uso de drogas.

No caso das políticas públicas para o enfrentamento da questão das drogas na adolescência, é possível encontrar no âmbito intersetorial estratégias de apoio e cuidado que atravessam os campos da Assistência Social, Conselhos Tutelares, Saúde e Saúde Mental.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência

Especializado (CREAS), do Sistema Único da Assistência Social, bem como os conselhos tutelares, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), CAPSad, ambulatórios e hospitais de urgência e emergência, do Sistema Único de Saúde, são exemplos de equipamentos que integram a rede intersetorial no território que atendem crianças e adolescentes.

Embora nem todos os dispositivos estejam disponíveis em função da demanda do uso de drogas, especialmente quando está associada às vulnerabilidades pertinentes à situação de rua, eles se constituem como recursos importantes diante das relações desses adolescentes enquanto sujeitos dentro do laço social. Recursos estes, quando constituídos pelas demandas próprias de cada sujeito ou ainda que acessados de maneira compulsória por intermédio dos atores envolvidos na rotina diária desses adolescentes (escola, família) e outras instâncias de poder (conselho tutelar, judiciário), podem ser constituídos como espaços de cuidado.

Ainda que a questão das drogas possua respaldo político com instituições e equipes voltadas ao cuidado diante do uso prejudicial das substâncias, o trabalho voltado para crianças e adolescentes e situação de rua ainda se configura como um desafio. Considerando as particularidades das vivências em torno deste consumo justamente pelas condições que a vida nas ruas os impõe, as cenas de uso coletivos costumam ser os espaços que lhes garantem certa acolhida e uma gama de interações sociais e ganhos secundários.

Em meio às diretrizes voltadas para a efetivação do cuidado integral de crianças e adolescentes em situação de rua fica clara a necessidade da atuação dos diversos setores públicos e do teor intersetorial do trabalho. Especialmente diante das necessidades oriundas do uso de substâncias, se reconhece os aspectos que criam demandas tanto de saúde quanto sociais, em que as ações devem integrar os dois sistemas (SUS e SUAS). (CONANDA, 2017)

III- MATERIAL E MÉTODO

O caminho metodológico desta pesquisa é resultado de minhas implicações com o tema da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua pelas instituições desde minha inserção no trabalho com essa população. Nessa inserção no campo, através de conversas formais e informais surgiram algumas questões, reflexões e inquietações que me provocaram a constituir um objeto de estudo em torno dessa população e uma hipótese: a de que os adolescentes em situação de rua que ali conheci circulam desde longa data por várias instituições de diferentes setores e níveis de intervenção, conformando um percurso institucional marcado por percalços que os mantém nessa lógica circular sem romper com a condição de vulnerabilidade que viver nas ruas implica. Becker (1994, p.44) sustenta que na pesquisa sociológica o objeto nada mais é do que “a vida social na qual estamos todos envolvidos”, na qual a formulação das hipóteses traduz as reflexões sobre as experiências pessoais do pesquisador.

Neste caminho percorrido sob a orientação do método etnográfico, ainda que pouco pudesse entender sobre o quanto minha presença no campo de trabalho na época já se tratava de uma inserção no campo de pesquisa, foi através das relações de trabalho e seus desdobramentos em relações de confiança e de diálogos em que pude escutar, presenciar, falar e enxergar, que realizei importantes observações que resultaram na formulação da hipótese.

Fonseca (1999) alerta que na pesquisa qualitativa com método etnográfico, muitas orientações sobre a técnica podem truncar o trabalho, gerando entraves e produzindo distanciamento do pesquisador enquanto ser social, especialmente para aqueles que se inspiram nas pesquisas sócio-antropológicas. No meu caso, ainda que sem nenhuma pretensão metodológica ou menos ainda acadêmica, o contato com os sujeitos, no caso, adolescentes em situação de rua, foi mais do que uma relação entre informantes e pesquisador, mas de uma relação que se estabelecia já dentro do contexto pesquisável que deu origem a este trabalho.

A presença dentro de um serviço no qual os adolescentes se inseriram enquanto mais um ponto de circulação dentro de suas trajetórias de andanças pelos diferentes territórios, conformou uma relação entre observadora (eu) e nativos (eles), ambos inseridos num determinado contexto sócio-histórico.

Tendo em vista a complexidade, a historicidade e as experiências subjetivas em torno do objeto em questão neste estudo qualitativo trata-se da apreensão das experiências dos adolescentes em situação de rua que vivenciam trajetórias institucionais em que o consumo de

drogas serve como pano de fundo na construção das demandas atuais nos serviços.

Para Martins (2004, p.290), a pesquisa qualitativa “aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.”

A abordagem qualitativa permite a aproximação da vida individual e coletiva, que em sua complexidade e riqueza não pode ser medida quantitativamente (MINAYO, 2006). Deste modo, requer do pesquisador capacidade de integração e análise, diretamente relacionadas com a experiência, a intuição e a imaginação do mesmo para conferir aos dados coletados significados coerentes (MARTINS, 2004).

Na pesquisa social, como coloca Da Matta (1991), existe uma relação complexa entre os sujeitos investigador e investigado, pois não se trata de uma coleta documental, mas sim a elaboração de novos documentos a partir dos relatos apresentados pelos investigados. Desobjetificando os envolvidos, tratando-os enquanto sujeitos do conhecimento da história.

Fonseca (1999) destaca a importância de situar os sujeitos num contexto histórico e social antes de extrair qualquer tipo de conclusão, em que conhecer o lugar social dos sujeitos da pesquisa se torna essencial para que a análise do particular possa gerar dados gerais, cuidando para que cada caso não se limite a interpretações pessoais e subjetivas, mas que possibilitem compreender os processos de forma ampliada.

Portanto a pesquisa social necessita ir além da descrição. Através da interpretação decifra códigos por meio do diálogo com os chamados “nativos”, buscando entender o que acontece no meio do acontecimento, contextualizando sua relação com o mundo social.

[...] ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis(GEERTZ, 1989, p.31).

Segundo Geertz (1989) a antropologia é uma construção na qual se apresentam os relatos dos pensamentos vigentes em um dado momento sócio-histórico. A análise da cultura requer a interpretação na busca pelos significados, os quais o homem está amarrado em suas teias, que ele próprio criou, sendo necessário o esforço intelectual do observador através de uma descrição densa. Os dados coletados se baseiam nas construções dos sujeitos, e o pesquisador reifica o discurso social, transformando um acontecimento em relato e o que é dito, que se exterioriza intencionalmente, se constitui num enunciado.

1- PARTICIPANTES

Os sujeitos da pesquisa são aqueles que estão diretamente envolvidos com o tema da pesquisa, a saber, os adolescentes em situação de rua e que fazem uso de drogas, e os profissionais que atuam na assistência e no cuidado desta população na rede de saúde e de assistência social do município de Niterói, Rio de Janeiro.

A partir do que Minayo (2006) e Deslandes et al (2009) colocam sobre a “boa seleção” dos sujeitos e dos casos a serem incluídos em estudo qualitativo, foram estabelecidos dois grupos: (1) adolescentes ou jovens em situação de rua há mais de cinco anos de ambos os sexos na faixa etária de 15 a 19 anos, com histórico de acompanhamento por mais de dois anos pela equipe da Erijad, que tenham passado pelo Conselho Tutelar I e que frequentam ou já frequentaram o CAPSi; e (4) profissionais que atendem os adolescentes em estudo há pelo menos dois anos em diferentes serviços e com competências distintas.

Tanto a faixa etária quanto o período de inserção nos serviços de saúde mental foram estratégicos para que fosse possível obter informações relevantes ao tema da pesquisa, neste caso, o mapeamento das trajetórias institucionais dos adolescentes submetidos à lógica da proteção diante da vulnerabilidade e risco social que estão atrelados à faixa etária desse grupo.

Dentro deste perfil foi possível identificar, através da minha inserção no campo, quais adolescentes cujo histórico institucional apresentavam a vinculação a outros serviços disponíveis na rede de atenção e proteção à criança e ao adolescente no município. Porém, tendo em vista a dinamicidade das relações nas circunstâncias das ruas, realizei percursos que pudessem possibilitar acessar os principais sujeitos da pesquisa e deparei-me com alguns percalços metodológicos e éticos que dificultaram a obtenção de dado através da entrevista.

No caso de adolescentes a serem entrevistados, se fazia necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos responsáveis. Contudo, a maior partes dos adolescentes viviam nas ruas sem um adulto responsável e a possibilidade de contato e assinatura de um documento poderia potencialmente afastá-los da minha presença, já que, como característica, se consideram bastante autônomos em relação ao poder parental. Outra dificuldade foi estabelecer, previamente, dias e horários para as entrevistas. Optou-se, então, por entrevistar dois jovens do sexo masculino, um de dezoito e outro de dezenove anos, prescindindo da necessidade da autorização dos responsáveis para a participação na pesquisa. Mais de um encontro foi necessário para coletar as informações necessárias.

Em relação à inserção dos profissionais entrevistados, foram selecionados

estrategicamente os que atuavam em serviços relevantes com a população infanto-juvenil em situação de rua no município, entre os quais estão: o CAPSi, principal dispositivo da atenção psicossocial; o Consultório na Rua, o principal ator na rede de saúde que atua diretamente com a população em situação de rua nos territórios e produtor de encaminhamentos na rede; a Erijad, pelo seu trabalho intersetorial e de acompanhamento dos casos; e o Conselho Tutelar, por ser o principal agenciador na garantia de direitos, produzindo encaminhamentos e respondendo judicialmente por esses casos.

O principal critério de seleção destes profissionais foi a maior vinculação com os casos que envolvem crianças e adolescentes em situação de rua. No caso do Conselho Tutelar o profissional foi um conselheiro.

2- CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Como abordado anteriormente, o campo de estudo dessa pesquisa parte dos serviços de cuidado e proteção social de adolescentes em situação de rua da cidade de Niterói, município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A cidade possui alto índice de desenvolvimento humano já tendo sido rankeada como a segunda com maior média de renda familiar, ter sido classificada como a cidade que concentra a população mais rica do Brasil.

A população infanto-juvenil em situação de rua que vive em Niterói caracteriza-se por ser majoritariamente proveniente de outros municípios e atualmente permanece sem a atenção especializada por parte das equipes da Assistência Social, que hoje conta apenas com o serviço de atenção especializada para a população adulta (Centro POP). A concentração dessa população, que até 2015 se dava no centro da cidade, atualmente está no entorno de importantes cenas de distribuição e uso de drogas no município, com um notável afastamento da região central e de seus respectivos serviços.

Ao longo de quase quatro anos tenho observado as relações, as vivências e os contatos institucionais dos adolescentes em situação de rua em Niterói desde a minha entrada profissional no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua em 2014 no extinto CRCA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente), equipamento de proteção especial da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município que funcionou entre 2013 a 2015 e que referenciava, cuidava e encaminhava crianças e adolescentes, antes atendidas pelo CentroPOP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua). Logo em seguida passo a integrar a equipe da Erijad(Equipe de Referência Infanto-juvenil para Ações de Atenção aos Usuários de Álcool e Drogas)onde me tornei uma das

referências para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua pelo qual tenho a possibilidade de também observar a entrada dos mesmos nos diversos serviços da rede.

A partir do trabalho como psicóloga, vivenciei o desafio das políticas públicas no campo da infância e adolescência em garantir direitos, especialmente para grupos populacionais marcados pela vulnerabilidade social, pela pobreza extrema, pela violência e pelo estigma. Tais fatores conferiam aos meninos e meninas em situação de rua a ausência de espaços de vivências cotidianas que assegurassem a dignidade, a receptividade para suas demandas e as experiências que os permitissem ampliar suas perspectivas de vida para além das ruas. Pude também experimentar outras formas de observação e escuta que se expandiram para além dos sujeitos, mas também para os contextos sociais e políticos que produziam discursos coletivos e individuais que incidiam sobre a realidade objetiva e também psíquica dos meninos e meninas que atendi e ainda atendo. Neste ingresso à realidade da infância e adolescência nas ruas enquanto psicóloga debruzei-me sobre questões subjetivas individuais e coletivas que se conectavam à conjunturas macro, a saber, as histórias de vida pessoais e percursos coletivos dessa população marcados pela experiência da ausência de políticas públicas efetivas na prática que dessem conta da pobreza, violência e dignidade humana dos meninos e meninas e suas famílias. Deparei-me com a necessidade de uma escuta ampliada para que efetivasse uma clínica também ampliada que garantisse cuidado em suas formas diversas, escutando não só meninos e meninas em situação de rua, mas também os discursos a seu respeito.

A inserção no campo no momento anterior à coleta de dados, entre 2014 e 2015, funcionou como uma etapa exploratória que antecipava à entrada no campo propriamente dito enquanto pesquisadora, sob a orientação do método etnográfico. A etnografia requer investimento de tempo para a observação empírica, para conversas informais e entrevistas formais, as quais foram facilitadas pela minha relação de trabalho com a população da qual me debruço neste trabalho. Assim, minha observação e coleta de dados inspirada na etnografia se deu a partir da compreensão de que os dados obtidos não se restringiam apenas ao conteúdo manifestado através das entrevistas, visto a riqueza de informações presentes no campo, para além das entrevistas propriamente ditas.

Apesar da minha aproximação com o campo ter se dado desde o meu primeiro contato com a população infanto-juvenil em situação de rua e com as instituições que os atendem, a observação do campo a partir dos referenciais teóricos e das questões suscitadas por este

contato prévio puderam elucidar informações que não são obtidas pelo método da entrevista, desde as documentais até comportamentais. A conjuntura pessoal, cultural e histórica dos sujeitos pode oferecer subsídios para “reestoriar os relatos e outras informações obtidas de forma que se construa algum tipo de estrutura para posteriormente inserir a história em uma sequência cronológica”. (MUYLAERT, 2014, p.197)

É preciso salientar que a rede de proteção social que atende a população estudada inclui instituições da assistência social, entre os quais estão os serviços de acolhimento e o CREAS, além dos serviços de saúde em seus diferentes níveis de assistência e dos serviços de segurança pública no sentido de garantir a integridade desses sujeitos de direito. No último ano (entre final de 2016 e 2017), o CAPSi passou a se destacar na rede de serviços, colocando-se como estratégico no recebimento de encaminhamentos. Assim, na cidade, este serviço passa a integrar o circuito de vida de crianças e adolescentes com alto nível de vulnerabilidade social.

Muitos adolescentes em situação de rua costumam ser encaminhados para os serviços de saúde mental, inclusive de internação, para o cumprimento de medidas socioeducativas, através de encaminhamentos da justiça nos casos de conflito com a lei (quando o consumo de drogas é identificado). Algumas ações conjuntas entre diferentes setores como assistência social e segurança pública, igualmente, faz dos encaminhamentos para os serviços de saúde e saúde mental, também com respaldo da justiça, uma prática comum a partir da problematização do uso de substâncias químicas.

Algumas dessas ações, como a última de que se tem notícias em que uma ocupação foi desmontada, repercutiu de maneira bastante negativa junto à população de crianças e adolescentes em situação de rua, tendo sido compreendida como uma prática “polícialesca” pelos mesmos, e higienista por parte de muitos profissionais, produzindo grande fragilização nas relações entre a população alvo e os atores da rede diretamente envolvidos com a ação.

A consequência desta ação foi a dispersão momentânea de crianças e adolescentes no território e sua concentração em grupo, proveniente do forte vínculo entre os indivíduos e da relação com o uso de drogas. Assim, muitos adolescentes passaram a circular no entorno do CAPSi e, a partir das intervenções dos demais serviços, foram encaminhados para o acompanhamento no local.

O panorama observado é de que há um grande desafio para o cuidado desta população nos serviços de saúde mental. Além da maneira como os adolescentes são apresentados ou

encaminhados aos mesmos, a recepção deles nos serviços, especialmente no CAPSi não é sem impacto, pois pelas características próprias desta população, suas demandas trazidas escapuliam ao que tradicionalmente o cuidado por parte dos serviços de saúde mental se ocupa, onde majoritariamente autistas e psicóticos são acompanhados.

Para os adolescentes, o CAPSi passa a integrar para além de um espaço de escuta, acompanhamento e convivência, um espaço para atividades cotidianas de higiene, descanso, alimentação, proteção e o desenrolar de muitas relações entre pares, com a equipe e com os demais usuários do serviço. Assim, para o uso do espaço foram formalizados dias específicos de atendimentos para meninos e meninas em situação de rua para que se alimentem, tomem banho, estejam na convivência do espaço e realizem atividades. Mas, em geral, os mesmos costumavam aparecer em dias não acordados trazendo importantes demandas de proteção e contenção quanto ao uso de drogas. Chegavam também muitas vezes sob o efeito de drogas e mesmo portando o “thinner”, um solvente que produz um rápido efeito entorpecente.

Com a maior adesão e frequência desses meninos e meninas no CAPSi, passo a frequentar este espaço e estabelecer contatos mais próximos com os mesmos dentro e fora do serviço. Para a coleta das entrevistas estive muitas vezes e sem sucesso no local, quando, apesar de não realizar as entrevistas previstas, possibilitou-me coletar importantes dados ao perceber a inserção, as relações e os usos realizados naquele espaço.

Os dias no CAPSi oscilavam entre muito movimentados com inúmeras demandas como banho, aquisição e escolha de roupas, lavagem de roupas usadas, alimentação, curativos, atendimentos e brigas entre si ou confusões com outros usuários e familiares do CAPSi; dias em que os adolescentes não conseguiam entrar por estarem sob forte efeito do uso de drogas; dias em que dormiam profundamente, não sendo possível muitas intervenções nem minhas e nem da equipe; e ainda dias em que sequer chegavam ao serviço.

Pude perceber os usos e as semelhanças nas relações ali estabelecidas em relação ao que já vivenciei na época do CRCA. Percebi que muitas das demandas eram as mesmas, demandas iniciais de cuidado com o corpo, com a higiene e saúde, mas também de contenção e redução de danos frente ao uso prejudicial de drogas, proteção contra a violência e as vulnerabilidades relacionadas à exposição por habitarem espaços públicos, por terem afetos conturbados, a necessidade de mediações de conflitos entre os pares ou mesmo o descanso. Essas percepções e as reflexões resultantes das observações do dia a dia institucional também se conectam com o momento político e institucional que produzem ordenamentos, práticas e modelos de intervenções nos serviços.

O CAPSi foi estratégico para a coleta formal das informações com os adolescentes. Apesar disso, a coleta não foi simples, pois mesmo conhecendo o espaço e estreitando as relações com a equipe, os tempos que orientavam a dinâmica do trabalho eram permeados pela dispersão e intensificação do uso de drogas, pelos momentos de agitação e de cansaço, levando-os ao afastamento do serviço ou ao sono coletivo e profundo, impossibilitando o diálogo.

Uma das minhas atribuições profissionais também era a participação no evento “Ocupa Praça”. Um movimento de apropriação dos espaços públicos pela população infanto-juvenil em situação de rua e também de resistência diante das dificuldades de acesso aos serviços no território, revelando a falta de lugar institucional para esse público, incluindo o próprio CAPSi, abrindo caminho para a integração deles na convivência institucional e interpessoal.

O “Ocupa Praça” além de se tornar mais um espaço de observação importante sobre a apropriação dos espaços, também se tornou um observatório de relações múltiplas, já que, através de sua legitimidade e força passou a integrar diferentes serviços e públicos. Era aberto a todos os usuários do CAPSi (incluindo os adolescentes em situação de rua), bem como aos demais usuários da rede de saúde mental do município e suas famílias, à comunidade e à academia, através de um projeto de extensão universitária vinculado à Universidade Federal Fluminense.

Apesar disso, a coleta não foi simples, pois mesmo conhecendo o espaço e estreitando as relações com a equipe, os tempos que orientavam a dinâmica do trabalho tinham momentos de dispersão e intensificação do uso de drogas que os afastavam do local, momentos de agitação e momentos de cansaço que os levava a um sono coletivo e profundo em que se tornava difícil a coleta dos dados. Com essas dificuldades foi possível formalizar duas entrevistas formais, lembrando que já havia permanecido em observação no campo estudado e, portanto, havia vivenciado várias conversas com os meninos e meninas em análise.

É importante contextualizar que os serviços dos quais os profissionais entrevistados estão inseridos são os que no momento da pesquisa recebem demandas de crianças e adolescentes em situação de rua, ainda que não façam parte do atual circuito de muitos e que ao longo das trajetórias conhecidas dessa população foram espaços que já mantiveram fortes relações com os mesmos.

3- TÉCNICAS METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS DADOS

Atrelada à observação de campo e com a finalidade de dar fala aos sujeitos envolvidos na pesquisa, a técnica da entrevista foi utilizada, seguindo a ideia de que as falas podem traduzir os acontecimentos a partir das experiências dos sujeitos (JOVCHELOVICH e BAUER, 2002). A entrevista é instituída enquanto técnica largamente utilizada na pesquisa social, tendo como uma de suas definições a “conversa com finalidade”. Na entrevista semi-estruturada, há a possibilidade de que o entrevistado se pronuncie sobre o tema em questão sem estar preso às interrogações colocadas (MINAYO et al, 2013).

Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas baseadas em roteiros elaborados previamente segundo o grupo entrevistado (adolescente ou profissional) (ANEXOS IV e V). O roteiro dirigido aos adolescentes abordou os seguintes temas: história de vida, vivência na rua, o uso das drogas na adolescência, trajetórias institucionais dos adolescentes no percurso da vida, além dos aspectos subjetivos referentes às demandas institucionais frente ao uso de substâncias psicoativas no contexto da situação de rua e as perspectivas para o futuro. Já o roteiro dirigidos aos profissionais incluiu questões relacionadas ao atendimento dos adolescentes em situação de rua e usuária de drogas, fluxo de atendimento, demandas subjetivas dessa população e encaminhamento pela rede de serviços no município.

As entrevistas com os adolescentes aconteceram no espaço do CAPSi, após prévia autorização concedida pela coordenação; enquanto que com os profissionais, as entrevistas ocorreram nos seus respectivos espaços de trabalho, com a exceção da Erijad, que aconteceu no CAPSi, visto que a sala da equipe se encontra anexa no serviço. A disponibilização dos espaços foi solicitada previamente aos respectivos serviços. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

A partir das narrativas dos adolescentes sobre suas histórias e sobre seus percursos institucionais apreendidas nas entrevistas, aliadas à experiência no campo junto a esta população e na rede de atenção aos mesmos na minha prática profissional, foram estabelecidas categorias de análise considerando aquilo que é dito e observado antes, durante e mesmo após as entrevistas formais. Do mesmo modo, com os profissionais, foram extraídas categorias temáticas que compunham a estrutura das entrevistas e organizadas em tópicos temáticos.

As questões chamadas de “exmanentes” são aquelas referentes à pesquisa e inerentes

ao pesquisador, que se desenvolvem através da revisão da literatura e do aprofundamento do tema e do campo investigado, que precisam estar conectadas às questões “imanes”, trazidas pelos sujeitos informantes. A delimitação das fases da análise das entrevistas se estabeleceu em cinco momentos: (1) separação entre o material indexado de conteúdo racional e concreto e o material não indexado de conteúdo subjetivo, com valores, crenças e sabedoria de vida; (2) ordenação dos acontecimentos a partir deste material coletado para cada indivíduo, compondo trajetórias individuais; (3) investigação das dimensões não indexadas no texto; (4) agrupamento e comparação das trajetórias individuais; e (5) comparação e estabelecimento de semelhanças entre os casos, permitindo a identificação de trajetórias coletivas. (JOVCHELOVICH e BAUER, 2002)

A análise requer a redução seletiva do texto, condensando os sentidos e realizando generalizações e categorias para a interpretação conjunta dos aspectos relevantes. Portanto, a partir das narrativas coletadas foi realizada a análise das entrevistas segundo os passos aqui já descritos, de maneira a interpretar e a retirar dos dados suas significações sem impor a tal interpretação bases teóricas pré-existentes, mas relacionando-as ao contexto narrados.(MUYLAERT, 2014)

As “pistas de contextualização” situam a conjuntura macro, social, situacional e local que comunicam os traços institucionais, sociais e culturais sobre o que acontece no aqui e agora da entrevista. (RIBEIRO e PEREIRA, 2002⁸; apud MUYLAERT, 2014)

A análise das entrevistas será apresentada através de breves narrativas dos relatos trazidos pelos jovens, somadas às experiências e observações no campo, especialmente a partir de minha experiência profissional enquanto integrante da equipe do extinto CRCA e atualmente da Erijad. Assim, torna-se possível estabelecer arranjos temáticos constituídos pelas categorias manifestadas pela análise das entrevistas. Deste modo, serão descritas as histórias de vida, a percepção sobre a vida nas ruas e o uso de drogas, as passagens pelas instituições e as perspectivas de futuro dos jovens entrevistados, no intuito de responder às questões colocadas no trabalho.

Os registros organizados em temas também contêm elementos significativos de análise e discussão sobre a circulação institucional de adolescentes em situação de rua. A partir das narrativas são analisadas e aprofundadas as histórias de vida e o contexto social e histórico ao qual os adolescentes estão inseridos, possibilitando a compreensão dos sentidos, crenças e

⁸ RIBEIRO, B.T e PEREIRA, M.G.D. *A noção de contexto na análise do discurso*. Ver. Est. Ling Juiz de Fora. v.6, n.2, p.49-67, jul/dez, 2002.

valores sob as quais as ações dos sujeitos entrevistados estão pautadas (MUYLAERT, 2014). Sendo as narrativas as representações sobre o mundo que objetificam o pensamento, esta é a forma de acessar as experiências dos sujeitos capturando o contexto em que estão inseridos.

As histórias de vida dos adolescentes em situação de rua que circulam pelo território de Niterói estão descritas a partir das narrativas dos jovens entrevistados sobre suas próprias trajetórias de vida e também sob a perspectiva dos profissionais.

Cuidando para que as histórias não sejam apenas entendidas como acontecimentos biográficos desencadeados no tempo e espaço, como atenta Bourdieu (2006), é preciso compreender que as trajetórias de vida dos sujeitos também estão vinculadas ao campo e que suas dinâmicas estão interligadas a outros sujeitos envolvidos, sem cair na “ilusão” de que a vida é uma história de acontecimentos individuais com início, meio e fim, descolados da vida social. Deste modo, os registros das histórias de vida através de relatos simples e sucintos de episódios e contextos descritos nas entrevistas não pressupõem que a existência dos indivíduos descritos corresponde a um conjunto coerente de acontecimentos que se sucedem apenas temporalmente. Tratam-se de relatos e descrições de eventos, experiências e percepções que, para além da dimensão temporal dos fatos, expõem as condições e trajetórias também conhecidas e confirmadas através da minha inserção no trabalho junto à população infanto-juvenil em situação de rua em Niterói, com dados objetivos e subjetivos importantes para a análise e compreensão dos percursos de vida.

A partir das narrativas e da observação do campo, o trabalho de análise, discussão e reflexão dos dados se encontram divididos em duas partes. A primeira descreve as histórias de vida e a organização e funcionamento da rede, e a segunda com a discussão desses dados em relação às trajetórias institucionais dos adolescentes em situação de rua. Com vistas à preservação das identidades dos entrevistados, foram adotados nomes fictícios para os jovens participantes (Artur e Paulo) e os profissionais (Carina, Carla, Pedro e Márcia).

4- ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública, conforme preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos com oCAAE: 68598917.1.0000.5240. Todos os envolvidos assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar da pesquisa, conforme delibera a resolução citada.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao narrarem suas histórias, suas vivências e trajetórias de vida antes e após a vivência nas ruas, os jovens entrevistados (Artur e Paulo) relataram sobre a convivência familiar, suas experiências nas e pelas ruas e suas trajetórias nas instituições antes mesmo da rua se tornar seu principal espaço de vida, de experiências cotidianas e de uso de drogas.

Os percursos realizados pelos adolescentes ainda na infância e que hoje se evidenciam através das trajetórias institucionais pelos serviços disponíveis pela rede de proteção podem dar a pista para aquilo que Rizzini e colaboradores (2003) já nos atentou a respeito da diferenciação das crianças e adolescentes institucionalizados e a categorização dos “meninos de rua”.

Apesar da existência de uma rede de proteção e de garantia dos direitos e de uma política que orienta as ações para a população infanto-juvenil no Brasil (o ECA), as trajetórias de vida dos adolescentes em análise permitem refletir a maneira como os serviços se dispõem ao atendimento das suas demandas em diferentes níveis e o quanto elas corroboram para um percurso cíclico, que gira em torno da busca por recursos, dos mais diversos.

Esta seção se propõe a discutir os achados do estudo, trazendo uma reflexão sobre as histórias de vida dos adolescentes em situação de rua, suas trajetórias e experiências institucionais.

1- AS HISTÓRIAS DE VIDA DE ARTUR E PAULO: NARRATIVAS DE TRAJETÓRIAS PESSOAIS E EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Ao narrarem suas histórias, suas vivências e trajetórias de vida antes e após a vivência nas ruas, os jovens entrevistados, Artur e Paulo, relataram sobre a convivência familiar, suas experiências nas e pelas ruas e suas trajetórias nas instituições.

Artur e Paulo contaram suas próprias histórias, assim como tantas outras que ouvi ou se fizeram a mim conhecidas. As trajetórias de andanças entre casas, instituições e a rua também poderiam ser contadas e compartilhadas por muitos outros meninos e meninas em situação de rua, possuindo um caráter simbólico ao descreverem as situações de vulnerabilidade social, violências, esgarçamento de vínculos familiares e afetivos e percursos pelas instituições.

Tratam-se de histórias pessoais com a riqueza de detalhes de suas percepções, opiniões e críticas quanto a si próprios, mas também a toda uma rede relacionalexperienciada, tanto pessoal quanto institucional, revelando como utilizam esses recursos disponíveis que possibilitam a mobilidade entre territórios, instituições e pessoas, característica de quem se encontra no contexto das ruas.

Artur: entre as idas e vindas de casa para as ruas e das ruas para as instituições

Artur é um jovem de 19 anos que frequenta as ruas de Niterói desde o ano de 2012, a partir de situações de violência vivenciadas no ambiente familiar. Quando criança vivia com a mãe, o padrasto e os irmãos em Niterói até que mudaram para a cidade vizinha, São Gonçalo. Após ter passado por atendimento no Conselho Tutelar de Niterói, onde já tinha algum vínculo, foi acolhido no abrigo desta cidade e em seguida transferido para uma unidade de acolhimento no seu município de origem.

Artur afirma que foi ao Conselho Tutelar espontaneamente em busca de ajuda para si e para os irmãos. A partir dessa primeira entrada no sistema de proteção social através do Conselho Tutelar e da unidade de acolhimento, outras passagens, atendimentos, encaminhamentos e evasões são vivenciadas, consequentes inclusive de diferentes situações de violência vividas dentro e fora do ambiente institucional:

“Difícil dizer quem é o Artur, eu acho que se não tivesse vindo para as ruas não teria motivo para eu ser o Artur que eu sou hoje. Como eu sofri violência doméstica em casa, acabei saindo de casa pela primeira vez, fui para as ruas, das ruas fui para o abrigo, desculpa, do conselho fui para o

abrigo, do abrigo fui para as ruas de novo porque eu passei por um "reflexo", uma fase que passou.”(ARTUR)

O “reflexo” a que se refere se trata de uma situação de violência sexual que o mesmo afirma ter sofrido por um funcionário do abrigo e em alguns outros momentos na entrevista é utilizado para se referir a outros tipos de violência vivenciadas.

Apesar de relatar as situações de violência em casa e o vínculo do padrasto com o tráfico, Artur consegue retornar algumas vezes para casa, em São Gonçalo, onde não sustenta a permanência por muito tempo. Tanto sua mãe como a sua casa aparecem como referências importantes as quais ele costuma recorrer diante de situações adversas no contexto da rua.

Articulado no território e também com as instituições, Artur oscilou entre a casa da mãe, abrigo e a vivência nas ruas onde conseguia sustento tanto através do vínculo com moradores das ruas do bairro em que costumava frequentar, quanto através da busca pelos dispositivos de portas abertas da Assistência Social, como o CentroPop e em seguida o CRCA:

“Fui para o CentroPop, que me levou para o Conselho Tutelar, que me levou para o abrigo. Do Paulo Freire (abrigo de Niterói), fui para o CAC (abrigo de São Gonçalo) e lá entrava até bandido pra bater nos garotos.”
(ARTUR)

Entre as idas e vindas de casa para as ruas e das ruas para as instituições, Artur encontra vínculo e acolhimento nas ruas de Niterói, onde estabeleceu uma rede de convivência e de recursos. Atualmente Artur afirma não recorrer ao convívio familiar com frequência após conflitos com a mãe e irmão, permanecendo nas ruas e esporadicamente em comunidades a partir de vínculos pontuais com pessoas com quem vai criando relações voláteis através da vivência nesses espaços.

Apresenta o consumo de drogas como importante ponto de ruptura na relação tanto familiar quanto com o acolhimento institucional, que produz uma fixação mais estática nas ruas e em pontos próximos a locais de venda de drogas, onde se produzem relações sócio-afetivas importantes.

Sobre a vida e as experiências nas ruas Artur faz importantes considerações acerca das dificuldades e dos manejos necessários para “sobreviver” nessa condição:

“Viver na rua pra mim é tipo a luta da sobrevivência, cada dia que passa tem uma experiência diferente, você tem uma sabedoria que adquire nas ruas, reflexos que você passa, perigo.” (ARTUR)

Expressando elaborações referentes às condições em que vive e refletindo sobre as escolhas que diz ter feito, relaciona sua atual condição nas ruas ao consumo de drogas. Relata o uso de “thinner” (solvente que produz rápido efeito entorpecente), cocaína e crack, e faz relevantes reflexões acerca deste uso e de suas consequências:

“Minha vida já é uma droga. Uso três tipos de droga, thinner, crack, cocaína. [...]. No momento que você tá usando a droga, tem algumas sensações que são boas, relaxantes, mas depois vem o pânico, se tiver usando a droga num lugar tranquilo você fica de boas, agora se você tá usando num lugar em que não está à vontade[...]. Você fica muito assustado, fica suado, com medo, acha que vai morrer e depois quando você acaba com a droga você não quer mais, e você fica danificado. Sabe um objeto que danifica, e você não quer mais? Você se arrepende daquilo e fica assim, sem querer usar alguns dias ou algumas horas e depois bate a abstinência e você usa de novo.” (ARTUR)

Artur começou a fazer uso mais intenso de drogas mais pesadas como cocaína e crack ainda na adolescência, e tornou-se perceptível que suas características de boa relação interpessoal, articulação com as instituições e de preservação do auto-cuidado - vaidoso e com discurso empoderado - vão dando lugar a uma postura mais agressiva e a uma aparência descuidada.

No seu relato, a relação com as drogas conecta-se com dificuldades na execução de atividades do dia a dia e do autocuidado, problematizando o uso, e também a perda das chamadas “oportunidades” que recebia das pessoas com quem se vinculava nos territórios e que desejavam ajudá-lo.

Quando eu acompanhei o caso do Artur na época do extinto CRCA, quando ele ainda mais novo, seu caso foi encaminhado e discutido por instituições voltadas para o cuidado da questão do álcool e drogas, especialmente após seu pedido claro e objetivo por ajuda. Porém, com as dificuldades apresentadas naquele momento na rede de saúde mental do município e com a precariedade dos vínculos de trabalho e de recursos materiais, o acompanhamento não foi seguido por mim. Logo em seguida, o dispositivo, que havia se tornado importante ponto de ancoragem para Artur, bem como para outros adolescentes em situação de rua, teve suas atividades encerradas, produzindo a dispersão dele e de outros adolescentes e a sua consequente circulação em novos pontos da cidade de Niterói.

Depois de se fixar por longo tempo em Icaraí, bairro de classe média/alta em Niterói, Artur passa a circular em um outro bairro da cidade, Santa Rosa, onde um grupo de crianças e adolescentes passaram a se apropriar.

Em 2016, com a ação conjunta entre SASDH, PM e Guarda Municipal numa ocupação conhecida como “casarão”, em Santa Rosa, e seguida da ação no território pela Erijad, CAPSi UAI e CNAR, alguns adolescentes começam a chegar no CAPSi, que fica localizado no mesmo bairro do “casarão”. Dentre eles, também chega Artur, trazendo importantes informações sobre si e sobre o grupo de crianças e adolescentes que por ali também circulam, como a intensificação do consumo de drogas e a inserção de novas substâncias como a cocaína em seu uso.

Após vincular-se ao território onde o CAPSi se localiza, Artur se tornou um dos frequentadores mais assíduos dentre os demais adolescentes do grupo, sempre trazendo informações sobre a situação nas ruas, do grupo e suas próprias. Artur recentemente recebeu um importante diagnóstico de saúde de HIV positivo e o trabalho do CAPSi também se insere no registro dos cuidados com a sua saúde. Apesar das grandes dificuldades na afirmação da doença e da necessidade desses cuidados, ele se manteve referenciado ao serviço em busca do atendimento desusa próprias demandas.

Por já ter atingido a maioridade, seu caso foi discutido no sentido do cuidado pela rede de saúde mental a partir do CAPS-AD, e o próprio jovem trouxe a preocupação em relação ao que entende como “transferência” para acompanhamento em outra unidade de saúde mental. Ainda assim, Artur continuou fazendo uso do CAPSi, oscilando entre frequências assíduas e pontuais até se afastar de maneira mais ostensiva do convívio no espaço.

Paulo: da circulação intrafamiliar à circulação pelas ruas e instituições

Paulo tem 18 anos e possui longo histórico de acompanhamento institucional especialmente pelo Conselho Tutelar. Vivencia a situação de rua desde muito cedo, após o assassinato de seu pai, um respeitado líder do tráfico numa favela. Com a morte de seu pai, Paulo e seu irmão passam a serem cuidados exclusivamente pela avó paterna, pois sua mãe havia deixado a convivência familiar. Essa avó aparece como figura de grande importância, apesar do rompimento promovido pela mesma, que segundo ele preferiu manter-se longe a ter de vê-lo morrer como o pai.

Sabe-se que Paulo desde a época em que vivia na comunidade, antes controlada por seu pai, se colocava em situações de risco, justo pela condição de filho de uma ex-liderança. É conhecido por suas características que entremeiam momentos de agressividade, de reflexão e empoderamento e de discurso religioso, de forma mais pontual:

“Teve uma vez que eu fugi de casa e comecei a usar droga, comecei a usar maconha, aí de tanto fugir de casa, tanto fugir de casa, minha vó como, falou que não me queria mais dentro de casa, se eu quisesse ficar na rua ia ter q me virar. Aí com 10 anos eu conheci o centro de Niterói, mas a rua era muito pesada. Daí eu fui para o Conselho Tutelar e o Conselho me mandou para a casa de passagem.” (PAULO)

A partir dos conflitos intrafamiliares, Paulo começa a frequentar as ruas, ainda de maneira a problematizar essa condição, o que o faz produzir importantes demandas institucionais com o Conselho Tutelar desde longa data:

“Eu fui na prefeitura pedir ajuda, aí os caras disseram que só o Conselho podia me ajudar e eu fui no Conselho e conheci o meu conselheiro, aí ele foi me ajudando, me levou para a casa de passagem. Mas eu era tão bagunceiro que eu ia e fugia. Até da casa de passagem eu fugi. Daí eu me envolvi com o tráfico, aí fiquei uns 2, 3 anos no tráfico, acabei “derramando a boca”, os caras queriam me pegar, aí eu conheci a rua, no centro de Niterói, na rua eu conheci o thinner, conheci os menor, aí tia F**tudo. Aí eu conheci a rua, senti o gostinho e não quis mais voltar pra casa.” (PAULO)

Na adolescência vivenciou tanto a situação de rua, na qual permanece nos dias atuais, quanto o tráfico e o ambiente familiar. Relata a permanência na casa de tios e parentes distantes em outras cidades, no tráfico, como também de acolhimentos institucionais seguidos de evasão e de internação em comunidade terapêutica de cunho religioso. Diz que sua vinculação com a rua se deu através do uso de drogas e da relação com pares (adultos, crianças e adolescentes em situação de rua).

Paulo foi acompanhado pela minha equipe na época do CRCA, desde inauguração em 2013 até o fechamento em 2015, e neste período passou por acolhimento institucional na então casa de passagem Paulo Freire e também permaneceu na casa de uma família que o conheceu através do trabalho de evangelização em cenas de uso de drogas, morando com eles em outra cidade durante alguns meses. Em seguida, tornou a vincular-se com a rua,

apresentando uma postura bastante agressiva e indicando o rompimento afetivo com a família que o acolhera.

Desde então, Paulo permanece em situação de rua e faz uso intensivo de drogas. Recentemente começou a se relacionar com uma adolescente também em situação de rua. Ao longo de sua história consegue fazer importantes endereçamentos às instituições e às pessoas que nelas atuam.

Atualmente frequenta com assiduidade o CAPSi, onde conseguiu inserir no seu circuito, após trabalho efetivo realizado entre Erijad, CAPSi, UAI e CNAR no território de Santa Rosa, trazendo consigo sua namorada com quem estabelece uma relação afetiva, de cuidado, mas também violenta.

Pouco antes da entrevista Paulo completou a maioridade e, por conta disso, realiza importantes reflexões e planejamentos junto à equipe do CAPSi, tanto relacionados à organização da vida adulta e o relacionamento com a namorada, bem como sobre o consumo de drogas:

“Fiz 18 anos agora então ‘tô’ querendo como... tirar meus documentos, me alistar no exército, que senão eu vou estar velho, burro, não vou ter trabalhado, não vou ter meu dinheiro guardado em nenhuma conta, vou morrer e não ter nada. Se eu tiver um filho de hoje pra amanhã, não vou ter nada pra dar pro meu filho não. Aí vou enlouquecer a cabeça, querer fazer merda, querer roubar, traficar...ou eu vou acabar morto ou preso.”
(PAULO)

2- OS PROCESSOS DE DESVINCULAÇÃO SÓCIO-FAMILIARES E A VINCULAÇÃO COM A RUA

Falas dos profissionais e dos jovens entrevistados indicam o papel das estruturas familiares na produção das primeiras vulnerabilidades e a relação entre a desvinculação sócio-familiar com a culminância nas ruas, confirmadas nas falas dos jovens a respeito de si e de seus pares. Uma delas exemplifica a relação entre a produção de vulnerabilidades na infância e o afrouxamento das relações familiares:

“Mas o que eu vejo assim como profissional alguns anos aí que a família é responsável assim direta e indiretamente na vida para contribuir para que os jovens vão para a rua, ninguém vai para a rua porque quer, vai usar drogas porque quer. Alguma coisa ao redor dele na infância contribuiu para que ele fosse para lá. Muitas vezes a família desestabilizada, o pai que está preso ou morto, a mãe que é usuária de drogas, tá presa ou tá morta. A ausência da família. O Estado também, o Estado contribui muito com isso. Mas diretamente a família, a ausência da família faz com que esses jovens vão para a rua e usem drogas”. (Pedro, profissional do Conselho Tutelar)

As principais observações compartilhadas por todos os profissionais e jovens entrevistados se referem às situações de vulnerabilidades sociais e desvinculações afetivas, engendradas pela violência doméstica, pobreza e abandono, seguidas pela ausência de intervenções efetivas do poder público que antecedem à situação de rua.

Somadas às falas dos profissionais entrevistados, as histórias de vida apresentam algumas características importantes sobre o contexto familiar e a relação institucional que dão indícios sobre a vinculação com a rua e o modo de circular pelos territórios e instituições.

As histórias de vida dos adolescentes têm em comum a conexão entre a fragilidade das relações familiares e a inconsistência das respostas institucionais diante destas questões. Nos relatos trazidos, os jovens entrevistados contaram suas trajetórias de vida atreladas ao contato com diferentes instituições, antes mesmo das primeiras experiências nas ruas, além de relatar suas primeiras experiências com as drogas. Em ambos os casos, os primeiros contatos com a rua se deram muito cedo, ainda na infância. Esses contatos foram se tornando cada vez mais frequentes e intensos a partir de situações de violências, mesmo que diferentes instâncias de cuidado e garantia de direitos como Conselho Tutelar e unidades de acolhimento tenham sido acionadas e intervindo. Descritas ou conhecidas, as violações de direitos, as violências vividas

e, conseqüentemente, a relação institucional que antecederam a ruptura dos laços familiares e comunitários e a permanência nas ruas condicionaram os processos de exclusão em seus diferentes níveis.

As histórias de abandono por parte de um dos pais e a terceirização do cuidado parental são importantes relatos, além dos comportamentos tidos como socialmente inadequados por parte dos adolescentes, como o uso de drogas e a aliança com o tráfico, que são geradores de conflitos intrafamiliares, são fatores que os levam ao afastamento deste convívio.

Na circulação entre casas de familiares e conhecidos, na convivência e permanência em áreas dominadas pelo tráfico e nas passagens pelas instituições, há uma perda de lugar simbólico, de pertencimento e de identificação. Estes são fatores importantes nas rupturas sociais que resultam nas primeiras vivências e experiências nas ruas e na conformação de modos de vida e das relações que passam a estabelecer.

Rizzini e colaboradores (2003) destacam que as crises no âmbito familiar não devem ser dissociadas do contexto social e que o discurso que associa a saída de casa aos conflitos familiares ou situações de pobreza é um determinismo que responsabiliza e julga como incapaz apenas esse núcleo primário de relações. O processo de experimentação e apropriação da rua se dá contextualizado a processos sociais amplos que alteram e geram problemas na organização e funcionamento da vida cotidiana das famílias (PERES, 2001⁹ apud RIZZINI et al, 2003).

Os autores fazem referência ao processo de apropriação da rua enquanto espaço de vida como dinâmico e progressivo, marcado por movimentos não apenas físicos, mas também simbólicos, salvo os casos em que a saída de casa se dá de forma abrupta por expulsão (IBID).

O afastamento do convívio familiar e do território comunitário se dá muitas vezes de maneira sutil, na medida em que os vínculos se desfazem e a rua se torna um espaço acolhedor. A partir das falas recolhidas, percebe-se que a situação de rua é contingencial, não sendo percebida pelos profissionais enquanto uma escolha, mas diretamente relacionada com o processo de fragilização ou ruptura desses vínculos que podem ser reestabelecidos e desfeitos novamente.

Em seu estudo, Gregori (2002) reconhece que nas idas e vindas entre diferentes espaços, os adolescentes e jovens analisados iniciam desde muito cedo trajetórias e movimentos, e, ao

⁹ PERES, VANNUZIA L. A. *Comunicação, processos de subjetivação e ruptura entre famílias e crianças*. Tese (doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2001.

contrário do que o senso comum imagina, não permanecem totalmente soltos ou abandonados. O que se percebe é que há uma transição entre diferentes redes de sociabilidade, que na medida em que vão se esgarçando no âmbito familiar, se conectam com a rua tendo em vista a garantia da sobrevivência. Apesar de criarem alguns pontos, ou bases de apoio em que recorrem em busca de recursos diversos, não há estabilidade ou vinculação sólida que garanta a permanência tanto em casa, quanto nas instituições e tão pouco nos lugares que escolhem para dormir, pedir ou trabalhar nas ruas (GREGORI, 2002).

Apesar desse processo de desvinculação, tornar-se um menino ou menina de rua não se desencadeia apenas pelas relações sócio-familiares esgarçadas e pelas situações de conflito e violência. Gregori (2002) demonstra que este processo de integração com a rua é complexo e que incorpora, além das fragilidades e perda de referências familiares, a conexão com a própria rua, com as relações que ali se estabelecem entre as pessoas e os recursos disponíveis. A autora ainda lembra que em muitos casos, as condições nas ruas podem ser classificadas como melhores do que aquelas vivenciadas no âmbito da casa e da família.

Rizzini e colaboradores (2003) também apontam para o caráter progressivo de apropriação da rua que se desencadeia por constantes movimentos em busca de cuidado, proteção e lugar de pertencimento determinados por processos de exclusão que afetam a vida dos adolescentes. Em seu estudo sobre a população em situação de rua do Rio de Janeiro na década de 90, Sara Escorel faz uma releitura de Castel sobre as zonas de desvinculação produtoras da exclusão, que fornecem subsídios para a compreensão dos processos de desvinculação que acontecem em diferentes níveis. Incluindo, desde as rupturas da rede sócio-familiar observadas e relatadas no presente estudo, passando pelas vulnerabilidades econômicas, políticas, culturais até a fragilidade da vida biológica. Essas desvinculações conformam o que chama de “trajetórias de exclusão social”. Neste sentido, a exclusão não é concebida enquanto fenômeno estático ou determinado por um único fator, mas que integra processos em diferentes níveis. (CASTEL, 1991 apud ESCOREL, 1999, p.52)

Esses movimentos, sob a ótica de Castel, são trajetórias que deixam os sujeitos sem referências e sem vínculos consistentes e sem lugar no mundo, os conduzindo a relações transitórias e temporárias. Na rua pode se estabelecer relações que se assemelham à organização familiar, por exemplo, e ainda é possível acessar diferentes recursos, dos imateriais aos materiais, incluindo aqueles ofertados institucionalmente, como serviços públicos ou não. Apesar de garantir certa proteção e subsistência, essas relações são instáveis e temporárias.

Lucchini (in RIZZINI, 2003) destaca que a utilização do conceito de trajetória, tomada de empréstimo da sociologia da marginalidade, implica além de movimento, a relação entre as dimensões físicas e sociais na conformação de uma categoria social, no caso, “meninos de rua”. Essa categoria não é estática e se complexifica pela dinâmica de relações que é capaz de estabelecer na rua e em outros espaços, como o da família e das instituições, por exemplo.

Em meio a tantos movimentos, sejam de ruptura momentânea, aproximações, tentativas de convivência e afastamento total do convívio familiar, as trajetórias dos adolescentes e jovens entrevistados e observados demonstram dinâmicas de deslocamentos e trânsitos com benefícios imediatos. Tratam-se de fugas, busca por recursos de sobrevivência, proteção, cuidado ou mesmo de tentativas de reorganização da vida (GREGORI, 2000).

O distanciamento dos valores e relacionamentos no âmbito da família, principal agente de suporte das relações sociais e produtora de identidades e pertencimento social, que Escorel nomeia de “inscrição relacional primária”, criam percursos de distanciamento dessa modalidade relacional que, além de não constituir mais uma vivência estruturadora de rotinas, cria dependências institucionais (SCOREL, 1999).

Com a falta de recursos afetivos e materiais no âmbito familiar e a fragilização dos vínculos que garantiriam a proteção, esses meninos e meninas precisaram contar com o apoio dos serviços territoriais de prevenção e das instâncias protetivas. A saber, as unidades de atenção primária em saúde e de proteção básica da assistência social e de garantia de direitos como o conselho tutelar, que apesar de presentes nos territórios, não têm seu papel reconhecido pelos jovens entrevistados, com exceção do conselho tutelar.

É perceptível através das falas dos profissionais, aliadas ao histórico conhecido de muitos adolescentes e jovens em situação de rua, que a vinculação e permanência nas ruas se devem muito às falhas na cobertura de rede diante dos eventos de violações de direitos e vulnerabilidades sociais ainda na infância e que o acolhimento promovido pela própria população em situação de rua se torna o ponto de ancoragem de meninos e meninas desvinculados com a família e com o território comunitário. A rua vista como atrativa, sedutora, acaba permitindo uma livre circulação pelos espaços públicos e uma andança por diferentes espaços institucionais.

Na falta de estruturas nos âmbitos familiar, comunitário e institucional para que se sintam acolhidos e vinculados afetivamente e na recusa por parte de alguns em permanecer

sob o registro da ilegalidade como pertencer ao tráfico, por exemplo, a rua passa a ser o espaço acolhedor e de liberdade, ao passo que também é o local em que essa liberdade desprotegida serve à garantia da provisão de recursos essenciais. A situação de crise afetiva e material que culmina na rua os conduz a “sociabilidades flutuantes” onde não encontram referências capazes de promover vínculos sólidos (CASTEL, 1991 apud ESCOREL, 1999).

3- COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E PARA O USO DE DROGAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM NITERÓI

A rede de atenção ao uso de álcool e outras drogas do SUS no município é composta, no caso da infância e adolescência, pelo CAPSi, Erijad, UAI (Unidade de Acolhimento Infantil), CAPS Ad, Consultório na Rua, além da rede hospitalar, o hospital psiquiátrico com leitos na emergência e enfermaria infantil, e no hospital geral infantil.

Na área da assistência social, os CRAS distribuídos nos territórios, dois CREAS e as duas unidades de acolhimento (uma para acolhimento infantil misto e de adolescentes do sexo feminino e outra para acolhimento exclusivo de adolescentes do sexo masculino) são relatados como os serviços que em tese poderiam realizar o trabalho social com esses casos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, existem três Conselhos Tutelares distribuídos regionalmente e a Vara da Infância, Juventude e do Idoso, que, no campo da justiça, operacionalizam a garantia de direitos através de ações e mandatos de cumprimento de medidas compulsórias ou não.

Especificamente para a atenção à população infanto-juvenil em situação de rua, também é a equipe do Consultório na Rua que faz o atendimento exclusivo para esta população, tanto na infância quanto na idade adulta, além do CAPSi, que vêm recebendo as demandas e as acolhendo, e toda a rede de saúde, que se pressupõe universal e que, em situações pontuais e na necessidade de atendimento especializado, também recebe essa população para atendimentos emergenciais, internações clínicas, exames, consultas e procedimentos especializados.

No caso da assistência social, só há o Centro Pop para o atendimento dessa população, além dos já citados serviços de acolhimento institucional e os CREAS, que se localizam na linha do atendimento e encaminhamentos de casos de média e alta complexidade. Basicamente, o cuidado e os atendimentos prestados atualmente para a população em situação de rua no município de Niterói envolvem o Consultório na Rua, a equipe da Erijad, o CAPSi, a equipe da UAI e o Conselho Tutelar I.

No momento da pesquisa no município o único serviço especializado, segundo as normativas técnicas dentro da política para a população em situação de rua, que atende exclusivamente essa população de adolescentes é o Consultório na Rua. Apesar da existência

anterior de dois dispositivos especializados para esta população nesta faixa etária, em momentos políticos e sociais diferentes no município pela política de assistência social, se reconhece que há demanda para outras equipes existentes atualmente, porém elas não aparecem legitimadas, articuladas e tão pouco atuantes no matriciamento, nos encaminhamentos e acompanhamentos de crianças e adolescentes em situação de rua no município:

“No campo do ideal tem uma aposta grande do sistema de garantias de direito que a gente pode ir, de saída, a Vara, o MP e a defensoria, que são instituições importantes. Não que elas atuam na direção da proteção social, o importante é dizer, tem posições da vara e do MP super contrários à direção da proteção. Ordenamentos de internação compulsória [...] mas são as instituições que estão presentes aí, seja na posição de cuidado ou de descuido, porque muitas vezes que a gente pode se dar conta de que a perspectiva do cuidado pode ser completamente descuidada.”(CARINA, profissional da Erijad)

4-O FUNCIONAMENTO EM REDE PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O acesso dos adolescentes em situação de rua aos serviços que foram selecionados para as entrevistas acontece de diferentes formas. No caso do Conselho Tutelar, as demandas de atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua podem chegar pela via dos encaminhamentos por outras instituições e cuidado, como pelos serviços da assistência social do município, de saúde mental e mesmo pelas famílias e pela sociedade civil.

Além disso, a partir da criação e efetivação de vínculos, o Conselho pode ser acionado e demandado pelos próprios adolescentes. Na medida em que outras instâncias de cuidado e atenção são incluídas nos casos, o Conselho Tutelar também pode ser acionado pelas mesmas, como no caso de unidades de acolhimento e unidades de internação, a partir de situações de risco e vulnerabilidades identificadas.

No Consultório na Rua, pelas características próprias de itinerância e atuação nos territórios, o acesso foi construído a partir das intervenções *in locus*, nos espaços de vida e interação cotidianos da população infanto-juvenil em situação de rua. Inicialmente os atendimentos como um todo aconteciam nos espaços públicos, até a criação de um ponto fixo, onde os atendimentos mais complexos e consultas médicas passaram a acontecer dentro de uma unidade de saúde no centro da cidade. Porém, especificamente com crianças e adolescentes, o cuidado e interação só são possíveis no contexto nas ruas, algo que é atribuído às características da faixa etária em questão.

A entrada no CAPSi, por sua vez, se dá na maioria das vezes a partir das lógicas de encaminhamento dos serviços, especialmente da Assistência Social e também pelos órgãos da Justiça, como o Ministério Público. Mas, há também muitos casos em que o acesso se deu a partir da apresentação do serviço por outros adolescentes que já conheciam e acessavam o espaço.

No caso da Erijad, não é possível falar de acesso, mas de acompanhamento, e este se dá a partir de uma outra movimentação, no sentido contrário das demais instituições. Os casos são identificados e passam a ser cuidados pela equipe a partir do acompanhamento realizado pelas demais instituições da rede da infância e adolescência, ou seja, não está sob o registro da

lógica de encaminhamentos, mas de uma busca ativa nos espaços institucionais pelos casos que envolvem a questão de álcool e outras drogas.

As principais instituições que atendem os casos, Conselho Tutelar, CAPSi, UAI e CNAR possuem uma interligação partindo de uma lógica de encaminhamentos, especialmente o Conselho Tutelar e o Consultório na Rua, que já promoveram a inserção de muitos adolescentes nos serviços de saúde e de assistência social. No caso da Erijad, ao buscar informações sobre os casos atendidos pelos demais serviços da rede, torna possível articular contatos e transferir informações importantes para a condução dos casos, num sentido de abrir caminho para a efetivação do cuidado.

Quanto ao fluxo de rede, geralmente o primeiro órgão notificado/acionado é o Conselho Tutelar que conhece quase todos os casos e os encaminha para os demais serviços. Porém, diversos outros podem ser porta de entrada, dependendo da demanda que chega a cada instituição, havendo uma produção de encaminhamentos.

A rede local de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua de Niterói e que traz demandas referentes ao uso de drogas funciona de modo pouco articulado, especialmente intersetorialmente, onde aquilo que não cabe ao atendimento especializado de um serviço passa a ser encaminhado a outro havendo pouca disponibilidade de trocas de informações, saberes e experiências.

A atual relação nessa rede demonstra uma nova postura, diferente daquela experimentada por mim à época do funcionamento do CRCA, que por se especializar no atendimento dentro da faixa etária da infância e adolescência da população em situação de rua, possibilitou integrar os serviços, articulando trocas de informações e ações em conjunto para além da lógica do encaminhamento.

A relação entre as instituições, seguindo a premissa da incompletude institucional e da intersetorialidade, formaria uma rede local de agenciamentos e trocas de informações, que segundo Castells tem como base estruturas abertas que trocam as informações com o meio externo, abrindo a possibilidade de expansão através da capacidade de comunicação (CASTELLS, 2000¹⁰ apud SCHENKER, 2015).

Apesar da comunicação entre os dispositivos, muitos profissionais falam sobre o campo do ideal, onde deveria haver maior articulação e integração entre os serviços. E para além dos serviços que já atendem essa população a rede deveria integrar outros serviços, onde

¹⁰ CASTELLS, R. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

o sistema de garantia de direitos em sua amplitude, a atenção básica e a educação por exemplo, também deveriam estar mais presentes.

V- TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS: PERCURSOS E PERCALÇOS PELA REDE

O HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Nas falas dos jovens destacam-se um circuito com inúmeras passagens por diferentes instituições com esferas de ação distintas. Nas entrevistas, eles relataram entradas em serviços de proteção social, saúde, socioeducativos e de atenção ao uso de drogas da rede de saúde mental e até em comunidades terapêuticas, experiências institucionais estas já conhecidas como integrantes dos históricos de vida de muitos outros adolescentes.

As demandas ainda no âmbito dos serviços territoriais comunitários como de saúde e assistência social foram identificadas tanto nas narrativas dos jovens entrevistados quanto pelas falas dos profissionais. Todos os profissionais identificaram que na precarização do trabalho em rede, esses adolescentes ainda na infância, permaneceram desprotegidos e em pleno processo de desvinculação familiar, social e com os serviços territoriais.

O contato com o mundo das instituições, como já colocado, precede a ruptura com os laços comunitários e familiares. Geralmente diante de situações em que há a necessidade de intervenção para a garantia dos direitos e da proteção social quando crianças, os serviços são acessados ou acionados indiretamente.

Nas narrativas, os jovens indicaram a passagem por alguns serviços territoriais e pelo conselho tutelar da região onde viviam ainda na infância a partir de situações de violações de direitos no âmbito familiar.

Nessas falas, o conselho tutelar apareceu como o primeiro ponto de ancoragem, no qual se constituiu enquanto o lugar a que se retorna para buscar ajudas diversas antes mesmo da situação de rua. O vínculo pessoal estabelecido com os conselheiros que passaram a ser nomeados e referenciados foi primordial para essa vinculação.

Na medida em que houve a necessidade de ações efetivas no nível da prevenção e cuidado efetivo ainda no âmbito comunitário, antes da ruptura dos vínculos já fragilizados ou de situações limite, e as respostas dadas tomadas como inconsistentes, os adolescentes em questão, ainda crianças, passaram a buscar recursos próprios para além dos recursos institucionais disponíveis. Mesmo que acessada, a rede territorial, seja a atenção básica da saúde, seja o serviço de proteção básica da assistência social, como também a escola, foram reconhecidas como co-produtoras de exclusão quando negligentes ou ineficientes diante das primeiras demandas de cuidado em rede.

“Eu costumo dizer que esses meninos não nascem no asfalto no centro da cidade, então a chegada deles denuncia a ausência de serviços de atenção e proteção básica. E isso tem a ver com ausência do poder público no território.” (CARINA)

Mesmo que alguns serviços e instituições tenham sido acessados pelos adolescentes nas suas trajetórias de vida anteriores à situação de rua, a falta de integralidade e a produção de “não lugar” ainda nos serviços assistenciais comunitários e territoriais foram indicados como pontos essenciais nos históricos de vida de muitos adolescentes em situação de rua. Apesar de haver uma cobertura dos serviços nos territórios, apontou-se para as falhas no acompanhamento e direcionamento dos casos, que se perpetua nas experiências enquanto população em situação de rua.

(...)são meninos com percurso antigo com muitas passagens no acolhimento institucional inclusive no acolhimento institucional privado, então eles têm várias passagens, até que eles se tornam meninos em situação de rua. Isso é bem importante, e isso faz toda diferença, eles não são meninos sem rede, são meninos com uma rede que não deu conta do cuidado. (CARINA)

Muitos profissionais trouxeram como questão a piora na condição de desproteção dos adolescentes a partir do que consideram ser a pouca vontade pública para a atenção nos casos que poderiam ser identificados e trabalhados ainda na perspectiva da prevenção. A deficiência no cuidado e na proteção por parte do Estado diante das vulnerabilidades sociais que são alvo de políticas públicas já existentes como a educação, acompanhamento psicossocial, distribuição de renda e segurança pública tem, segundo os profissionais, forte implicação com a situação de rua de adolescentes e crianças.

As deficiências foram colocadas enquanto multifatoriais, desde a falta de recursos para a operacionalização dessas políticas, passando pela questão dos vínculos trabalhistas frágeis que dificultam a continuidade dos acompanhamentos e os desfechos positivos, até a descontinuidade de alguns serviços estratégicos que são ofertados na modalidade de política de governo e de tempos em tempos deixam de existir.

Os eventos narrados pelos jovens evidenciaram que desde muito cedo os recursos institucionais estiveram presentes em suas vidas, à medida que os acontecimentos importantes de suas vidas ocorreram. Porém, esses não foram suficientes para evitar a piora de seus quadros sociais. Nesta interação, os percursos de vida se tornaram imbricados com os

percursos institucionais. Se antes muitas dessas instituições tinham a função de proteger e evitar maiores danos no futuro em relação à situação de vulnerabilidade em que se encontravam ainda na infância, na adolescência e já em situação de rua, a frequência, a passagem, as entradas e saídas nos serviços integram o modo de operação e a lógica das ruas.

Ao ouvir as histórias e as impressões dos profissionais e ao observar os movimentos dos adolescentes em situação de rua, constata-se que a busca e a demanda por serviços dentro da rede integram um modo de vida que requer dinâmicas de sobrevivência no contexto da instabilidade da vida nas ruas. Estas dinâmicas e movimentos produzem circuitos que fazem parte das estratégias de “viração” apresentadas por Gregori (2000) em seu estudo sobre meninos em situação de rua.

Segundo a autora, as instituições, para além dos serviços que correspondem a operação técnica de políticas vigentes, fornecem também apoio e proteção, passando a integrar os circuitos de andanças e fixações temporárias e corroborando para a manutenção das trajetórias de vida e de movimentos em busca de recursos e sobrevivência.

São aspectos relevantes sobre as trajetórias de vida e institucionais, que nesta interação, os percursos institucionais antes e depois da situação de rua são norteadores dos percursos de vida e que, apesar do acesso aos inúmeros serviços disponíveis na rede de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, as situações de vulnerabilidade e de violência primárias desencadearam em outras mais complexas.

Ao dissertarem sobre suas histórias de vida, os adolescentes apresentaram diversas situações vivenciadas no âmbito institucional de sócio-proteção em que a violação dos direitos e as cenas de violências estão colocadas como pontos de ruptura com alguns serviços e de reestruturação no território.

As experiências institucionais negativas são marcantes especialmente quando envolvem a violação de direitos dentro de seus espaços. Esse paradoxo entre serviço de proteção e a sua transgressão do viés protetivo foram também fatores relevantes na vinculação com as ruas, onde encontraram acolhimento e vínculos afetivos importantes.

As intervenções, as respostas e as relações que se estabeleceram nos serviços acionados, as experiências institucionais positivas ou não, foram capazes de alterar a história desses meninos e meninas, produzindo novos caminhos, diferentes usos nos serviços e novas apropriações territoriais.

Quando já em situação de rua, a rede de cuidado e proteção para os adolescentes se dá primordialmente pelos serviços como o Conselho Tutelar, Consultório na Rua e Centro Pop, que basicamente foram os serviços disponíveis para atendimentos por livre demanda destacados nas entrevistas. A partir desse contato a rede passa a ser ampliada e conhecida por eles via encaminhamento destes órgãos.

Os jovens entrevistados deram indícios de já conhecerem muito bem essa rede e suas respectivas funções. Conseguem nomear os principais atores e são capazes de fazer críticas pertinentes a partir de suas experiências positivas e negativas.

Reconhecem as funções do Conselho Tutelar, por exemplo, e também a noção da sua incompletude institucional, revelando seu olhar crítico em relação à necessidade da efetivação das políticas e das ações de modo que atendam às principais demandas que lá aparecem e que requerem articulação entre as instituições.

Eu acho que ele (Conselho Tutelar) existe para ajudar quem é ‘de menor’, pra quem tem problema. Família que tá em necessidade, fazer um Bolsa Família, um bagulho assim e assado. Até que o Conselho é bom, eu acho ele bom, eles vão te mandar pra um abrigo, para uma instituição. Eles sempre querem o melhor pra tu (...) eles não podem fazer muito não, porque nem tem abrigo demais pra botar todo mundo, tia. Eu achava que Niterói tinha que ter mais abrigo, tem muito pouco abrigo em Niterói. (Paulo)

As diferentes violações antecedentes e após a situação de rua por si só produzem uma lógica de encaminhamentos que promovem contatos com instituições distintas. Essas instituições passaram a ser apropriadas pela intervenção das instituições que estão na ponta, como o Conselho Tutelar, ou espontaneamente. Ora os adolescentes pedem por acolhimento, internação e escola através do Conselho ora realizam percursos próprios para dar conta das necessidades que se apresentam cotidianamente na vida nas ruas.

A partir do reconhecimento das instituições e de suas atribuições na oferta de distintos serviços, tanto de proteção quanto de cuidado, novas demandas são endereçadas e, na medida em que são legitimadas, acolhidas e atendidas, alguns serviços passam a fazer parte do circuito diário dentro das andanças pelos territórios da cidade.

Deste modo, apesar de sujeitos às condições instáveis da rua, a presença dessas instituições enquanto pontos de apoio e de recursos passaram a inscrever um padrão de circulação com deslocamentos algumas vezes previstos e necessários. Nessas relações de

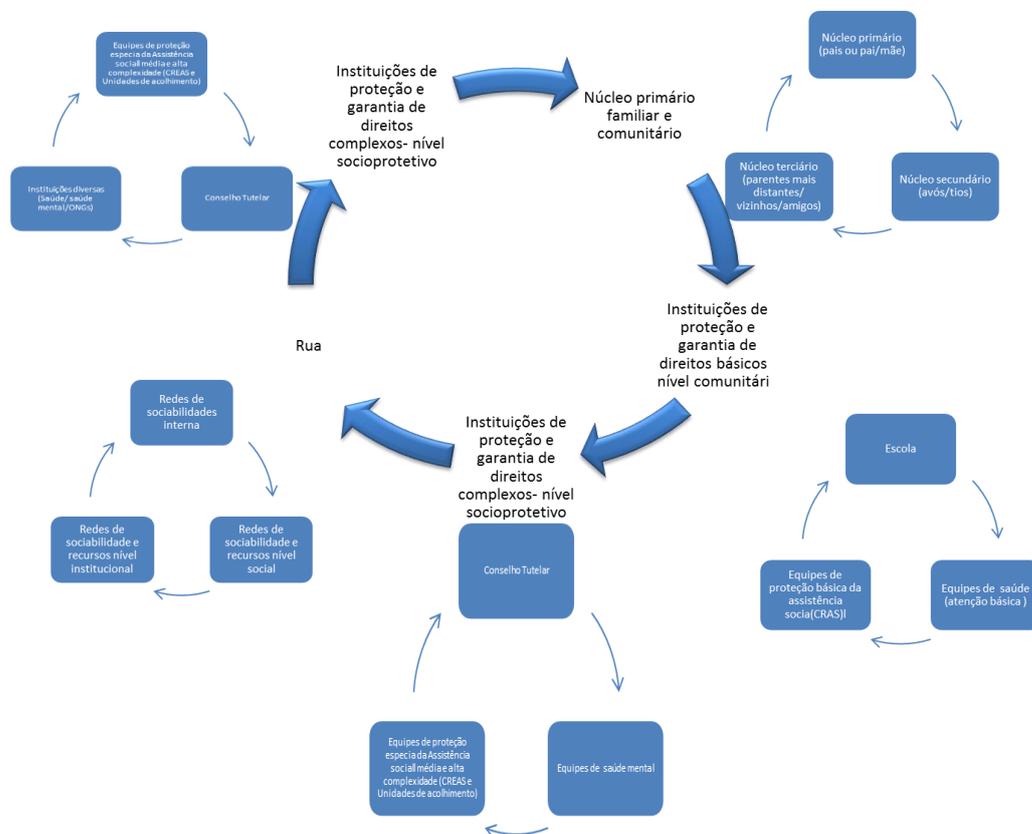
sociabilidade entre grupos e de suporte institucional, eles passaram a ter cada vez maior papel ativo nas ruas, em substituição aos suportes primários. (GREGORI, 2000)

As trajetórias que implicam no processo de apropriação da rua e afastamento das relações primárias, sob a perspectiva do movimento, introduzido por Gregori (2000), e das vinculações/desvinculação desenvolvidas por Castel (1991) e contextualizadas por Escorel (1999), reproduzem o padrão da circulação de crianças ainda no âmbito familiar, agora também nas ruas.

Essas trajetórias podem ser visualizadas a partir de um esquema que representa as movimentações internas entre núcleos de vinculação e que desencadeiam movimentações mais amplas que representam os processos de desvinculação.

O elemento gráfico abaixo (Figura 1) traceja a movimentação elaborada a partir das falas dos adolescentes em situação de rua desde a infância, em que a mobilidade se reproduz a partir das primeiras dinâmicas de circulação nos ambientes familiares e comunitários.

Figura 1: Movimentação dos adolescentes em situação de rua desde a infância



Fonte: Elaboração própria.

A circulação dos adolescentes em situação de rua em Niterói se inicia a partir do afastamento da convivência parental, aqui chamada de núcleo primário, podendo ser o ponto de partida para trajetórias fora do âmbito familiar ou comunitário, inserindo as instituições, ou de rotatividade entre diferentes cuidadores. Ainda neste domínio, há um circuito paralelo entre as instituições territorializadas, onde comumente as primeiras situações de vulnerabilidade são identificadas e produzem demandas entre os serviços.

Em alguns casos os adolescentes possuem histórico de saídas do ambiente doméstico primário e inserção no ambiente das ruas ou institucionais, onde o núcleo familiar e comunitário pode ser inserido nesta rotatividade a qualquer momento. Seja pelo retorno espontâneo ou pela lógica de recambiamentos e reinserção familiar realizado pelos dispositivos de proteção, a casa de familiares sempre é uma opção viável dentro dos circuitos.

As situações de violência e vulnerabilidades, quando identificadas pelas instituições territoriais ou mesmo quando já produziram a ruptura da convivência no núcleo primário, chegam aos serviços de atenção especializada. O que grande parte dos casos observados mostrou é que apesar de acessarem os serviços, seja pela lógica do encaminhamento ou por demandas próprias, que geralmente se dirigem ao Conselho Tutelar, as situações de desvinculação com as bases comunitárias, desde a família até as instituições já se estabeleceram produzindo importantes rupturas.

Neste sentido, a rua já passa a se estabelecer como um espaço importante e pela qual outras trajetórias institucionais se tornam possíveis, seja pelo acesso a serviços especializados à população em situação de rua, seja por encaminhamentos realizados pelas instituições já acessadas, agora pela via das vulnerabilidades que a rua impõe.

Nas relações entre cuidadores, ainda quando criança ou já na adolescência, há uma mobilidade interna desde a convivência com os pais ou um deles, com familiares e mesmo com pessoas próximas física e afetivamente, como vizinhos e parentes. Desencadeada por inúmeros fatores e circunstâncias relacionais ou cotidianas, essa mobilidade está presente em diferentes camadas sociais, não se tratando de uma dinâmica moderna.

Cabe ressaltar que não se pode pensar essa experiência da circulação tal qual Gregori apresenta, sem refletir sobre o modelo de família que está naturalizado em nossa sociedade e as dinâmicas possíveis impostas pela realidade social ampliada que inclui modelos previstos de relacionamentos conjugais, dinâmicas territoriais e geográficas, pobreza e, até mesmo, a ausência do Estado, como sinaliza Fonseca. A autora evidencia arranjos familiares em que

crianças circulam entre genitores, madrinhas, criadeiras e outros tipos de pais de criação desde a época colonial e nos serve de alerta contra possíveis determinismos, implicando o caráter essencial da suspensão da relação causa-efeito entre essa dinâmica e o desencadeamento de situações de vulnerabilidade, como a situação de rua. Ao perceber possíveis arranjos fora do padrão socialmente instituído sobre a família nuclear em que crianças circulavam entre diferentes domicílios, não se identificou rupturas de laços afetivos. (FONSECA, 1999, p.69)

O contexto das dinâmicas de circulação entre diferentes espaços de cuidado primários, segundo Gregori (2000), estimulam a experiência de circulação que se reproduzem em outros contextos, e no caso de adolescentes em situação de rua, ela se reproduz no contexto das ruas. Nas dinâmicas entre os serviços comunitários que produzem socialização e cuidados primários como a escola, os serviços de saúde e de assistência social, as necessidades de cuidado e acompanhamento promovem uma circulação entre diversos serviços de diferentes setores. As vulnerabilidades identificadas, por sua vez, geram encaminhamentos institucionais e apropriações/desapropriações dos casos, gerando um trânsito institucional no sentido da proteção e da garantia dos direitos desses meninos e meninas.

Em meio à circulação entre diferentes espaços de cuidado, proteção e garantia de direitos dentro de um processo de desvinculações, a rua se torna o espaço de apropriação e de subjetivações importantes à medida do distanciamento das relações primárias, no qual o trânsito se dá pelos relacionamentos entre grupos de pertencimento, redes de apoio sociais que garantem ganhos por meio de doações ou compras de produtos colocados à venda, ou nas entradas e saídas de instituições estatais, religiosas ou ONGs.

A partir do processo de vinculação com a rua pelas vivências e experiências nos territórios diversos do espaço público, a categorização desses meninos e meninas como “meninos de rua” permite novos acessos e dinâmicas entre os dispositivos institucionais, desde os acessados doravante, até aqueles voltados especificamente para esta população. Essas trajetórias passam a se tornar cíclicas onde possivelmente ocorrem retornos ao convívio familiar, à escola, onde os casos são retomados por equipes territoriais, mas que retornam às ruas e às demais instituições que passam a ser acessadas por esta condição.

Nesta espécie de errância, em que há uma mobilidade incessante, Rizzini e colaboradores destacam que a rua passa a ser o polo organizador e o elo entre a casa e as instituições. Com o estreitamento dos laços produzidos no contexto das ruas as demandas institucionais, por sua vez, passaram a ser transformadas e voltadas para dar conta das necessidades que a vida nas ruas impõe. (RIZZINI, 2003)

Assim como a autora demonstra, o que as crianças e adolescentes em situação de rua e com vasto histórico institucional têm em comum é a mobilidade incessante entre os diferentes campos de socialização e de recursos, desde o familiar até as instituições. (IBID)

1.1- Processos de exclusão e violência institucional

“A violência é nossa e não do outro.” (CARINA, profissional da Erijad)

Ao ouvir os relatos das experiências de vida dos jovens e das experiências dos profissionais a respeito das trajetórias de desvinculação em diferentes âmbitos, percebi que elas começaram a partir de situações de violências distintas. As violências não se limitaram ao âmbito familiar e se expressaram em suas diferentes vertentes e em outros espaços da vida cotidiana dos adolescentes ainda na infância.

Segundo Castel, na ausência de uma socialização primária, que inclui as relações familiares cotidianas, cabe ao Estado a promoção de espaços de suporte secundário. No caso dos adolescentes em situação de rua, nessa fragilidade de laços primários e de outras referências que promovam o estabelecimento de vínculos estáveis, esses meninos e meninas ficam sem lugar e sem referências no mundo. (CASTEL, 1998)

Ao responsabilizar o Estado, os profissionais entrevistados apontaram para o papel das instituições e os serviços na produção de exclusão e de mais vulnerabilidade. A escola e as demais instituições existentes no território foram citadas como aquelas corroborariam ou mesmo produziram situações que expõem meninos e meninas a vivências que os desvinculam desses espaços e do exercício de seus direitos garantidos pelo ECA.

As primeiras relações de desvinculação social na esfera da vida cotidiana agravadas pelas situações de violência, na casa, na escola e em seguida na esfera da cidadania integram ainda na infância o processo de exclusão social. Este processo consiste na evolução de vinculações e desvinculações ao longo da trajetória de vulnerabilidades, fragilizações e rupturas que para Escorel, acontecem em cinco níveis e tem como limite final apenas a manutenção da condição humana, da vida biológica. (SCOREL,1999)

Nessas trajetórias individuais, partindo da categorização proposta pela autora, esses adolescentes vivenciaram desde a fragilização das relações primárias pela questão econômica

e de renda, visto que muitos deles integram uma camada social muito empobrecida; o esgarçamento das relações familiares e comunitárias, seja pela violência doméstica e a violência simbólica no âmbito institucional; até a fragilização das relações secundárias pelo não exercício da cidadania na efetivação de seus direitos sociais. Se encontrando na condição das ruas na esfera das relações sociais partidas pela antítese entre o mundo socialmente aceito e o mundo do desvio.

Ainda que em muitas situações relatadas a sobrevivência seja a motivação para suas andanças e a viração seja expressa pelas idas e vindas constantes, existe um movimento de tentativa de recomposição de vínculos como alternativa aos já rompidos.

Como demonstra Escorel (1999), para os autores interacionistas que estudam o fenômeno da exclusão social a partir dos grupos desviantes, existem recomposições como a formação de grupos e a construção de realidades alternativas de recomposição de vínculos sob as bases da solidariedade interna. Ainda que não reconhecidas socialmente ou estejam invisibilizadas, as interações entre os indivíduos e grupos, entre grupos intermediários e entre grupos e a sociedade garantem um lugar social e uma identidade que possibilitam que os meninos em situação de rua ainda consigam se situar em diferentes esferas de socialização. Seja pela identidade dentro do grupo, seja pela figura do menino de rua e drogado, estigmatizado socialmente.

A estigmatização ainda no âmbito comunitário, seja na escola seja nos serviços que não os atendiam ou não cuidaram integralmente de suas vulnerabilidades, produziram no campo simbólico a violência e a exclusão. E, à medida que foram perdendo cada vez mais seu lugar no território das relações primárias, avançaram no sentido de rupturas que os deixam sem lugar algum no mundo, que não pelas relações frágeis no mundo das ruas.

A violência institucional, citada por alguns profissionais consiste na determinação de padrões sociais dominantes, através de discursos e ações que desqualificam suas características, e suas dificuldades. Segundo Bourdieu (1989), trata-se de um poder simbólico exercido em função de legitimar o discurso dominante sob a forma da violência simbólica, que apesar de não produzir danos físicos, engendra danos subjetivos.

O padrão de socialização que se inicia pela desvinculação sócio-familiar e se estende pela vida social, reproduz uma lógica de impermanência. Não há identificação em nenhum dos espaços percorridos e não há o desejo de enquadramento ou de retorno às condições

anteriores, seja nos padrões socialmente aceitos de conduta, seja na vivência das condições de vulnerabilidade pelas quais já estiveram antes expostos.

O fenômeno da exclusão integra processos de vinculação e desvinculação em diferentes níveis de interação, seja entre indivíduos e grupos sociais, entre grupos intermediários e entre grupos e a sociedade como um todo.

A partir das concepções de desvio de Becker (1985)¹¹ e do estigma de Goffman (1963)¹², Escorel (1999) torna possível a compreensão das interações sociais baseadas na caracterização de condutas socialmente não aceitas que excluem através da estigmatização dos atos tidos como desviantes. Partindo dessa caracterização de crianças e adolescentes fora do padrão, no âmbito da família, da escola, da comunidade e até mesmo nos serviços, a violência simbólica se exerce numa pressão na direção da marginalização cada vez maior dos ditos desviantes.

A fala de uma das profissionais aponta para as relações conflituosas no cotidiano institucional, como na escola, onde muitos dos adolescentes recebem diagnósticos e rotulagens a partir de comportamentos tidos como inadequados, desviantes e onde surge a necessidade de afastamento desses sujeitos da comunidade escolar.

“[...] o nosso primeiro contato vem da Educação, o primeiro pedido vem para a educação. O primeiro processo de exclusão vem assim "eles causam transtorno, eles não têm que ficar aqui". O primeiro convite de retirada, para que ele se retirem. Então na verdade, a gente é muito responsável pelo agravamento[...]”.(CARINA, profissional da Erijad)

As violências institucional e simbólica a que esses adolescentes já estiveram expostos se perpetua assim como sua condição de vulnerabilidade e marginalização. Os adolescentes que se encontram em situação de rua, bem como os jovens adultos, que possuem vasto histórico de passagens institucionais dentro da rede de proteção para a infância e adolescência têm em comum, além das constantes idas e vindas pelos espaços de proteção, tratamento e sócioeducação, as experiências negativas de violações de direitos, violências em seus diversos aspectos e a constatação de não pertencimento nesses espaços.

¹¹ BECKER, H. *OUTSIDERS: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

¹² GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1988

Ao relatar a experiência do “reflexo”, que se referia a uma cena de abuso sexual dentro de uma unidade de acolhimento ou ao afirmar que entre preferir a rua a ter de permanecer num abrigo apenas comendo e vendo TV, os jovens narraram suas experiências de não pertencimento na esfera institucional.

Essas e muitas outras narrativas expressam a relação de não-lugar, que mesmo reconhecendo o teor frágil das relações desse grupo populacional, como bem aponta Escorel (1999), denunciam que muitas das instituições por onde percorreram dentro das trajetórias de vulnerabilidades antes mesmo da situação de rua, não se constituíram como bases de apoio e cuidado na prevenção e na reorganização da vida desses meninos e meninas.

“[...]essa ausência de lugar físico é uma negação à lógica subjetiva também, a gente fala de não-lugar, o não-lugar subjetivo. O mais cruel não é exclusão material concreta que eles vivem, essa é parte do processo, o mais cruel é que existe um processo de exclusão subjetivo que é reforçado.”
(CARINA, profissional da Erijad)

As experiências no âmbito da rua e as andanças em busca de lugares e pontos de ancoragem que começam desde muito cedo, ainda na infância, também é demarcada por um processo constante de invisibilização que acontece em duas perspectivas, a daquele que é invisibilizado, e daquele que não o enxerga. (MOURA JR et al, 2013)

Ao longo de suas trajetórias de vida, na errância em busca de algum lugar, os adolescentes, encontram nas ruas o pertencimento, ainda que estejam “fora do lugar, seja na perspectiva da violação de direitos em que se entende que viver nas ruas oferece riscos às crianças e aos adolescentes, seja na perspectiva de que a rua não é um lugar habitável.

Esse processo complexo envolve não só a invisibilidade pública, mas as reações que envolvem a possibilidade do encontro entre as pessoas. Moura Jr e colaboradores (IBIDEM) apontam que a invisibilização das pessoas em situação de rua inviabiliza encontros e perpetua medo e violência a partir do reconhecimento da identidade de “morador de rua” com papéis definidos de drogados, sujos, violentos e doentes. Corroborando para a manutenção dos processos de exclusão que os deixam sem lugar e sem referências no espaço social

Nicodemos (2005) ao tratar da questão das drogas na adolescência aponta para que o acolhimento desses indivíduos e envolve a manutenção de modelos previamente desenvolvidos como respostas sociais e políticas, mas que a potência dos serviços envolve a oferta de um espaço para o acolhimento das demandas que chegam junto com eles. Há que se

construir um lugar que possibilite a emergência de sujeitos, não se restringindo apenas a atenção à saúde e ao risco social, fazendo da mesma o principal campo de intervenção dos serviços de atenção psicossocial. O autor lança a discussão sobre a distinção entre locais e lugares, refletindo sobre a capacidade institucional na produção de lugares aos sujeitos, considerando suas escolhas, suas urgências e suas subjetividades, e propondo outro olhar sobre o tema das drogas.

1.2- Das vulnerabilidades na infância e adolescência ao consumo de drogas: cuidar do quê?

‘O consumo de drogas é secundário, eu vou afirmar isso sem nenhum medo. Acho que qualquer um de nós que passe uma noite ou duas na rua vai escolher usar droga. Porque a rua, a noite principalmente, a gente anda com medo[...]então acho que a droga é uma resposta a isso. Em alguns momentos acho que é uma resposta até saudável, até inteligente[...]’
(CARINA, profissional da Erijad)

Apesar do tema das drogas estar intrinsecamente ligado às discussões sobre a população em situação de rua e muitas vezes ser uma das vertentes pelas quais muitos adolescentes acessam os serviços disponíveis na rede no município de Niterói, percebe-se que, na perspectiva de muitos profissionais, este não seja o maior problema, e não é a principal demanda por parte dos adolescentes.

Nas abordagens com crianças e adolescentes são raras as orientações específicas. No documento produzido pelo Ministério da Saúde intitulado “Marco Legal- Saúde, um direito de adolescentes” o uso e o abuso do álcool e de outras drogas aparecem como protagonistas na produção de situações de vulnerabilidade, produzindo violência, acidentes, gravidez sem planejamento, transmissão de doenças, dentre outros agravos. Apontam também para a gravidade do problema que não se restringe apenas ao consumo e suas consequências diretas sobre o corpo biológico. (BRASIL, 2005)

Ao longo da minha trajetória profissional no acompanhamento dos casos de adolescentes em situação de rua percebi que na maioria dos acessos aos serviços e às instituições, a temática das drogas aparece como uma via de possibilidade do cuidado com esses meninos e meninas, como um alvo de intervenção palpável.

Importante destacar que o enfoque do consumo de drogas nos casos de adolescentes em situação de rua, através das demandas por internação e tratamento da dependência química, vem travestido de uma abordagem que visa o cuidado. Segundo Nicodemos (2005), o discurso que enfoca as substâncias produz uma fixação dos sujeitos apenas no campo da dependência química. O privilégio na maioria das intervenções é o protagonismo da substância química e do seu uso, em detrimento da utilização dos recursos disponibilizados pelas instituições enquanto estratégias de alcance dos mesmos enquanto sujeitos.

A problematização do consumo além de retirar o foco dos sujeitos, que possuem história e demandas próprias e legítimas, se distorce nas questões sociais estruturais que permeiam as experiências e as trajetórias de vida desses sujeitos.

Segundo Varanda e Adorno (2004), as fragilidades dos vínculos, a pobreza e as “experiências desestruturantes”, que enfraquecem o potencial de organização interna e de articulação, constituem essas trajetórias de vida marcadas pela violência estrutural e vulnerabilidades negligenciadas e invisibilizadas.

O modelo de acolhimento dos adolescentes em situação de rua que fazem uso de drogas e das demandas que chegam junto com os mesmos corresponde à manutenção dos modelos previamente desenvolvidos a partir da concepção das drogas como verdadeiras vilãs, em detrimento das vulnerabilidades vivenciadas desde a infância e que se complexificaram ao longo do tempo e das negligências do Estado. As intervenções ganharam contornos cada vez mais em torno da dependência química e se deslocam da problematização das desigualdades sociais e das violências.

(...) o uso de psicoativos nas classes populares pode estar relacionado ao sentido de tomar coragem para enfrentar situações que, mesmo simples e rotineiras, demonstram as dificuldades de enfrentar a realidade vinculadas às fragilidades impostas no processo de crescer em contextos de empobrecimento e vulnerabilidade crescentes. (EPELE, 2010¹³ apud RAUP e ADORNO, 2011)

A partir da entrada do crack, as políticas públicas tenderam à aproximação do discurso das neurociências e da lógica combativa, como respostas frente às demandas sociais e políticas para a questão das drogas, que se colam cada vez mais ao discurso da ameaça ao bem-estar social, da violência e dos danos em saúde.

¹³ Epele M. *Sujetar por laherida. Uma etnografia sobre drogas, pobreza e salud*. Buenos Aires: Ed. Paídos, 2010.

Ainda que na perspectiva da redução de danos promovida por algumas equipes a partir da escuta qualificada, ou na perspectiva da saída das ruas promovida pelos acolhimentos institucionais e pelas internações na lógica da abstinência, a questão da proteção e da garantia dos direitos a partir das vulnerabilidades evidentes pelo uso intensivo de drogas, por um lado, legitima o acesso e dá um status de apropriação dos casos para algumas equipes, mas, por outro, se transforma em uma barreira de acesso ou de continuidade no cuidado.

Nessa lógica de encaminhamentos, diferentes abordagens e conceituações a respeito do consumo de drogas entre as instituições, as comunidades terapêuticas acabaram se tornando uma via de possibilidade para alguns atores da proteção social e legitimadas pelos adolescentes, garantindo uma abordagem mais imediata que os retirassem das ruas e das cenas de uso:

‘[...] procurando os conselheiros que os acompanham solicitando algum tipo de internação, o que a gente observa é que a rede de saúde não oferta uma internação que atenda a essa expectativa, a necessidade desses adolescentes. A gente vê as comunidades terapêuticas como uma porta que eles identificam possível, bem como os abrigos.’ (MARCIA, profissional do Consultório na Rua)

A lógica da justiça e da urgência na proteção desses meninos e meninas em situação de rua tem a perspectiva do contato, da problematização e do acompanhamento num outro tempo e que diz respeito aos sujeitos, culminando em conflitos que ficam ainda mais evidentes através das medidas compulsórias de internação e mesmo de tratamento.

Percebi que as diferentes concepções de cuidado diante da questão do consumo de drogas criaram um embaraço entre os atores da rede. Com isso, o trabalho intersetorial tem perdido a potencialidade pela lógica de encaminhamentos e da pouca implicação no cuidado frente a outras situações de vulnerabilidades.

Quando questioneei sobre a adesão aos serviços voltados para a atenção álcool e drogas para onde os adolescentes em situação de rua costumam ser encaminhados, ouvi muito a respeito das resistências institucionais para acolher as demandas mais emergentes. As equipes de saúde mental, resistentes pelo viés compulsório, apontam a necessidade de vinculação com esses sujeitos. Contudo, há uma legitimidade da lógica do cumprimento de

ações compulsórias e coercitivas, algumas num sentido quase policialesco por parte do conselho tutelar, por exemplo.

“Tem a ver com as ações, quando tem a ver com essa questão desse encaminhamento com a justiça, porque agora recentemente, ano passado se não me engano, tivemos aí algumas reuniões com o MP, com a Vara da infância, os equipamentos de saúde mental, conselhos tutelares quanto à abordagem dessas crianças em situação de rua e usuários de drogas e, não estava tendo assim uma, um equilíbrio nessa reunião, porque a saúde mental dizia que eles tem que ser acompanhados, mas eles continuam em situação de rua e nada acontece. Já o Conselho (tutelar) tinha uma outra visão e uma outra postura em relação à abordagem desses adolescentes em situação de rua. Então a gente tinha aquela visão que sim, tinha que ser feito uma abordagem, até uma abordagem compulsória, porque isso no passado surtiu efeito. Por mais que seja algo muito difícil como conselheiro dizer isso, essa foi a única forma de nós termos tido um avanço no passado com as mesmas pessoas. Vou botar um grupo de sete, ou de cinco crianças voltaram para a situação de rua e estão na rua de novo, e trouxeram outros e hoje são adolescentes. Porque se tivesse feito como no passado, talvez tivesse tido um avanço. Se foi feita uma busca e apreensão no passado, encaminhamento compulsório e tal e nada aconteceu, não aconteceu porque não dependia só da gente, mas da rede que também compete a rede de proteção da criança e do adolescente.” (PEDRO, profissional do Conselho Tutelar)

O que se evidenciou através das falas e conduções de muitos casos é que a dissonância entre as diferentes perspectivas de cuidado e modelos de intervenção criaram uma barreira entre os serviços e a descontinuidade no acompanhamento e na condução dos casos.

Apesar da dissonância quanto à abordagem, o acesso de muitos casos ao CAPSi e aos demais serviços de saúde mental, por exemplo, só ocorreram pela via dos encaminhamentos compulsórios pela justiça, principalmente pelo agravamento a partir do uso prejudicial de drogas.

O consumo de drogas por parte dos adolescentes em situação de rua produz uma ambivalência entre abrir e fechar portas nas instituições. Há um entendimento da necessidade de um especialismo para dar conta da complexidade que o tema envolve como abstinência e escuta qualificada, ou por questões estruturais em que o cuidado envolvido com usuários de drogas deve ser investido primordialmente por parte de equipes de saúde mental.

Ouvi sobre “critérios de exclusão” no caso das unidades de acolhimento da assistência social no município, onde a questão do uso de drogas se tornou um problema que gera resistências por parte das equipes, ou que potencializa evasões.

Também ouvi e presenciei sobre os pedidos por internação pelos próprios meninos e meninas como demanda produzida por esse consumo. As internações tanto nos abrigos, quanto em comunidades terapêuticas e mesmo no sistema de sócio-educação como uma via de possibilidade de contenção, organização e autopreservação demonstram que este consumo se problematiza dentro das instituições e é absorvido pelos adolescentes enquanto tal, como um fator relevante que abre ou fecha portas:

“Eu já vi, "me interna" porque está em risco, assim, me tira da rua". Então me interna, deixa eu ir para o Criaad, “me protege porque eu vou morrer. E eu não sei se “me protege porque vou morrer” por conta das drogas, “me protege porque eu vou morrer” porque tem uma ameaça ali na cena. Não sei se é a droga, não sei mesmo... Acho que não.” (CARINA, profissional da Erijad)

Nos serviços de saúde mental, a presença dos mesmos se legitima, na maioria dos casos ao consumo de drogas, num sentido de que a condução terapêutica se deve encaminhar pela problematização deste consumo. Apesar desta não ser a perspectiva de muitos profissionais que os atendem, ela de certa forma legitima institucionalmente a presença desse público nos serviços de saúde mental. Deste modo, o destino previsto para encaminhamentos futuros a partir da maioria geralmente são para instituições voltadas para a temática álcool e drogas (AD), sejam públicas a partir de encaminhamentos dentro da rede de saúde mental, sejam as Comunidades Terapêuticas, e algumas vezes de maneira compulsória pela justiça acionados pela rede de proteção social da Assistência Social.

“Cada caso é um caso, quando é uma criança um adolescente em situação de rua usando drogas em situação de vulnerabilidade a gente vai buscar o atendimento médico, a gente vai buscar a desintoxicação.” (PEDRO, profissional do Conselho Tutelar)

Esta perspectiva de protagonismo das drogas e de um modelo de cuidado compulsório e da abstinência não é consensual entre as diferentes equipes e serviços. Quando questionei aos profissionais sobre a rede de atenção voltada para a questão AD, diferentes perspectivas e entendimentos sobre cuidado e intervenção se apresentam.

“Apesar disso muitos profissionais entendem que a problemática em torno do consumo de drogas é secundário diante de outras demandas e necessidades de proteção e cuidado junto à esta população. A princípio a gente trabalha com essas demandas iniciais, para depois trabalhar com a droga, se esse trabalho é bem feito, vai bem amarrado, a gente, não sabe, eles não dão abertura, eles tem confiança de estarem abrindo essa parte da vida deles com alguém, isso demora, você tem que estar muito disposto a estar ali, englobando tudo[...]Eles não falam muito da droga, não é o primeiro assunto, começa por questões, assim de saúde ou o fato deles se identificarem com alguém, ele pode falar coisas do que seriam a questão principal deles seriam a rua, a família, a questão da comunidade, o pai, a mãe, o que for, a violência que sofreram né, o abandono, saúde, o caso de meninos que vieram querendo fazer atividades, fazer coisas, pedindo emprego, procuram escola, curso, são outras questões, tem muitos meninos que vão falar sobre a questão das drogas com a gente.” (CARLA, profissional do CAPSi)

O consumo de drogas, por sua vez, é compreendido enquanto fator contingencial, tanto nos casos em que aparece antes quanto após a experiência da situação de rua. Apesar disso, a problematização deste consumo costuma ser colocada como alvo primário e priorizado das intervenções.

“É porque na rua existe a facilidade né, então, a rua, ela possibilita também aquele jovem a ficar de maneira à vontade né, ele fica à vontade, ele usa na hora que quiser, e se não tiver ele nem usa. A rua possibilita isso, a facilidade do uso[...]”(PEDRO, profissional do Conselho Tutelar)

No sentido do cuidado e atenção voltados aos sujeitos pela via da questão das drogas, diferentes perspectivas se apresentam. A internação, a desintoxicação, a lógica da abstinência e o especialismo se contrapõem em relação a uma perspectiva integralizadora e descentralizadora da questão das drogas.

“Na verdade a questão que chega não é a droga, o que chega para gente são as queixas do cuidado com a saúde [...]A queixa é outra, o cuidado com o corpo em sua maioria e a partir daí a droga se apresenta como um fator de vulnerabilidade para o cuidado com esse corpo. A droga é mais um

elemento como a rua é mais um elemento.”(MARCIA, profissional do Consultório na Rua)

Nessas investidas institucionais através de intervenções diretas sobre o consumo de drogas nos casos de adolescentes em situação de rua, é possível identificar um atropelo, no qual as questões que poderiam ser trabalhadas a nível secundário, ganham protagonismo, dificultando a construção de outro trabalho que não a manutenção de uma lógica que persiste em se operacionalizar.

O tema das drogas atravessa questões sociais, de saúde e de segurança pública, especialmente no caso das drogas ilícitas, onde o tráfico por si só já é um agente que produz dinâmicas que transformaram a organização e a estabilidade social no território brasileiro.

No caso dos adolescentes, há uma interdependência e entre os contextos individuais, familiares, educacionais, grupais e comunitários relevantes tanto na concepção dos riscos quanto da proteção referente ao uso prejudicial das drogas. (SCHENKER e MINAYO, 2005) Revelando a demanda pelo agenciamento intersetorial e conectado à conjuntura social e cultural das abordagens referentes ao uso de drogas.

Raup e Adorno (2011), em um estudo etnográfico com jovens em situação de rua, destacaram que o padrão compulsivo do consumo de drogas não estava limitado apenas às propriedades viciantes das substâncias, mas também com a constituição de identidades grupais e individuais, além do alívio dos sofrimentos oriundos da fome e das diversas privações e vulnerabilidades oriundas da vida nas ruas. Nos grupos pesquisados os autores identificaram a relação entre o consumo de substâncias com o trânsito entre diferentes territórios, com as relações sociais estabelecidas, desfeitas e retomadas e com as demandas por serviços de saúde e sócio-proteção não atendidas. A instabilidade e falta de recursos econômicos, sociais e afetivos foram fatores associados tanto ao controle ou interrupção do consumo quanto das recaídas (IBIDEM).

O trabalho institucional descolado da lógica da abstinência, da desintoxicação e da dependência química centraliza os sujeitos e suas demandas. Estas, por sua vez, podem ser de fato oriundas da problematização do consumo de drogas, mas também podem ser outras, que podem apenas ser endereçadas a partir da construção de um lugar subjetivo.

Propondo outro olhar sobre a questão das drogas, Nicodemos (2005) assenta a necessidade de considerar os sujeitos envolvidos e todas as dimensões de sua subjetividade antes de debruçar-se sobre a questão dos usos e abusos das drogas. Realizando um recorte

temporal, propõe a retirada de foco do fenômeno das drogas e na intervenção deste objeto, redirecionando as práticas institucionais. Em uma perspectiva, como coloca o autor, que enfoca nos sujeitos, é possível construir uma presença com os mesmos em que os espaços institucionais podem se constituir enquanto apropriáveis, utilizáveis e potentes, produzindo o cuidado. (NICODEMOS, 2005)

Segundo Marc Augé (1994, p.13) um lugar pode transitar entre a condição de “não-lugar”, enquanto mero espaço de circulação, movimento e passagem a “lugar antropológico”, onde a experiência dos indivíduos se vincula aos espaços, percorridos e habitados, à sua cultura e à sua história. Partindo da lógica do movimento, é possível conceber, a partir dos conceitos de “lugar e não-lugar antropológicos” de Marc Augé, a constituição dos serviços enquanto lugares, que produzem significações e identificações. (IBID).

Deste modo, é possível conceber o trabalho institucional com outra função, a de corte e ruptura, descolada da função médica de desintoxicação e do tratamento da dependência química, por exemplo. Um cuidado integral que abre possibilidade do “estar com” os sujeitos, em seu itinerário, construindo nos espaços institucionais lugares nos quais o vínculo e a subjetividade possam se tornar produtivos para os mesmos. Rompendo o circuito do fracasso, do estigma e da segregação que comporta o discurso sobre o “cracudo”, por exemplo, sem identidade, sem nome e sem história e que representa o fracasso do ideário sobre “um mundo sem drogas”. (NICODEMOS, 2005)

Esse cuidado deve ser compreendido como um ato amplo e complexo que requer a ruptura de intervenções medicalizantes e especializadas, fixadas sob o paradigma de doença e cura e, conseqüentemente, na supressão dos sintomas e adaptação. (ZANIANI e LUZIO, 2014)

2- CIRCULAÇÃO E VIRAÇÃO: IDAS E VINDAS NOS TERRITÓRIOS

A partir das falas, a circulação institucional, como antes aqui já comentada e também observada por Gregori (2000), aparece como importante fenômeno que se inicia ainda durante a convivência familiar e comunitária e que se reproduz ao longo das trajetórias de vida dos adolescentes em situação de rua.

A existência de diversos dispositivos voltados para a atenção, cuidado e proteção da criança e do adolescente em diferentes escalas e com diferentes metodologias, segundo a normativa técnica de cada setor envolvido, conforma a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente, que compõem locais e recursos disponíveis aos adolescentes na condição de risco social.

As vivências nesta rede, assim como nos espaços públicos, na família, na comunidade e na escola apontam para a formação de vínculos que se estabelecem, desfazem e refazem na medida em que esses jovens se movimentam. Entre as idas e vindas entre esses diferentes espaços, não há uma fixação nem relações permanentes. (GREGORI, 2000)

A partir do estudo com meninos e meninas de rua, Gregori explica que a “viração” se dá a partir da saída de casa e que, apesar dos vínculos fragilizados, muitos ainda mantêm contato com a família, o que permite dentro dessa lógica de idas e vindas, a circulação, com retornos pontuais para a casa ou as visitas familiares em plena praça pública, bem como a vivência intensa nas ruas, com o convívio com os grupos, com o outro desconhecido, transeunte, apressado, ou com os justiceiros, os bem feitores, os parceiros e os amigos no espaço da rua. Nestes circuitos de trajetos e vivências, a “viração” acontece para a garantia de recursos materiais e imateriais para a sobrevivência no contexto de uma intensa mobilidade por diferentes espaços .

Alguns autores sobre a infância e adolescência também introduzem a lógica da circulação como movimento fruto da construção de novos vínculos. Fonseca(1999) observou nas camadas populares de Porto Alegre a circulação de crianças entre diferentes cuidadores dentro e fora das relações familiares como estratégia da manutenção do cuidado e da formação delas, sob a forma da solidariedade entre os membros. Rizzini e colaboradores (2003) trazem o aspecto da circulação enquanto fenômeno que também é iniciado no âmbito da família, mas posto em prática pela necessidade de migração em busca de melhores recursos materiais.

Ao afirmar que a circulação, também acontece nos espaços institucionais, e que tem como objetivo a “viração”, Gregori dá indícios de que os recursos institucionais passam a fazer parte dos circuitos de andanças e da “viração” dos adolescentes.

A experiência do ato infracional, a fuga, a apreensão, a audiência, a intervenção para acolhimento, a abordagem social, o machucado que requer cuidados de saúde na emergência hospitalar, o atendimento médico, a fala do conselheiro tutelar, a caridade nas ruas, a “dura” da polícia e o compartilhar da droga são ações que fazem parte deste circuito de idas e vindas em que é preciso andar, entrar e sair para se virar.

Todas essas situações são constituintes de um modo de existência particular, uma saga. Da circulação forçada pelas instituições, através de demandas compulsórias aos serviços, especialmente pela problematização do uso de substâncias ou pela urgência diante do alto nível de vulnerabilidade social em que se encontram, à circulação pela necessidade ou pela vontade compulsiva de mudar, de deixar de estar, constituem um ir e vir que incluem as instituições públicas. Apesar das instituições existirem e muitas vezes reforçarem seu caráter técnico e político que efetivam um modelo de organização social, seus respectivos usos por esses adolescentes nem sempre obedecem aos critérios estabelecidos de oferta dos serviços.

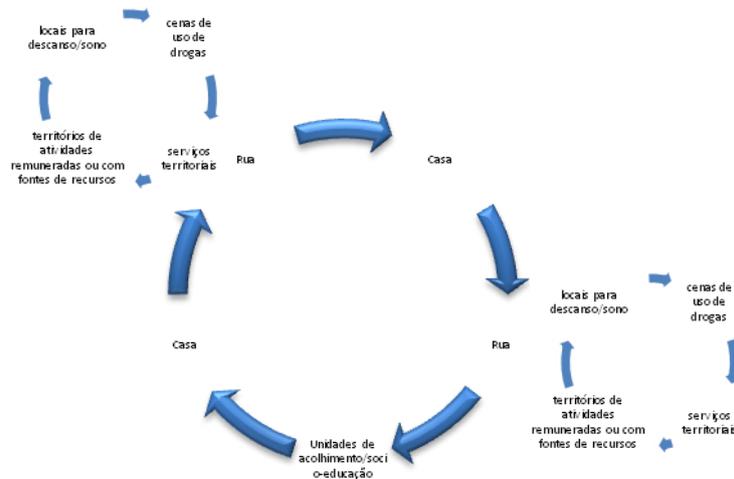
Algumas falas dos jovens entrevistados demonstram que a frequência, ou não, num serviço costuma estar associada à obtenção de recursos que satisfaçam a suas necessidades imediatas. Alguns profissionais reconhecem que a procura e a permanência nos serviços tem a ver com a capacidade de atendimento dessas demandas espontâneas por parte das instituições e que é a partir do acolhimento sensível às necessidades características dessa população que suas atividades técnicas podem ser efetivadas junto aos adolescentes.

Ao longo das trajetórias de vida a circulação por diferentes espaços sociais e institucionais demarcam uma busca por recursos de sobrevivência como a proteção, mas também por lugares de referência. A busca, a permanência e a ruptura com os serviços se apresenta de maneira cíclica e vinculada a circunstâncias pessoais dos adolescentes, sociais e mesmo políticas que interferem não só no funcionamento de alguns serviços como também e, conseqüentemente, na estrutura e nas condições da vida nas ruas.

A partir das primeiras experiências nas ruas as trajetórias passam a se apresentar cíclicas através de movimentos constantes dessas idas e vindas.

Este padrão pode ser visualizado pelo esquema abaixo que enseja demonstrar o caráter cíclico das trajetórias:

Figura 2: Padrão de circulação dos adolescentes em situação de rua



Fonte: elaboração própria

Quando não encontram o acolhimento esperado nem o atendimento eficaz das demandas, os espaços institucionais perdem a legitimidade e deixam de ser referenciados como pontos de ancoragem. Porém, essa perspectiva negativa não permanece cristalizada. Ora as instituições deixam de ser procuradas, o que também altera o circuito de andanças e de fixação nos territórios, ora tornam a ser referenciadas pelos adolescentes. Visto os novos arranjos impostos pela vida nas ruas, as diversas necessidades e violações sofridas podem produzir novas demandas ou intensificar a necessidade do que chamam de “ajuda”. Essa dinâmica também se altera pelo viés dos serviços que, ao perceberem as novas dinâmicas das ruas e das necessidades colocadas a cada momento social (porque não político?) alteram as relações e o modo de operação dos mesmos.

A apropriação das instituições e de seus serviços se dá através de um conjunto de fatores, desde a oferta técnica dos serviços quanto da oferta de um espaço de vínculos e de recepção das demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua.

O uso espontâneo dos serviços da rede da infância e adolescência se relaciona com as demandas próprias da população em situação de rua, onde diversas dimensões da vida cotidiana, o uso de drogas e as relações familiares e afetivas dentro e fora da vivência na rua, escapam às funções técnicas e objetivas à que as instituições se propõem ofertar. Portanto, a proteção, a garantia dos direitos e o cuidado só são possíveis pela abertura da possibilidade de contato, vínculo e afetos entre as pessoas envolvidos nessa dinâmica.

Tanto nos relatos quanto na observação de campo ao longo de alguns anos junto a esses e outros adolescentes, é possível perceber que a relação estabelecida com as instituições obedece a certa lógica imposta tanto pelas condições próprias da vida nas ruas, como a violência, escassez/oferta de recursos e infraestrutura, vínculos pessoais com pares e relação com as instituições. Aí incluídas não só aquelas disponíveis e de portas abertas para o atendimento e acolhimento de demandas, mas também aquelas que podem ser acessadas através do encaminhamento produzido pelas primeiras.

Circulando pelos dispositivos para “se virar” e se proteger, buscando a sobrevivência, muitos adolescentes permanecem na circularidade de ações, as quais Gregori relaciona com a manutenção da condição, que no caso dos meninos de rua, culmina numa circulação pela circulação, correspondendo a um determinado destino repetitivo, espiralado e contínuo. (GREGORI, 2000, p.22)

O fechamento e ou mudanças territoriais dos dispositivos institucionais também são fatores que geram circulações territoriais e institucionais. Fatores externos também promovem idas e vindas institucionais, como a guerra de facções do tráfico que geram dinâmicas dentro de unidades de acolhimento ou impedem o acesso a determinados territórios.

2.1- Sobrevivendo nas ruas: lidando com estigma e preconceitos

“É a luta da sobrevivência [...] cada dia uma experiência, você tem uma sabedoria que adquire nas ruas, ‘reflexos’ que você passa. Perigo...Viver na rua pra mim é tipo que a gente tem que jogar com todas as armas. Porque tem as covardias, tem a discriminação, muita discriminação, tem o preconceito, as pessoas julgam muito a gente. A gente tem que saber onde anda, o que fazer e com quem fala nas ruas. Porque, às vezes nós somos confundidos com bandido, confundido como ladrão, às vezes com pessoas que aprontam. Na rua a gente tem que ter aquela educação enorme com a sociedade porque a gente tem que saber lidar com a sociedade, mesmo que a gente esteja abaixo dela”. (ARTUR)

Sobre a experiência de viver nas ruas, os jovens colocam que para a sobrevivência nessa condição há que se contar com aspectos como “sabedoria” e a capacidade de interação

com a “sociedade”, já que são vistos como “diferentes”. A vivência nas ruas é tida como uma espécie de superação. A auto-percepção sobre a condição em que vivem, tanto em relação às dificuldades quanto ao estigma que carregam diante do olhar dos outros, também apontam para a diferenciação entre eles e a “sociedade”.

“A gente está abaixo da sociedade, a gente ‘estamos’ na rua e no olhar de muitos que estão na sociedade a gente ‘somos’ inferior a eles. Mesmo assim a gente ‘somos’ diferentes. Só porque a gente não tem as condições de uma classe média, eu não vou dizer que sou um cara que tem... uma pessoa estabilizada entendeu. Eu não posso dizer que tenho minha casa, meu trabalho, minha família, que tenho meu salário todo mês. [...] Hoje em dia, muitas pessoas que vivem nas ruas entre nós acham que é inferior. Eu me coloco nesse lugar não é porque as pessoas acham, é porque é a realidade da vida. É a vida que eu ‘tô’ vivendo, essa é a realidade. Por isso que eu interpreto de um modo diferente”. (ARTUR)

Os sentimentos de diferenciação e inferioridade representados em algumas falas trazidas pelos jovens entrevistados podem ser explicados à luz do conceito de estigma. Para Goffman (1963), o estigma designa atributos depreciativos a partir da oposição entre parâmetros tidos como normais.

A partir dos comportamentos transgressores, como coloca Da Matta (1991), em que experienciam a vida privada nos espaços públicos, e das marcas das condições de precariedade em que vivem estarem presentes e visíveis no corpo, os adolescentes em situação de rua são estigmatizados. O estigma é constituído de símbolos que podem ser identificados tanto em aspectos materiais como nas características corporais, quanto em aspectos imateriais, apresentados sobre a forma de comportamentos e pertencimentos, por exemplo. (GOFFMAN, 1963)

Nessas condições precárias em que a falta de recursos materiais e afetivos produzem demandas por diferentes níveis de auxílio, algumas de suas características estigmatizadas aparecem como fator de impedimento ao acesso desses recursos.

Não é qualquer um pra viver na rua não, época de chuva então, tem que dormir no cantinho da parede para não se molhar, passa até fome. (PAULO)

A marca do estigma também é reforçada nos espaços institucionais onde muitas falas e condutas profissionais e mesmo por parte de outros usuários sinalizam a diferença e a dificuldade de interação. Algumas cenas vivenciadas nos espaços institucionais exemplificam essa demarcação de diferença e de preconceitos por parte de usuários e seus familiares. Algumas mães no CAPSi, por exemplo, contestam frequentemente a presença de crianças e adolescentes em situação de rua no serviço, evitam proximidade entre os mesmos e seus filhos e denunciam a presença dos mesmos nos espaços de reivindicação dentro e fora do ambiente institucional.

Nos diferentes espaços percorridos e habitados pelos adolescentes são solicitados aos mesmos comportamentos “adequados”, mudanças em seu aspecto e apresentação física e mesmo práticas e condutas religiosas como condição para o recebimento de algum benefício. Esse efeito perverso de “correção” e adaptação geram o “descrédito” de si a partir de uma “identidade social virtual” em que os considera fora dos padrões de normalidade produz ainda mais diferenciação e reforçam o preconceito, afinal, como alerta Goffman, “não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em ‘bases iguais’” (IBIDEM, p.17).

Para se virar em meio à noção de diferença, os adolescentes também contam com o que Goffman (1963) se refere a ganhos secundários, fazendo uso da violência física e do medo para conseguirem algum ganho, ou das marcas que portam no corpo para a comoção dos ditos normais e obterem alguma vantagem.

Essa percepção de diferenciação e de inferioridade denunciam a carga de preconceito que enfrentam e que determinam interações e experiências nas ruas e nas instituições pelas quais passam. Esse estigma no encadeamento discursivo ao longo das entrevistas indicam uma forte relação com a auto-responsabilização pela condição em que permanecem, especialmente por conta do consumo de drogas.

“Não sei o que me dá que eu quero sempre voltar para as ruas de Niterói, família eu tenho, pra dar e sobrar [...] acho que o que me estraga é esse espírito de fazer merda [...] Não sei tia, minha cabeça sempre foi problemática.” (PAULO)

Os jovens falam em oportunidades de sair das ruas totalmente vinculadas ao processo de afastamento das drogas. Internações em comunidades terapêuticas e outras ofertas apresentadas pelas pessoas com quem encontram nas ruas são percebidas como saídas

oferecidas para a situação de rua. Essas ofertas por tratamento e cessão do consumo de drogas carregam o anseio social de adaptação às condutas ditas normais ao passo que, nos comportamentos apresentados pelos mesmos que correspondem ao padrão esperado para essa faixa etária, também são vistos como desviantes, por conterem essa marca da estigmatização. Não importa o que façam ou deixem de fazer, estão sempre demarcados pela lógica da diferença.

Ao falarem de “oportunidades” dadas e perdidas tenho a impressão de que há uma certa deriva, à espera dessas oportunidades que precisariam do esforço pessoal desses jovens para que se efetivassem como solução para a vida. Enquanto não são surpreendidos por essas tais oportunidades, eles permanecem nas ruas, circulando em busca da manutenção de suas necessidades básicas.

O reconhecimento da diferença aliado aos discursos de não pertencimento a alguns espaços institucionais, como o que é denunciado pelos profissionais em que estar em situação de rua, ainda que tecnicamente garanta o direito ao acesso aos serviços de proteção, se caracteriza enquanto critério de exclusão, revela uma política silenciosa (não tão silenciosa assim) que discrimina e impede o acesso aos recursos e o exercício da cidadania. Diante dos ganhos e perdas obtidos a partir dessa marca de diferenciação dos padrões da normalidade, é preciso se manter em movimento para continuar se virando.

2.2- Se virando com as drogas

“Porque essa hora, se eu tivesse botado qualquer 10 reais no bolso, já tinha subido no morro pra comprar um crack” (PAULO).

Um das dificuldades para o manejo do autocuidado na permanência nas ruas se apresenta em relação ao consumo de drogas. Neste ponto, a frequência nos ambientes institucionais se coloca como uma estratégia de controle e de organização desse consumo.

“Porque eu tenho consciência, as vezes eu mesmo paro e analiso. Como que eu ‘tô’ por causa do crack, todo sujo, não posso ficar assim, ‘tô’ precisando de uma ajuda, daí eu venho no CAPSi. Aqui eu tomo banho vou comer e descansar”. (PAULO)

Nos relatos fica claro que a rua é o espaço que apresenta e propicia o uso das drogas, mas também é o espaço de experiências negativas dos efeitos desse uso. Há o desejo de sair das ruas, mas as relações nela estabelecidas, os vínculos formados para além do uso de drogas se colocam como barreiras para essa mudança de vida. Esses vínculos se mostram, apesar de voláteis, uma ancoragem no mundo, onde encontram a substituição das relações e dos afetos familiares.

Maconha, crack, thinner e cocaína são relatadas como as principais drogas usadas e o crack se apresenta como grande “vilão”, tanto pelos efeitos físicos e emocionais, quanto pelo padrão de consumo ao qual os jovens entrevistados associam a uma relação de dependência. Nas falas, tanto nas entrevistas quanto no dia-a-dia institucional, é possível identificar uma consciência sobre as consequências negativas do uso do crack tanto para si quanto para outros meninos.

“Esse negócio aí que inventaram do crack é muito difícil, ela é muito sinistra pra largar [...] ‘Tô’ tipo diminuindo. Mas diminui num dia, tu volta a usar no outro dia pior ainda, tia.[...] Mó destrói vida. Eu acho que se eu não tivesse conhecido as drogas eu ia tá bem até hoje tia.” (PAULO)

Apesar de reconhecerem as dificuldades manifestadas tanto pelas consequências do uso quanto na perspectiva da abstinência, os jovens apontam para a problematização do uso e a intenção de um controle na frequência diante dos aspectos negativos do consumo de substâncias.

“No momento que você tá usando a droga, tem algumas sensações que são boas, relaxantes, mas depois vem o pânico. Se tiver usando a droga num lugar tranquilo você fica de boas, agora se você tá usando num lugar em que não esta à vontade. Se não tá num lugar que tem explanação briga, presença da policia, ou num lugar que você já sabe que já deu ruim por causa da droga aí você já fica escaldado, na neura, ai mexe com o metabolismo, você fica muito assustado, fica suado, com medo, acha que vai morrer e depois quando você acaba com a droga você não quer mais, e você fica danificado. Sabe um objeto que danifica, e você não quer mais, você se arrepende daquilo e você fica assim, sem querer usar alguns dias ou algumas horas e depois bate a abstinência e você usa de novo.” (ARTUR)

Ainda que a problematização do consumo de drogas seja uma fala em comum entre os jovens entrevistados, as demandas apresentadas por eles e por outros adolescentes nas instituições passam muitas vezes pelas urgências consequentes dos modos de vida nas ruas. A demanda secundária a respeito do controle e organização do uso de drogas se associa ao fato do uso das substâncias fazerem parte do processo de “viração” nas ruas e, apesar de seus aspectos negativos no nível individual, são nos aspectos da vida cotidiana que ele se faz funcional.

[...] é necessário reconhecer o quanto o arranjo dessas duas posições – estar em situação de rua e ser usuário de crack - pode ser tramado sob uma busca de delinear uma existência na qual, apesar da situação de negação de direitos e exposição à violência, procura-se amortecer os sofrimentos na busca por instantes de prazer que diminuem a fome e a privação, além de constituir-se como meio para a obtenção de coragem e agilidade em situações que demandam uma percepção aguçada. (RAUP e ADORNO, 2011, p.59)

Raup e Adorno (2011) ao observarem a relação do uso de crack por jovens em situação de rua destacaram que o padrão de consumo está associado ao padrão de circulação dos mesmos, que além de produzir circuitos de andanças e fixações temporárias, têm também a função de abrandar os sofrimentos oriundos da fome e das privações impostas pela vida nas ruas, além da construção de identidades em meio aos grupos de pertencimento nos quais se associam. Os autores enfatizam que as condições sociais, políticas e econômicas que permeiam a discussão e caracterização das condições que conduzem e mantêm os jovens na situação de rua, são a maior problemática entorno da questão das drogas nesta população do que as suas propriedades viciantes.

“Nesse contexto, o abuso de crack é compreendido como um artifício capaz de transformar uma vida marcada pela falta, discriminação e ausência de perspectivas em uma busca constante por prazer, focada no presente, a qual preenche a existência com um objetivo concreto e factível: obter mais e mais crack.” (IBIDEM, p. 64)

Percorrendo os territórios em busca de seus interesses, seja para consumir drogas, seja para o autocuidado, fica perceptível um processo de idas e vindas, pelos lugares públicos,

pelas cenas de uso de drogas, pelos territórios comunitários e familiares e pelas instituições para a satisfação das suas necessidades momentâneas.

Neste sentido apesar das drogas serem um artifício da “viração”, a busca pelos recursos institucionais para dar conta deste consumo, a partir da sua problematização, envolve a inserção dos serviços da rede neste circuito em que se movimentam, para se virar diante da necessidade de contenção do uso prejudicial das substâncias.

Considerando que o uso de substâncias está associado ao padrão de circulação dos adolescentes em questão, que produz circuitos de andanças e fixações territoriais, a busca por cuidados voltados para a questão do uso de substâncias tem a ver com a oferta de um espaço ampliado e territorializado que os vislumbrem em sua totalidade.

Um dos movimentos observados é que a utilização dos serviços nos territórios possui uma função muito específica diante da relação com o consumo de drogas. A permanência nos espaços institucionais pode ser entendida enquanto uma estratégia para a efetivação da redução de danos e, sendo percebida pelos profissionais sensíveis que atuam nesses serviços, pode potencializar os usos desses espaços, fornecendo um cuidado integral. Pensar no cuidado voltado para a atenção ao uso prejudicial de substâncias requer pensar numa clínica integral, que precisa ser “territorializada, inter e transdisciplinar”, ou seja, a “clínica ampliada”. (ZANIANI e LUZIO, 2014, p.73)

“[...] eu penso bem no que vou fazer quando sair daqui. Às vezes eu saio daqui não uso nem drogas. Vou até dormir, saio mais tranquilo. Que aqui é lugar pra refletir, relaxar a mente, sem estresse, porque na rua mesmo que se você estiver sem a droga alguém vai vir e te oferecer a droga.”
(PAULO)

2.3- Entre afetos e demandas: “O corpo como lugar de protesto”

“E teve um dia que ela(adolescente) parou aqui e falou de uma dor que ela (adolescente)sentia: *Tio eu tô sentindo uma dor muito forte, na alma*”.(PEDRO, profissional do Conselho Tutelar)

Nas relações estabelecidas entre os adolescentes e os profissionais dos serviços, se revelou o papel dos afetos, reconhecidos em meio às solicitações que se encontram cifradas em inúmeros pedidos, cenas e discursos. Outro dado observado compartilhado pelos

profissionais entrevistados foi o potencial do vínculo. Os profissionais apontaram que compreender e corresponder aos endereçamentos afetivos garantem um melhor manejo nos casos e a adesão às propostas de trabalho dos serviços.

Muitos dos endereçamentos e pedidos passam pela atenção voltada para o corpo, seja no manejo de cuidados básicos de higiene e alimentação, até solicitações por intervenções sobre o corpo para o abrandamento de sofrimentos de ordem afetivas, através da medicalização. Especialmente nas instituições voltadas para o tratamento da “dependência química” coexiste às ações práticas e cotidianas biomédicas o ideário que permeia a opinião pública sobre a possibilidade de intervenção sobre o uso, que por sua vez, comporta a dimensão do fracasso frente ao que o autor chama de “contingência da droga”. (NICODEMOS, 2005, p.75)

Paulo, jovem entrevistado, reforça o entendimento de que muitos espaços ofertados para tratamentos aos indivíduos segue a lógica da atenção biomédica e social com ações técnicas e objetivas, não se constituindo de fato como lugares ao sujeito, às suas escolhas, suas histórias, suas urgências e subjetividade:

“Não tem um psicólogo e assistente social pra gente conversar. Os cara é tudo médico, ‘nois’ precisa de ‘conversar’, tia.” (PAULO)

Contextualizando sobre a população da qual tratamos, pensar no sofrimento psíquico para além da definição de um estado interno, mas oriundo de práticas e relações sociais que marcam a existência desses indivíduos pelas desvinculações e práticas excludentes, que marcam a diferenciação e pela concepção do desvio pelo estigma (ZANIANI e LUZIO, 2014).

O estigma, constituído de símbolos que são identificados também nos aspectos corporais, reduz os indivíduos aos traços físicos que apresentam (GOFFMAN, 1963). É o corpo sujo, adoecido, mobilizado pelos efeitos de substâncias e que requer, além de cuidados, a contenção, que marca o desvio que os identifica enquanto categoria social segregada, dando visibilidade a estes, considerados invisíveis.

Pela questão das intervenções no campo da biomedicina, na localização das demandas pelo corpo, que protesta através do radicalismo do ato desviante, que se deu início antes da vida nas ruas, este se torna o lócus de intervenção dos serviços, seja pela via do cuidado cotidiano, seja pela via da medicalização e da doutrinação.

Dos pedidos mais objetivos é possível retirar demandas subjetivas. É no corpo que se fala através das marcas, da sujeira, das doenças e das drogas que é possível garantir um mínimo de acesso ao cuidado e à possibilidade de vinculação.

“O encaminhamento, embora a referência seja o CAPSi, dentro desses usuários adolescentes muitas vezes este encaminhamento não se dá exclusivamente pelo uso das drogas. Ela se dá pela necessidade de um espaço que o adolescente precisa ter para cuidar desse do seu corpo, tomar banho comer, conviver, ser avaliado por um psiquiatra também, quando tá usando muito.” (MARCIA, profissional do Consultório na Rua)

Outra profissional entrevistada demarca bem essa característica corporal enquanto marca simbólica:

“Esses meninos produzem um mal estar tão grande. Porque eles trazem no corpo a nossa miséria, a nossa miséria humana é estampada no corpo de cada um . E é o que a equipe tem grande dificuldade em tratar.” (CARINA, profissional da Erijad)

As demandas apresentadas pelos adolescentes em situação de rua nos serviços apontadas pelos profissionais podem ser traduzidas enquanto pedidos de outra ordem, subjetiva e afetiva. Movimentos violentos como brigas, depredação do patrimônio e furtos podem ser entendidos como endereçamentos e sinalizações. O adoecimento e a queixa de dor física como solicitação de cuidado e acolhimento subjetivo. Os pedidos por cuidados em saúde revelam o medo das doenças e da morte e as fantasias que o adoecimento pode suscitar. Produzindo pedidos por cuidado de outra ordem que não apenas de uma prática sobre o corpo, muitos profissionais reconhecem o aspecto primordial da sensibilidade no contato com os adolescentes para que possam decifrar esses códigos.

Neste ponto me recordo de uma adolescente que constantemente chegava ao CAPSi queixando-se de dores e machucados provocados pelo namorado. Algumas vezes pude presenciar cenas de pedido por cuidado, seguidas de recusa do mesmo. Seu corpo marcado mobilizava boa parte da equipe, garantia atendimentos imediatos ou exclusivos a ela, e, na recusa por curativos ou na sua aceitação, a sua ida às unidades de saúde para exercer esse cuidado.

Outra profissional destaca que é através do acolhimento desses pedidos sobre o corpo que o cuidado integral pode ser promovido. Segundo ela, os pedidos por cuidados estéticos, por exemplo, podem abrir possibilidade para outros pedidos, para criação de vínculo e, conseqüentemente, para a abertura de novas falas que permitem intervenções em ato.

A mesma profissional que demarca a dificuldade das equipes no cuidado envolvido com a deterioração apresentada pelo corpo dos adolescentes em situação de rua, destaca também a dificuldade de compreensão das demandas subjetivas implícitas nos pedidos objetivos:

“Eu vejo isso, do corpo como lugar de protesto. Sim, tem casos em que o corpo vai se dilacerando, mas isso é uma demanda extremamente subjetiva, tá no corpo, mas não é do corpo. Vejo gritos, crises, algumas brigas que são extremamente endereçadas. Vejo furtos endereçados, menino que rouba o celular da pessoa que o atende, não é qualquer celular. Ele vai lá para ser atendido e furta o celular da pessoa. Eu acho que tudo isso é demanda subjetiva, corte de cabelo quando eles pedem, é um pedido de cuidado que é subjetivo. Catar piolho... eu não sei se existe algo que não dê pra pensar como algo que não seja subjetivo, acho que essa é a grande sacada.” (CARINA, profissional da Erijad)

Esse “corpo como lugar de protesto” aparece como mediador e produtor de demandas a serem decifradas. Uma cena trazida por um profissional é tocante e exemplifica a relação de afeto e de subjetividade na produção de demandas, mas também abre outra discussão sobre a dificuldade de apropriação por parte da rede de atenção pelas demandas da população em situação de rua, além de reforçar a ideia de que antes mesmo de chegar às ruas, muitos adolescentes e jovens já circularam por diferentes instituições em suas trajetórias de vida. Esse profissional relata que uma adolescente chega ao serviço e pede ajuda porque está sentindo uma dor, uma “dor na alma”. Com lágrima nos olhos este profissional descreve um percurso de vida marcado por rupturas familiares e afetivas desta adolescente desde muito cedo. Após várias passagens por instituições de acolhimento e de um processo de adoção internacional mal sucedido, aquela adolescente se encontrava em situação de rua naquele momento, agora encaminhada para a emergência do hospital psiquiátrico onde:

“[...]o hospital nos atendeu assim friamente. Toda a articulação que nós havíamos feito em reuniões anteriores para que a gente pudesse atender esse público, nada aconteceu na prática, assim, ela deitou lá no chão do

HPJ(Hospital Psiquiátrico de Jurujuba)[...]”(PEDRO, profissional do Conselho Tutelar).

Algumas sucessões de fracassos do poder público no cuidado com a mesma revela que o acesso à rede sócio-protetiva e de garantia de direitos não necessariamente promove a ruptura das violações, tão pouco a promoção de qualidade de vida e de cuidado ao longo da vida. Neste caso, também é possível perceber que apesar da adolescente conseguir acessar diversos dispositivos e serviços desde muito antes de se encontrar em situação de rua, ela permanecia em situação de vulnerabilidade social e psíquica.

É diante dessas vulnerabilidades e sofrimentos que a vinculação com as pessoas que integram a rede de serviços se faz fundamental. Nesta construção de afetos, referências e subjetivações, os espaços institucionais passam a oferecer também lugares subjetivos e pontos de fixação ou mesmo de acesso para recursos importantes dentro das trajetórias de idas e vindas nos territórios. Com a oferta de cuidado, de escuta e de vinculação, as instituições passam também a oferecer pontos de ancoragem, onde os pedidos e demandas mais importantes e cruciais para a efetivação da tão almejada proteção e garantia dos direitos pode se efetivar.

A partir do reconhecimento das instituições e de suas atribuições na oferta de distintos serviços, tanto de proteção quanto de cuidado, novas demandas são endereçadas e, na medida em que são legitimadas, acolhidas e atendidas, alguns serviços passam a fazer parte do circuito diário dentro das andanças pelos territórios da cidade.

O fato de conseguir romper com a lógica burocrática permite, através da abertura da escuta e do atendimento das demandas espontâneas, criar um trânsito regional e institucional.

“[...]ela queria cuidado, vínculo. Qualquer problema que tinha na rua ela vinha aqui, ela e outros. Tem outros também, quando eles arrumam problema na rua eles correm pra cá. Eles sabem que aqui vão ter, não que... tá , a gente vai defender, sim, mas a gente também vai cobrar pelos atos deles, sejam bons sejam ruins.” (PEDRO, profissional do Conselho Tutelar)

Mas, apesar dessas urgências endereçadas, a oferta de atividades, a criação de vínculos interpessoais e a lógica de encaminhamentos baseados na escuta dos adolescentes são

diferenciais que ampliam o acesso, garantem a eficácia dos serviços e produzem a adesão e legitimação dos espaços institucionais como lugares de acolhimento e de confiança .

“O CAPSi vai me ajudar, porque eles ajudam ‘nois’ pra tudo. Qualquer coisinha eles ajudam a ‘nois’. Eu ‘tô’ com essa vontade de mudar, o CAPSi vai dar só uma mãozinha, vai dar um empurrãozinho. Eu preciso do CAPSi pra arrumar um telefone, pra ligar, eu preciso de recurso, eles são bom de fala pra conversar com a minha família.”(PAULO)

No momento da pesquisa o CAPSi era o único lugar institucional elegido pelos jovens entrevistados ainda frequentado e o Consultório na Rua o serviço que conseguiam acessar com mais liberdade. A legitimidade do CAPSi passa por alguns fatores, desde o manejo do cuidado e da atenção até a localização no território. A identificação com os profissionais e com sua capacidade de escuta e de acolhimento se apresentam como primordiais para a adesão não só aos projetos terapêuticos individuais, mas à própria instituição. Essa legitimidade não é cristalizada e passa por momentos de adesão e não adesão.

No caso do Capsi, assim como do extinto CRCA, espaços institucionais passam a ser identificados como lugares na perspectiva discutida por Marc Augé. Pela construção de vínculos, identificações e respeito às individualidades na relação interpessoal com os profissionais bem como através das atividades promovidas.

O CAPSi, ao receber os meninos e meninas em situação de rua, ao acolher e legitimar suas necessidades (não sem embates ou dificuldades) e as solicitações ainda que implícitas deste público tão específico, por se tratar de um equipamento historicamente legitimado para acolher as morbidades psiquiátricas, pode prolongar suas formas de cuidado e de atenção territorial de crianças e adolescentes que trazem pedidos tão distintos dos usuais neste espaço.

E na medida em que solicitações tão peculiares e complexas são acolhidas, o trabalho prescrito e a função técnica podem ser realizados com efeitos mais produtivos e exitosos na lida diária com meninos e meninas que trazem junto com suas necessidades pronunciadas, urgências significativas da ordem da vida.

Eu me sinto bem, fico tranquilo. Fico a vontade, esvaziando a mente, eu penso bem no que vou fazer quando sair daqui. Às vezes eu saio daqui não uso nem drogas. Vou até dormir, saio mais tranquilo. Que aqui é lugar pra refletir, relaxar a mente, sem estresse, porque na rua mesmo que se você estiver sem a droga alguém vai vir e te oferecer a droga. (Paulo)

Alguns serviços ora são classificados como vias de possibilidade para o acolhimento das necessidades, ora são reduzidos a espaços meramente técnicos ou mesmo incoerentes com sua prescrição técnica. Os pontos positivos e os negativos na avaliação das instituições nem sempre significam a ruptura dos vínculos e a exclusão dos mesmos enquanto possibilidade de acesso.

E porque lá é muito chato também, não tem nada de bom, tem nada pra estudar, só quer dar comida e ver televisão, enjoa, aí acaba saindo. Saí saindo mesmo. Se for pra ficar comendo, bebendo e dormindo eu fico na rua, ‘pow’. Como bem e durmo bem (Paulo).

E na medida em que solicitações tão peculiares e complexas são acolhidas, o trabalho prescrito e a função técnica podem ser realizados com efeitos mais produtivos e exitosos na lida diária com meninos e meninas que trazem junto com suas necessidades pronunciadas, urgências significativas da ordem da vida.

2.4- Andanças: a circulação pelos serviços nos territórios

“Não sei onde vou ‘tá’ amanhã ou depois, preciso saber onde estou e sabedoria pra passar pra aquele que ‘tá’ chegando, onde ele ir. E pra não ficar como se estivesse de óculos, ficar cego. Eu cheguei em Santa Rosa não sabia como tomar banho, não sabia como interagir e a Fernanda, José e Paloma me mostraram o CAPSi. Eu vim pra Santa rosa porque eu sabia que aqui estava mais tranquilo, porque o centro da cidade estava muito caos”.

(Artur)

A partir das experiências no contato com crianças e adolescentes em situação de rua e das falas dos profissionais pode-se dizer que há uma importante relação entre os territórios de vida dos adolescentes em situação de rua e a oferta institucional.

Há um modo de circular pela cidade que está implicado com alguns fatores como a oferta de recursos básicos de alimentação e ganhos financeiros, onde se conseguem doações ou se estabelecem pontos para venda de doces ou de malabarismos em sinais; proteção física como casas abandonadas ou locais com pouca visibilidade e/ou proteção contra fatores naturais como chuva e vento; proximidade com pontos de venda e de uso de drogas; segurança e proteção diante da violência das facções do tráfico e mesmo de agentes do Estado

como polícia, a guarda municipal ou de justiceiros com suas práticas higienistas e, imbricada com todas essas condições, a oferta institucional.

O padrão de circulação dos adolescentes em situação de rua em Niterói segue um fluxo de idas e vindas entre a casa de familiares, instituições de acolhimento, unidades de sócio-educação e pelos diferentes territórios da cidade como as cenas de uso de drogas e as instituições disponíveis nos lugares que percorrem. Historicamente, no município de Niterói, os principais espaços de trânsito e fixação temporários apropriados por crianças e adolescentes em situação de rua são o centro da cidade onde encontram maior oferta de recursos institucionais especializados além dos bairros onde há maior oferta de recursos materiais como doações, alimentação e dinheiro, seja através de pedidos ou pela venda de doces, como no caso dos bairros de Icaraí, São Francisco e Santa Rosa que concentram residentes com maior poder aquisitivo na cidade e que se localizam próximo ao centro da cidade. Além disso, nesses territórios constantemente são estabelecidas importantes cenas de venda e consumo de drogas nas quais grande maioria das crianças e adolescentes ocupam.

Assim como Gregori (2000) observou em sua pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua, dentro do padrão de circulação dos adolescentes que demarcam os diferentes territórios da cidade, nas localidades em que há maior número de instituições de apoio elas se tornam bases que configuram um circuito em que seu cotidiano de desdobra. Quando encontram um território que se torna possível a subsistência e a proteção, as instituições presentes nesses locais passam a ser mais ocupadas e a possibilidade de vinculação também aumenta.

Existem diferentes apropriações dos territórios percorridos pelos adolescentes em situação de rua. Os percursos realizados dentro e fora da cidade são marcados pela relação entre os usos de recursos disponíveis e as relações sociais estabelecidas. Em cada dinâmica entre os usos e apropriações nos espaços da cidade, ela vai ganhando contornos e os territórios de vida vão sendo definidos a partir da perspectiva de Milton Santos, que define território como base das relações humanas produzindo uma relação de pertencimento. Trazendo a ideia de que os lugares, ainda que singulares, são os espaços que realizam e revelam o mundo, o autor trata dos territórios a partir de uma perspectiva histórica e geográfica (SANTOS, 2012, p. 55).

A noção de território deriva da apropriação do espaço, desde a sua materialidade, até as relações sociais que nele se desenrolam. Rocha e colaboradores acreditam que a relação

território-natureza-sociedade e a dinâmica das intervenções humanas sobre o território, criam e recriam significados em torno da apropriação dos recursos nele disponíveis (ROCHA et al, 2009).

Para Koga(2003) as relações estabelecidas num espaço dão a dimensão concreta ao território, para além da sua dimensão geográfica:

“Pois a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida do lugar remetem diretamente a relação entre populações e lugares, entre pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida” (KOGA, 2003, p. 55).

A cidade representa um espaço de complexidades, constituindo um lugar de circulação onde as pessoas se movimentam. A mesma cidade pode compor muitas outras, na qual significados diferentes podem ser atribuídos, podendo ser concebida pelo viés político, urbanístico, econômico, cultural ou simplesmente pelo olhar de quem nela habita (SENNETT, 1997).

A cidade de Niterói, segundo os adolescentes, é ao mesmo tempo uma “mãe”, acolhedora e que abre inúmeras possibilidades de sustento, relações sociais e recursos institucionais, mas também perigosa, inóspita e segregadora.

São nos territórios onde realizam suas relações cotidianas, desde o sono até o uso de drogas, que as relações vão se estabelecendo, criando enraizamentos temporários e modos de circular no espaço. No mesmo bairro onde se fixaram, por exemplo, para consumir drogas, os adolescentes passaram a permanecer e realizar outras atividades cotidianas.

É nesse dia a dia em que cabem diferentes usos dos espaços da cidade que as relações sociais dentro e fora da grupalidade acontecem. Muitos profissionais relatam que no atual momento em que há uma fixação em locais específicos na cidade existe a relação entre permanecer próximos às cenas de uso de drogas a uma infraestrutura de recursos disponíveis fazendo da localidade onde se fixam um território apropriado e subjetivado.

Os territórios de circulação dos adolescentes no bairro de Santa Rosa são ocupados com diferentes usos pelos adolescentes, não encontrando lugares fixos e próprios, circulam em busca de sobrevivência e de melhores condições. A itinerância se dá dentro de um espaço

delimitado, como alerta Escorel (1999) em que, para sobreviver é preciso ir ao encontro de recursos, proteção e fugir das constantes repressões.

Bauman pensa sobre a cidade enquanto espaço ambivalente capaz de atrair e ao mesmo tempo repelir, em alguns aspectos sedutora, por outros, produtora do medo. A cidade antes fundada com a função de proteger seus cidadãos contra o desconhecido, o estrangeiro, atualmente é o espaço que promove a cultura do medo, consequência da convivência plena com esse temido outro. As cisões produzidas pelas diferenças entre as classes sociais (ricos e pobres) não necessariamente produzem cisões territoriais, pois comportam a convivência forçada entre as diferenças. (BAUMAN, 2009).

A condição de viver e de morar na rua apontam para uma subjetivação produzida pela e na cidade. Assim, o território possui uma dimensão subjetiva na medida em que é apropriado e produzido em diferentes versões que “coexistem”, “se coproduzem” e “que convivem” (Diretrizes, metodologias e dispositivos do cuidado do Pop Rua, 2014, p. 10).

É esta cidade, acolhedora das diferenças, que Guattari define menos pela infraestrutura ou espacialidade e mais pelos arranjos e engendramentos humanos por intermédios materiais e imateriais. Apesar de construída sobre bases concretas, ela abriga sujeitos que basicamente são responsáveis por sua heterogeneidade. As diferenças, para o autor, não estão mais separadas por fronteiras espaciais tradicionalmente constituídas entre centro e periferia, mas se encontram em plena coexistência (GUATTARI, 1992).

Os chamados “nômades urbanos” tem nos espaços abertos seu lugar de moradia incerto, provisório, dominado, porém não possuído, produzindo andanças sistemáticas em busca de recursos de diferentes ordens. Esse modo de vida em que a migração é constante pode ser considerada uma característica positiva da população em situação de rua. (MAGNI, 2006¹⁴ apud PAGOT, 2012, p.57)

O padrão de circulação no entorno de locais com recursos mais acessíveis foi observado na apropriação dos territórios como de Santa Rosa que configura o atual movimento dos adolescentes, e no centro da cidade pouco tempo atrás. A tomada desses territórios como base para a circulação no âmbito da cidade, que implica também movimentos

¹⁴ MAGNI, C.T. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.*

em outros territórios pode ser analisada sob a perspectiva da presença de uma rede assistencial composta por instituições públicas ou não.

2.5- Os fenômenos CRCA e CAPSi

“Se o CAPSi não estivesse aqui ‘nois’ não ia vir não.” (PAULO)

Durante a experiência profissional com os adolescentes em situação de rua no centro da cidade, ainda em 2014, era perceptível a fixação neste território e a circulação em bairros próximos. Quando cheguei, tive notícias de que o serviço no qual ingressava havia sido inaugurado para dar conta da grande demanda da população infatojuvenil na cidade que costumava recorrer aos serviços ou eram abordadas pela equipe do CentroPop, unidade da Assistência Social que preconiza o atendimento da população em situação de rua adulta e famílias.

Cabe ressaltar que o dispositivo estava localizado no centro da cidade, numa rua paralela a uma das mais movimentadas avenidas de Niterói, conhecida por mudar completamente durante a noite, deixando de ser um espaço de circulação e de fluidez de pessoas no trânsito entre os inúmeros serviços ali localizados para se tornar um importante ponto de prostituição e de concentração da população de rua. Além dessa avenida, o serviço também estava próximo a praças e a outros serviços importantes de saúde, cultura e especificamente se encontrava na mesma calçada de importantes serviços vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, como CREAS, Conselho Tutelar da primeira região, o próprio Centropop e a sede da secretaria.

Esta permanência ainda assim não impede a circulação por outros territórios e mesmo a fixação temporária em outros lugares, públicos ou não. Há relatos de idas para a casa da família, permanência em casa de pessoas conhecidas ou em cenas de uso de drogas e andanças por lugares em busca de ganhos, como pontos de venda de doces, malabarismos ou em outros bairros onde se conseguem bons donativos.

Em caso de necessidades específicas os adolescentes conseguem se dirigir a outros territórios onde outras instituições estão presentes como o consultório na rua e conselho tutelar, especialmente no centro da cidade. Os adolescentes passam a permanecer mais próximos do CAPSi mesmo fora do horário de funcionamento e o acesso a outros serviços,

também próximos, torna-se mais comum, apesar de ainda ser necessária a mediação institucional em alguns casos. O mesmo ocorria à época do CRCA, no centro da cidade.

O fato é que com a existência deste dispositivo, o Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA) - mais conhecido pela população em situação de rua como “Crepopinho” em alusão ao CentroPop, um grande número de crianças e adolescentes passa a se concentrar no entorno do serviço. Circulando pelas ruas movimentadas do centro, mas também em outros bairros e cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo. Geralmente as andanças por territórios mais distantes se davam fora do horário de funcionamento do dispositivo. Escorel (1999) salienta que apesar da itinerância da população em situação de rua, ela tende a se concentrar num “território de circulação”, que geralmente está próximo a centros de consumo e de oferta de serviços.

À época o grupo de meninos e meninas foi alvo de inúmeras denúncias no Ministério Público e de algumas notas de jornal, em tom de denúncia e associando a presença dos mesmos a crimes na região. Apesar do clima hostil e de ações efetivas e violentas de tom higienista, a população infanto-juvenil resistiu, permanecendo sempre próxima do CRCA, inclusive pulando o muro durante a noite para dormir no local. Quando o mesmo foi fechado os meninos e meninas migraram para outros territórios e alguns atores institucionais chegaram a acreditar que eles sequer estavam na cidade, tamanha a dispersão e desapropriação do território do centro da cidade.

Apesar do fechamento do serviço ser o elemento mais evidente nesta relação de deslocamento, outros fatores como a política repressiva com ações policiais e compulsórias também marcaram esse processo. Esse fenômeno de concentração, que agora se repete na região onde está localizado o CAPSi, que hoje é o principal serviço recorrido por alguns dos adolescentes em situação de rua, possibilita a discussão sobre a relação entre a territorialização e a presença de serviços importantes para os adolescentes em determinados locais.

O fenômeno de vinculação com o CAPSi foi possível a partir da ocupação dos territórios que se localizam no bairro no qual o serviço foi recém estabelecido, visto que funcionava em outro bairro durante muito tempo. Próximos ao CAPSi estavam o “casarão” abandonado e ocupado por uma considerável parte da população de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e algumas das principais cenas de distribuição e consumo de drogas da região.

Segundo Escorel (1999), a rede socioassistencial pode ser entendida como uma gama de serviços dispostos nos territórios, incluindo serviços públicos, ONGs e entidades religiosas. Essa rede compõe a rede de sobrevivência da população em situação de rua nos territórios e, ainda que não estejam articuladas em rede, são os próprios usuários quem fazem a conexão entre elas. Essa rede de sobrevivência é montada a partir do reconhecimento das ofertas, como atividades e recursos que possibilitam a constituição de um roteiro que organizam o tempo e a apropriação do território .

A partir da intervenção conjunta entre alguns serviços da assistência social, segurança pública e Conselho Tutelar no casarão, o CAPSi passa a integrar o circuito de andanças como ponto de passagem e de recursos a circulação de muitos adolescentes que acabaram-se dispersando no território. Apesar de já conhecerem o CAPSi de longa data através de encaminhamentos realizados por outros serviços, o serviço passa a integrar os circuitos de andanças dos adolescentes a partir da sua nova localização, aliada ao fato de terem o espaço de proteção e de fixação desmanteladas, inclusive tendo como agentes dessa ação alguns atores que integram a rede de cuidado dessa população.

Deste modo, além de estarem mais vulneráveis no território, houve uma ruptura do vínculo de confiança com algumas instituições, que se localizam no território do centro da cidade. Ao questioná-los, os adolescentes não conseguem estabelecer uma lógica na relação entre a ocupação do território de Santa Rosa, bairro onde hoje se localiza o CAPSi e a sua ocupação, mas o fato de estarem ocupando a região em que o serviço se encontra, facilitou a inserção no serviço, segundo eles, e permitiu que outros meninos e meninas também acessassem o local através do convite dos primeiros que chegaram.

Essa cultura da circulação das informações é observada por alguns autores que se debruçam sobre a temática da população em situação de rua. Escorel (1999) observa que o compartilhamento de informações sobre a rede de sobrevivência é crucial para a subsistência nas ruas e conforma uma rede de vinculações e de solidariedade importante, ainda que impermanentes como bem observa Gregori (2000).

Nota-se que enquanto o CAPSi esteve fixado em outro território não houve tamanha adesão e frequência, mas quando houve a mudança justo para o território de circulação dos adolescentes, tanto de casos já referenciados, quanto de casos novos por demanda espontânea o dispositivo passa a fazer parte dos circuitos de alguns e como possível ponto de recursos para outros.

Ainda que estipulados dias específicos para a permanência de crianças e adolescentes em situação de rua no CAPSi, os mesmos têm chegado antes do horário de abertura e solicitado permanecer no local fora dos dias combinados

Segundo os adolescentes, a presença dos serviços nos territórios por onde circulam nem sempre garantem a adesão e a legitimação dos mesmos, destacando que não há uma relação direta de causa e efeito entre o fenômeno de territorialização. Os jovens entrevistados destacaram que para que uma instituição se estabeleça como base local, há que se estabelecer um vínculo com o serviço e, especialmente, com as pessoas que nele trabalham.

Apesar de julgarem a importância do mapeamento institucional nos territórios de vida, a migração para locais mais próximos das instituições se faz necessária, como foi no caso do centro da cidade à época do CRCA e atualmente no caso do CAPSi, porém a produção de acesso e de acolhimento por parte desses serviços foi primordial para que se estabelecessem como pontos de ancoragem e base de recursos.

Sobre conhecer e entender a disponibilidade dos serviços nos diferentes territórios, o jovens relatam a importância de saber quais existem nas diferentes localidades e como funcionam. Assim, demonstram através do mapeamento dos recursos a relevância do apoio institucional para sua estabilização nos territórios.

Localizar e poder recorrer aos serviços disponíveis nos territórios são estratégias da “viração” que, aliadas à capacidade institucional de responder de maneira afirmativa às demandas e ao criar vínculos de confiança, permitem a eficácia das ações de modo a possibilitar o cuidado.

O CAPSi, já conhecido pela lógica dos encaminhamentos, que também recebe demandas das demais instituições, e conseqüentemente já havia sido apresentado para os adolescentes em situação de rua em momentos anteriores, mas só passa a ser legitimado diante do atendimento das demandas próprias desta população. O que, associado também ao território de funcionamento que coincide com o território de vida dos mesmos, tem permitido a vinculação dessa população como nunca antes havia sido possível.

Na medida em que os serviços se disponibilizam dentro dos circuitos de vida e de andanças dos adolescentes em situação de rua a acolher demandas tão específicas e que estão muito além do desempenho do trabalho prescrito por políticas públicas ou especialismos, elas com facilidade podem se tornar pontos de ancoragem importantes, constituindo-se como lugares, no seu sentido subjetivo.

Na distinção entre lugar antropológico e não-lugar, o Augé (2005) define que os espaços físicos são meios que possibilitam a interação humana, mas que na configuração da “supermodernidade”¹⁵ as relações têm se realizado no campo virtual. Os não-lugares permitem a grande circulação entre as pessoas, coisas e imagens, transformando o mundo num “espaço imagético”, onde somos expectadores daquilo do qual não fazemos parte.

Os não-lugares se configuram como espaços de circulação, movimento e passagem, a via de um objetivo. Porém, Augé ressalta que “não existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele”, não sendo possível uma polarização por antítese (IBID, p. 74).

No que diz respeito à circulação dos adolescentes, Augé, ao descrever o viajante como o “arquetipo do não-lugar” (p.80), aborda sobre o movimento de atravessamento de lugares e da criação de itinerários, da circulação pela circulação, como finalidade e causa, mas que dentro desta circulação e de seus itinerários é possível criar marcas de contato e identidades partilhadas.

E é através dessa ancoragem que o trabalho prescrito pode se desenvolver no sentido mais ético e mesmo, eficaz. Na vinculação possibilitada pelo acolhimento, proteção, escuta e cuidado é que as demandas mais legítimas podem ser endereçadas, os dados mais relevantes podem ser obtidos e as intervenções mais importantes podem ser realizadas.

Portanto, a busca pelos serviços disponíveis na rede de atenção e proteção e cuidado com adolescentes em situação de rua extrapola suas funções estritamente técnicas. São as demandas próprias produzidas pelas intensas vivências e relações que se produzem no contexto das ruas e que se reproduzem nas relações estabelecidas por detrás dos muros institucionais.

Essas vivências intensas e importantes são justamente as que em grande parte levam crianças e adolescentes às instituições, especialmente às pessoas que trabalham nelas.

“Porque ‘nois’ fala e as pessoas já entende como ‘nois’ vive e já pode trabalhar no nosso caso. Já sabe. ”Vou trabalhar nisso no caso dele porque ele sofre com esse problema e aquele problema.” Que ninguém vai poder ajudar ‘nois’ sem saber nossos problemas.” (PAULO)

¹⁵ O termo supermodernidade para Marc Augé substitui o termo pós-modernidade comumente utilizado por outros autores.

Poder trazer questões importantes sobre si, sobre o auto-cuidado, inclusive a problematização do uso de drogas requer legitimidade e confiança.

“Porque eu tenho consciência, às vezes eu mesmo paro e analiso. Como que eu tô por causa do crack, todo sujo, não posso ficar assim, ‘tô’ precisando de uma ajuda, daí eu venho no CAPSi, aqui eu tomo banho vou comer e descansar. Sempre que eu quero usar crack eu venho aqui no CAPSi, aí eu fico um tempo sem usar”.(PAULO)

Perceber o acolhimento e a mobilização diante das solicitações que apresentam e, mais ainda, as transformações promovidas pelas intervenções institucionais são cruciais para a legitimação desses espaços.

A observação das dinâmicas entre territórios e apropriações institucionais mostrou que alguns serviços, ao produzir acesso e se permitindo constituir como lugares de ancoragem e de apropriação por parte dos adolescentes, que desde muito tempo têm circulado entre diferentes espaços em busca da constituição de alguma identidade em meio ao provisório, as instituições puderam se tornar importantes bases de apoio e de potencialidades na transformação da realidade de vida.

A fala do jovem Paulo demonstra a importância da capacidade de produzir acesso e de constituir lugares subjetivos por parte dos serviços:

“Paulo: É bom, porque a gente pode vir aqui. Se o CAPSi não estivesse aqui ‘nois’ não ia vir não.

Entrevistadora: Se fosse no Ingá?

Paulo:Aí seria osso, ‘nóis’ não ia querer ir até lá não, ‘nois’ ia preferir ficar usando drogas.”

Entre tantas passagens institucionais, tantas relações estabelecidas, esgarçadas ou rompidas, a capacidade de construir lugares de escuta e de valorizar a individualidade, possibilitam através dessa legitimação dos serviços a abertura de possibilidade para novos circuitos e perspectivas de vida. É através do território, entendido como um conjunto de forças sociais, que produzem mecanismos de inclusão e exclusão, que se torna possível intervir e transformar a população adolescente em situação de rua. Os serviços dispostos pelos territórios se tornam estratégias para garantir o cuidado de si *in lócus*, demarcando não só a efetivação do vínculo institucional, como também um reposicionamento dos adolescentes

enquanto sujeitos implicados com suas histórias e seu sofrimento. (RAMÔA, 2015 in TEIXEIRA, 2015).

3 - PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

“E agora, não é que eu desisti, eu não perco a esperança não, mas eu sei que um dia sei lá, papai do céu abençoa.” (ARTUR)

As discussões sobre a circulação dos adolescentes em situação de rua apontaram até aqui algumas características e funções das andanças e dos movimentos destes meninos e meninas, muitos deles ainda na infância. A itinerância e as fixações da população em situação de rua são determinadas pelas condições que a vida nas ruas os impõe. O acaso, o imprevisível e a inconstância são o mote para o constante movimento em busca de algum lugar de pertencimento e de recursos para a sobrevivência, vive-se no “eterno presente”. (ESCOREL, 1999, p. 255)

Apesar do presente marcado pela imprevisibilidade, os jovens entrevistados e os adolescentes observados ainda conseguem perspectivar o futuro. Os projetos de vida deles passam primeiramente pela ruptura com a situação de rua, desejo esse não tão atual, e identificado nos discursos dos mesmos muitas vezes ao longo de alguns anos de contato.

Muitos afirmam que essa esperança é alimentada desde o início das vivências nas ruas e se relacionam com perspectivas de uma vida melhor onde educação e acesso ao mundo do trabalho seriam condicionantes para uma mudança de vida. A inserção no mundo produtivo seria uma das possibilidades de reorganização da vida e da ruptura com o padrão de pobreza e de desvinculações experimentados no âmbito da família. Os jovens entrevistados imputam a manutenção da condição em que vivem especialmente a fatores internos, aos comportamentos e ao temperamento. Relacionam a permanência nas ruas às condutas socialmente inadequadas nas esferas familiar e institucional.

O desejo de sair das ruas necessariamente está vinculado principalmente ao processo de afastamento das drogas. Tendo em vista que as chamadas oportunidades, que constantemente apareceram nas falas dos jovens entrevistados e que está presente no discurso de muitos adolescentes faz da realidade social que os condicionou à vida nas ruas um pormenor diante da questão do uso das drogas. O consumo de drogas consegue ser um fator fortemente problematizado e ganha status determinante na manutenção das condições de vida dos mesmos.

Ramôa (2015) atualiza que as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua têm tradicionalmente se voltado para os aspectos da vulnerabilidade social associada ao

consumo de drogas. Neste ensejo, medidas, algumas delas compulsórias, permanecem sendo executadas no sentido da repressão ao uso de drogas seguidas de internações ou abrigamentos. Incidindo sobre os sujeitos uma lógica higienista de controle sobre seus corpos e suas vidas.

Dentro desta lógica “demonizante” sobre as drogas, as questões mais relevantes sobre a realidade de vida dos adolescentes como os processos de desvinculação, pobreza, violência e o próprio sofrimento vivenciado se tornaram pormenores na reflexão e nas ações voltadas para esta população.

Artur, ao ser indagado sobre conseguir transmitir detalhes de sua história de vida que seriam importantes para a condução de seu caso pelas equipes das instituições em que já havia frequentado e/ou ainda frequenta, se refere ao cansaço na reprodução de seu discurso a respeito de si.

“[...] porque é coisa particular minha e sempre fica repetitivo e eu não gosto. Mas tem uma hora que de tanto repetir pode mudar alguma coisa, de tanto ficar tentando... tentando...tentando.” (ARTUR)

Ao questionar os jovens nas entrevistas sobre a capacidade de expor suas necessidades, em especial sobre romper com as situações de risco social envolvidos com o fato de viver nas ruas, afirmaram que apesar de conseguir transmitir suas demandas, especificamente sobre mudar de vida, sempre que conseguiam algum tipo de ajuda institucional, se envolviam em situações em que a permanência nesses espaços se tornava inviável.

Paulo conta que se envolvia em brigas com outros acolhidos nos abrigos, que usava drogas nos serviços e que se “estressava” e fugia ou tinha de ser transferido.

“Eu sempre falava, sempre dizia que eu queria mudar. Tia, eu passei a minha vida toda dizendo que queria mudar e até agora eu não mudei. Não sei, consegui eu conseguia, mas sei lá, parecia que tinha um diabinho dizendo na minha orelha falando bagulho doido, aí me stressava do nada.” (PAULO)

Ao falar sobre as questões importantes que estariam relacionadas com essa mudança, foi possível perceber nas falas dos jovens que a partir das experiências institucionais negativas, ou seja, quando os serviços não deram conta de corresponder às demandas por ruptura das situações de violência e vulnerabilidades, especialmente depois de já estarem em situação de

rua, a responsabilização pessoal se tornou a principal justificativa pela permanência nessas condições.

“Paulo: Pra mudar de vida tia, não precisa de abrigo, não precisa de nada, força de vontade. Só depende de mim mesmo pra mudar de vida. Pode me botar no abrigo que for que se eu não estiver disposto a mudar eu não vou mudar. Pode me botar no melhor abrigo que tiver, se eu não estiver disposto a mudar eu não vou mudar tia.

Entrevistadora: Por que você acha isso?

Paulo: Pela experiência de vida, tia. Todos que mudaram não foi por causa de abrigo, foi por causa deles mesmos, botaram no coração que iam mudar e mudaram. Alguns porque aceitaram Jesus. Eu penso em aceitar Jesus. Penso em entrar pra a igreja, já fui um bom cantor. Já fui pago para cantar em Minas. Me desviei. ‘Tô’ doidinho pra voltar pra a igreja e ficar tranquilo arrumar minha casa, não quero ter uma vida só pra mim não tia, eu preciso da minha família pra arrumar trabalho, depois arrumar qualquer ‘tetinho’ pra morar.”

Ao serem questionados sobre o papel das instituições pelas quais já passaram nesse processo para que eles e demais adolescentes e jovens saiam da condição de meninos de rua, novamente atribuem aos indivíduos a responsabilidade. Conseguiram trazer importantes questões sobre si, mas que a transformação de vida está muito mais ligada a fatores pessoais do que às intervenções possíveis dos serviços.

“Entrevistadora: O que pode ser feito nessas instituições para adolescentes em situação de rua?

Artur: Não tem crítica, tudo bom, tudo ótimo, precisa a pessoa querer.”

Sobre as metas para o futuro ambos os jovens relataram que para uma mudança de vida seria apenas necessário o esforço pessoal. A auto-responsabilização foi um fator extremamente relevante e perceptível nos discursos sobre a manutenção ou a transformação de suas histórias.

Apesar da inculpação de si para justificar a atual condição, tanto em relação à permanência nas ruas quanto ao consumo de drogas, em alguns momentos algumas pistas foram dadas sobre a relação entre as experiências institucionais negativas e o processo de auto responsabilização. O descrédito aparece sobre algumas instituições pelas quais já solicitaram algum tipo de apoio como conselho tutelar, Centro POP e unidades de saúde, especialmente no aspecto em que se refere ao auxílio em situações limite. Não sem relação, estes serviços apareceram como espaços que não fazem mais parte de seus circuitos atualmente.

Sobre o diálogo acima, Artur continua, pedindo para que eu interrompesse a gravação, afirmando que o Conselho Tutelar é uma “falsidade” e que o Centro POP “não ajuda ninguém”. Apesar de receoso pelo lugar por mim ocupado no trabalho em conjunto com essas e outras instituições, ele consegue transmitir que esse descrédito se deve às experiências negativas vivenciadas junto a alguns profissionais.

Importante salientar que essas são as principais instituições em que o atendimento das demandas pode ser realizado diretamente, sem necessidade de encaminhamentos prévios por outras instituições, ou seja, instituições que são livremente acessadas pelos adolescentes em situação de rua e mesmo antes dessa condição, e que em momentos anteriores já fizeram parte do circuito desses jovens.

As perspectivas para o futuro apesar de passarem pela decisão pessoal, também estiveram atreladas ao apoio institucional disponível. A ruptura com alguns serviços não significa que outros serviços não possam ser incluídos na dinâmica de circulação e de busca por apoio para os mais diversos pedidos, inclusive os que envolvem o processo de análise e reorganização da vida. O CAPSi e o Consultório na Rua foram nomeados como os espaços com os quais se pode contar efetivamente, sendo o CAPSi o principal espaço em que se busca ajuda para elaborar planos e metas e executar ações práticas dentro desse processo .

“Entrevistadora: E qual é o papel do CAPSi nesse teu movimento de mudança e de achar que é responsável por isso?”

Paulo: Me ajudar, e o CAPSi vai me ajudar, porque eles ajudam ‘nois’ pra tudo. Qualquer coisinha eles ajudam ‘a nois’. Eu ‘tô’ com essa vontade de mudar, o CAPSi vai dar só uma mãozinha, vai dar um empurrãozinho. E preciso do CAPSi pra arrumar um telefone, pra ligar, eu preciso de recurso, eles são bom de fala pra conversar com a minha família. Porque eu sou revoltado da cabeça, não vou conseguir chegar assim direto e falar com minha família, porque eu sou muito nervoso e muito revoltado

com a minha família. Mas quem errou fui eu, quem saiu de casa fui eu. Mas eu tenho raiva, aí qualquer palavrinha mal lançada eu vou querer me estressar. Jogar tudo para o alto, mas se a tia ligar, vai, fala ...depois que voltar pra minha família vou ficar tranquilo, vou voltar pra a igreja. Papo reto, um dia vocês vão ouvir falar: “Paulinho... tranquilo trabalhando, ou na Marinha.” Ou vou ser da Marinha ou da Civil tia, um dos dois.

Entrevistadora: Você não quer, então, continuar na pista?

Paulo: Não, esses dias eu acordei todo molhado, ‘tava’ chovendo, tive que botar a namorada no canto da parede.”

A autocrítica a respeito dos seus modos de vida e do lugar ocupado na sociedade esteve presente durante as apresentações dos projetos de vida. O anseio pela ruptura da condição de ser da rua esteve presente e conectado às promessas feitas por pessoas que costumam fornecer algum tipo de ajuda e de apoio, que mantendo a lógica da responsabilização pessoal, acabam sendo chamadas de “oportunidades”.

“[...] eu penso desde a primeira vez que eu achei que tinha ganhado a oportunidade de sair da rua e essa oportunidade não foi verídica.” (ARTUR)

As perspectivas de uma vida fora das ruas e da concretização de metas traçadas se relacionam com um modelo de vida mais organizado e condizente com as expectativas sociais de casa, trabalho, família e também morais sobre obtenção de renda, responsabilidades familiares e planejamento para o futuro.

“Entrevistadora: E o que você planeja para o futuro?

Paulo: Melhoras, uma casa, uma vida, um trabalho honesto. Porque dinheiro sujo tu perde muito rápido. Você pode estar com 500 reais aqui hoje, mas trabalhando você sempre tem um dinheirinho guardado. Também tia, um dia eu vou ter filho. Quando eu morrer meu filho vai ter o que de herança? Tem que ter qualquer coisinha pra deixar para ele pra quando ele tiver crescido.”

Mesmo atribuindo a mudança de vida a si próprios, a crítica e avaliação das circunstâncias em que vivem são disparadores de reflexão e delineamento de estratégias de organização para traçar novas perspectivas e desejos para o futuro e, conseqüentemente ações efetivas para essa concretização. Os passos a serem tomados na efetivação desse processo

passam pela mediação institucional através de demandas endereçadas e atendidas pelas equipes.

Apesar da auto responsabilização indicar um possível processo subjetivo positivo de implicação e de reposicionamento, diante do contexto institucional em que tradicionalmente estão submetidos à uma lógica passiva intervencionista, especialmente em que se oferece tratamento e outras medidas de controle, como nos lembra Ramôa (2015). É preciso refletir sobre a maneira como os adolescentes se apropriam das suas histórias.

Ao passo que demandam suporte institucional e vínculo pessoal com as equipes, eles também envolvem situações limítrofes que requerem dentro dessa vinculação um posicionamento de garantia de cuidado. Algumas rupturas nesse relacionamento institucional são eventos importantes no processo de continuidade dos projetos de vida.

É perceptível tanto na fala dos jovens quanto na observação dessas relações que a fragilidade dos vínculos se torna um fator relevante, em que a ruptura de um vínculo institucional é capaz de romper com os laços pessoais e com as metas construídas em parceria. A frustração na execução dessas metas, num futuro próximo, passa a ser auto percebido como um tropeço desses meninos e meninas.

A circulação enquanto padrão urbano popular das camadas pobres da sociedade, em busca por melhores condições de vida, faz da inconstância e a itinerância parte deste processo em que “a rua enreda”. Viver no contexto das ruas implica movimento e incerteza e, conseqüentemente, a busca por um futuro melhor não pode estar limitada aos muros institucionais. (GREGORI, 2000, p. 219)

Escorel (1999), ao fazer referência aos processos migratórios da população em situação de rua enfatiza que, diferente do imigrante que se desloca em busca de um futuro melhor, este futuro se encontra muito distante e quase inatingível, numa espécie de “sonho impossível”, em que a busca pela satisfação das necessidades atuais e básicas se tornam a principal meta das trajetórias desta população.

Diferente desta população destacada na pesquisa da autora, estes adolescentes ainda são capazes de sonhar e agir em busca da efetivação de seus projetos. Têm o potencial daquilo que Gregori destaca como a “trama institucional da infância” que, apesar de perverso por tradicionalmente manterem os adolescentes no aspecto da vulnerabilidade à sorte de inúmeras abordagens e intervenções desconexas, pode, ao se articular em rede, fornecer subsídios para

que, somados à implicação de cada sujeito, redesenhar os traçados desta circulação, culminando na mudança da realidade de vida dos mesmos. (GREGORI, 2000, p.213)

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A circulação institucional dos adolescentes em situação de rua em Niterói representa a manutenção das trajetórias de vida desde longa data em que as condições de vulnerabilidade e violência produziram e ainda produzem demandas para as políticas públicas do Estado. A análise do fenômeno observado na cidade de Niterói é passível de tantas outras traduções e representações, quanto aquelas aqui demonstradas.

As conclusões aqui apresentadas demonstram apenas um aspecto dentre tantos outros referentes à complexidade da realidade social que envolve a discussão a respeito da população em situação de rua e do uso de drogas, e precisamente no caso de adolescentes, abarca tantos outros debates que se entrelaçam desde a construção social sobre a juventude, os conflitos, vulnerabilidades e potencialidades, até a circunscrição da questão do direito a partir da teorização e dos debates sobre o desenvolvimento humano.

Compreender os aspectos intrínsecos à circulação institucional dos adolescentes em situação de rua, sua significação, seu padrão e conhecer as dinâmicas entre a oferta dos serviços e o uso que os mesmos realizam, possibilitou perceber que as experiências institucionais fazem parte das suas trajetórias de vida. A relação institucional ao longo de suas vidas é capaz de perpetuar o histórico de vulnerabilidades ou de promover novas perspectivas de vida e de ruptura do padrão de violações de direitos vivenciados desde longa data.

A oferta de serviços que se implicam e se debruçam sobre os aspectos subjetivos das demandas trazidas ou produzidas para atender esta população podem alterar o ciclo de trajetórias em busca de algum lugar no mundo. Bem como aponta Escorel (1999), as relações institucionais estimulam a experiência da circulação. As abordagens ao longo dos anos realizadas pelos serviços dentro da rede de proteção e garantia de direitos em Niterói e nos territórios de origem dos adolescentes complexificaram sua condição de vulnerabilidades e conseqüentemente, permitiram o estreitamento das relações com as ruas e com o mundo das drogas.

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação de causa-efeito direta, e nem seria esta a intenção, coube neste trabalho perceber e atentar para a potencialidade e reponsabilidade dos serviços na efetivação da garantia dos direitos e da proteção de crianças e

adolescentes e no seu papel ativo na produção de realidades e trajetórias dos adolescentes que se encontram em situação de rua em Niterói.

A compreensão dessas trajetórias e o reconhecimento dos percursos institucionais enquanto estratégias instituídas pelo modo de vida nas ruas apontam a função da circulação pelas instituições para os adolescentes. Com experiência no campo com adolescentes em situação de rua, foi possível constatar esta circulação e a constituição de “lugares” e “não lugares” oriundos de uma espécie de saga, entre idas e vindas por diversos dispositivos institucionais, em algumas circunstâncias estabelecidas compulsoriamente através de intervenções institucionais mal sucedidas, em outras palavras, de efetivação de lugares subjetivamente constituídos.

A produção da diferença através da classificação enquanto segmento da população em situação de rua e do consumo de drogas por parte desses adolescentes, promove o estigma e, conseqüentemente, a exclusão, que já foram iniciados no âmbito familiar e comunitário. Reproduzidos pelo estigma, seja pela situação de rua, seja pelo consumo de drogas, se perpetuam a impossibilidade de fixação e a caracterização dos espaços percorridos como ‘não lugares’, como caracteriza Augé (2005).

Apesar do fenômeno da população em situação de rua poder ser explicado a partir da definição de pobreza e da exclusão social; no caso de crianças e adolescentes, não só a carência e desassistência são capazes de dar contornos a esta condição de experiências e vivências na rua. A tutela familiar, especialmente no molde nuclear, que delimita cuidado e proteção aos mesmos, também é condicionante de situações de vulnerabilidade, e, na medida em que ela falha, torna-se da alçada do Estado e da sociedade civil a resolubilidade das questões segundo o ECA.

A importância e o papel das estruturas familiares na conformação de vulnerabilidades, por sua vez, apesar de determinantes para o padrão de circulação ainda na infância, intensifica as trajetórias de idas e vindas com a produção de demandas protetivas para o Estado, incluindo também as instituições nos circuitos da circulação.

Com os primeiros processos de desvinculação social na esfera da vida cotidiana, agravados pelas situações de violência na casa, na escola e na comunidade, iniciam as trajetórias individuais entre idas e vindas por diferentes espaços, e diferentes territórios da cidade e das instituições.

Ainda na infância, as experiências de institucionalização criaram um modelo de mobilidade que se complexificam a partir das vivências nas ruas. As vivências nesta rede, bem como as vivências pelos espaços de relações primárias como a família e a escola apontam para os vínculos que se estabelecem, desfazem e refazem na medida em que essas meninas e meninos se movimentam. Entre as idas e vindas e a nas trajetórias institucionais não há uma fixação nos espaços, tão pouco relações permanentes.

A circulação dos adolescentes em situação de rua enquanto padrão de mobilidade tem a característica cíclica, em que é possível estar em inúmeros espaços, sem pertencer a nenhum deles. A rua torna-se um espaço de sobrevivência e um polo organizador da vida. Na circulação entre diferentes lugares é possível entender a importância dos espaços percorridos e habitados enquanto constitutivos das experiências dos indivíduos. São pelos vínculos, ainda que frágeis, ou até mesmo pela não vinculação, que a mobilidade acontece, criando fluxos e padronizações.

No caso dos adolescentes em situação de rua em Niterói, foi possível verificar que o padrão de circulação está associado à oferta de serviços e a vinculação com os mesmos. Ao longo das trajetórias de desvinculações primárias, as experiências institucionais possibilitaram fluxos entre idas e vindas nestes espaços. Deslocamentos e encaminhamentos para casa, para a casa de familiares ou de outros cuidadores, idas para as ruas e retornos às mesmas instituições pelas quais passaram quando as situações de vulnerabilidade primárias criaram um fluxo de entradas, saídas e retornos. Através deste padrão novos arranjos foram possíveis, incluindo os territórios apropriados na cidade em que estão disponíveis os recursos necessários à sua sobrevivência nas ruas.

A presença de instituições que possibilitaram o acolhimento, a escuta e o cuidado permitiram outras significações dos territórios. Alterando o modo de circular pela cidade, a partir da oferta de serviços que passam a ser incluídos na rotina de sobrevivência. O fato de algumas instituições se tornarem bases estratégicas, onde o cotidiano se desdobra ao seu redor, tornou-se possível o rompimento de um percurso esvaziado de sentido. Poder contar com os espaços, que passam a ser constituídos como “lugar”, produz significações e fluxos que extrapolam a circulação por ela mesma.

Neste estudo, a apropriação dos espaços institucionais enquanto lugares subjetivos se deu a partir da relação estabelecida pelos serviços descolada da ênfase das substâncias e da dependência. Ao conceber as vulnerabilidades sociais vivenciadas por esta população para além da sua relação estigmatizada, tanto pelo grupo social a que pertence quanto pelo uso de

substâncias, o sentido do trabalho aberto a receber as reais demandas dos adolescentes trouxe potência aos acessos institucionais.

Garantir o acesso e o cuidado desta população nos serviços disponíveis na rede é um desafio levando em conta a desconfiança não só em relação à eficiência dos mesmos como também em relação a como serão recebidos e acolhidos nos espaços institucionais, visto o histórico de percursos realizados e os percalços enfrentados ao longo de suas trajetórias de vida.

Deste modo, a circulação dos adolescentes em situação de rua pelas instituições ressignificadas passa por uma outra via, descolada da configuração demarcada pela impessoalidade, tecnicidade e des-identificação nos serviços, que potencialmente pode estabelecer nos espaços institucionais lugares subjetivos.

As experiências dos adolescentes, ao se vincular e desvincular dos espaços percorridos em suas trajetórias, ultrapassam os limites de sua utilização racional, produzindo novos sentidos e novas trajetórias. Neste âmbito, as trajetórias institucionais se constituíram mais do que vivências de viração. O uso ressignificado das instituições em que os serviços foram incluídos como pontos de acesso ao cuidado, à proteção e a inúmeras outras demandas impostas pelas ruas, puderam também se tornar bases de paradas, de pausas físicas e subjetivas. A apropriação dos serviços, como tem sido com o CAPSi, para os jovens que ali frequentam, possibilitou o surgimento e a potencialização das perspectivas para um futuro diferente, tornando alguns projetos exequíveis, os aproximando de situações reais de mudança de realidade.

Neste sentido, cabe não só a contextualização crítica quanto aos contextos macropolíticos e sociais que produzem ineficiência nos serviços de proteção e prevenção às vulnerabilidades no campo da infância, há que se refletir e intervir no campo micropolítico cotidiano e institucional sobre os modos de conceber verdades e padronizações sociais. Os discursos sociais e suas respectivas ações que se reproduzem nos espaços institucionais precisam ser considerados em seus papéis de protagonismo no modo como determinados grupos populacionais são recebidos e (des)acolhidos nos serviços.

O acesso a um serviço por si só não garante vinculação e apropriação, é necessária uma escuta sensível e desarraigada de pré-conceitos, muito firme na direção ética do cuidado. Quando a urgência evidenciada pela precariedade em que crianças e adolescentes se encontram nas cenas de uso de drogas convoca alguns serviços ,ao passo que, o próprio uso

de drogas e a essência das dinâmicas da população em situação de rua também se tornam critérios de exclusão para seu acesso a outros serviços, percebe-se que ainda há grande dificuldade em reconhecer o modo de vida desta população enquanto legítimo diante de tantos percursos e percalços experienciados ao longo de suas trajetórias de vida. É preciso reconhecer que a urgência desses meninos e meninas é mais ampla, é da ordem dos sujeitos, com suas histórias e necessidades, em busca de lugares de pertencimento, de sociabilidade e de protagonismo.

A oferta de serviços que se implicam e se debruçam sobre os aspectos subjetivos das demandas trazidas pelos adolescentes em situação de rua podem ser capazes de alterar o ciclo de trajetórias que têm nas ruas seu ponto de chegada e partida. Há uma potencialidade e responsabilidade dos serviços na efetivação da garantia dos direitos e um papel ativo na produção de realidades e trajetórias de vida, visto que a presença dos serviços e das pessoas implicadas eticamente no cuidado puderam ressignificar os territórios ocupados.

Da circulação pela circulação, que implica na eternização do status “menino de rua”, para um percurso com sentido e com propósito, as instituições que atenderam e atendem este público podem ser potencializadoras ou mantenedoras da condição da transitoriedade e do eterno movimento circular no contexto das ruas.

A rua como polo organizador da vida denuncia a saga expressa no trânsito por diferentes espaços, em que é possível estar em inúmeros lugares sem pertencer a nenhum deles; onde o papel do Estado, e da sociedade como um todo, negligencia a garantia de pertencimento, sociabilidade e vínculos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C et al.. *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde* In Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.56-69, jan-abr2004.

ADORNO, R. C. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. In: *Ver Etnográfica*, 15(3); 543- 567, out. 2011

ALMEIDA, M.M. et al. *O tratamento de adolescentes usuários de álcool e outras drogas: uma questão a ser debatida com os adolescentes?* Rev. Psiq. Clín 35, supl1; 76-81, 2008.

ALVES, V.S. *Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(11):2309-2319, nov, 2009.

ANDRADE, C.D. *Canção da Beira da praia.* In: *A rosa do povo.* Companhia das Letras. São Paulo. 1945.

ASSIS, S. G.[org] *Crianças, Adolescentes e Crack: desafios para o cuidado.* FIOCRUZ, 2015.

AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.* São Paulo. Papirus, 1994.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, H S. 2008 [1963]. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.* Rio de Janeiro: Zahar.

BECKER, H. S. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante e A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.* São Paulo: HUCITEC (2ª edição), 1994. (cap.2 e 4)

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral.* (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. *2º Censo da População em Situação de Rua e análise Qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população de rua.* Belo Horizonte:

MDS,

2006.

BRASIL. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. (2009). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Equipe Pop Rua 2012/2013 & Enativos (ORG) *Diretrizes, metodologias e dispositivos do cuidado no Pop Rua*, junho de 2014. Disponível em: http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/doc_tec_pop_ua2_0.pdf (último acesso em janeiro de 2018).

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília. 1988.

BRASIL. *Lei Federal nº 10.216*, de 06 de abril de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. *Lei Federal nº 8.069/90*, de 13 de junho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. *Lei Federal nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2010). *Diretrizes Nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. *A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outra Drogas*. Portal do Planalto. 2012

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Relatório brasileiro sobre drogas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas*; IME USP;

organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009.

CARNEIRO, H. *Portais de todo prazer*. Revista de História, Rio de Janeiro, Ed Sabin. p. 17 - 20, 05 nov. 2014.

CARVALHO, P.R. *Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: a experiência do município de Rio Bonito/RJ no atendimento a vítimas de violência*. Dissertação do Programa de pós-graduação em saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, 2012.

CONANDA. *Resolução n.º 113/2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização do SGD*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

CONANDA. *Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017.

DA SILVA, A.G, RODRIGUES, T.C.L.eGOMES,K.V. Adolescência, Vulnerabilidade e Uso Abusivo de Drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. *Psicologia Política*. vol. 15. n.º 33. pp. 335-354. maio – ago. 2015 339

DESLANDES, S. F. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Vozes, Petrópolis,/RJ. 28 ed, 2009.

FONSECA, C. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Universidade Federal de Río Grande Del Sur, XXI Reunión Anual DdaANPEd, Caxambú, Setiembre de 1998, (10), 58–78.

FONSECA, F.F. *As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção*. Rev. Paul. Pediatr. 2013; 31(2):258-64.

GARCIA et al. *Uso de crack entre jovens: Histórias para reconstruir os percursos de cuidado e cidadania*. Revista Desidades. n 5 . ano 2 . p. 17-24, dez 2014.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Guanabara-Koogan, 1989.

GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1988, p.11-50.

GREGORI, M. F. *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo. Companhia

das Letras, 2000.

GUARESCHI, N. *Infâncias, adolescências e famílias: práticas PSI, sociedade contemporânea e produção de subjetividade.* In JACÓ-VILELA, AM., e SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 254-268.

GUATTARI, Félix. *Restauração da Cidade Subjetiva* In *Caosmose: Um novo paradigma estético.* São Paulo: Editora 34, 1992. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão

JOVCHELOVICH, S. e BAUER MW. *Entrevista Narrativa.* In: BAUER, M.W, GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LESCHER, A.D., et al. *Cartografia de uma Rede: Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo.* Projeto Quixote , São Paulo 1998.

LOPES, L. E.(org) *Caderno de atividades: tutor.* In *Curso Atenção Integral à Saúde de Pessoas Em Situação de Rua com ênfase nas equipes de Consultório Na Rua.-* Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

MARQUES, A.C. e CRUZ, M. *O Adolescente e o Uso de Drogas.* *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2000; 22 (supl II); 32:6

MARTINS, H. H. T. S. *Metodologia qualitativa de pesquisa.* in *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MINAYO, M.C.S. e SANCHES,O. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* in *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 12ª Edição, São Paulo, Hucitec, 2010.

MONTEIRO, C.F.S. *Adolescentes e o uso de drogas ilícitas: Um estudo Transversal.* *Rev. Enferm. UERJ*, 20(3): p.344-348, Rio de Janeiro, jul/set, 2012.

MOURA JR, J.F., XIMENES, V. Me SARRIERA, J.C. *Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil.* *Revista de Psicologia* 2013, 22(2), p.18-28.

MURARO, H. M. S. (Org.). *Protocolada Rede de Proteção à Criança e Adolescente em situação de risco para violência*. 3a ed. Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba; 2008.

MUYLAERT, C. J et al. *Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa*. In Ver EscEnferm USO. 48(Esp.2):193-199, 2014.

NICODEMOS, J. C. *Crianças e adolescentes e o uso abusivo de drogas: a clínica na intersectorialidade*. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

PAGOT, A. M. *O louco, a rua e a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2012

PAGOT, A. M. *O louco, a rua e a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2012

PIRES, F. *Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças*. Rev. Cadernos de campo, São Paulo, n. 17, p. 133-151, 2008.

RAUP, L. e ADORNO, R. C. F. *Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades*. In. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2011 (4): 52-67

RIZZINI, I. (Coord.). *Vida nas ruas, crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC, 2003.

ROCHA, R. M.; ZANCAN, L. TAVARES, M. F. L.; CARVALHO, A. I. Territórios da promoção da saúde e do desenvolvimento local.:325-345 In: *Qualificação de gestores do SUS/org*. GONDIM, R; GRABOIS, V.; MENDES, W- 2.ed. ver. Ampl.- Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENS, 2011.

RODRIGUES, T. *Quem é o inimigo?*. Revista de História, Rio de Janeiro, Ed Sabin. p. 38 - 41, 05 nov. 2014.

SÁ, T. *Lugares e não lugares em Marc Augé*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, p.209-229, novembro, 2014.

SANTOS, L.M.D.B.(org) *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas* Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. 192 p.

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização :do pensamento único à consciência universal*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002

SANTOS, Milton. *Metamorfoses Do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico Da Geografia*. Hucitec. São Paulo 1988.

SCHENKER, M e MINAYO, M.C.S. *Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência*. rev. Ciência e Saúde Coletiva, 10(03):707-717, 2005

SCHENKER, M. e CAVALCANTE, F.G. Vulnerabilidade, Família, Abuso, Dependência de Drogas e Violência. Em SILVA. E.A., MOURA, Y, e ZUGMAN, D.K. (Orgs.), *Vulnerabilidades, Resiliência e Redes: Uso, abuso e dependência de drogas*. São Paulo: Red Publicações, 2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Pesquisa Censitária Nacional Sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Brasília: SDH, 2011.

VARANDA W. e ADORNO, R. C. F. *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas dessaúde* In Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.56-69, jan-abr2004.

VARANDA W. et al. *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas públicas de saúde*. Saúde Soc. 2004;13(1): p.56-67.

VELHO, G. (org) *Desvio e divergência, uma crítica da patologia social*. RJ, Zahar, 2003.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E.O. (Org.). *A aventura sociológica. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, E. S. *Estudo compreensivo sobre adolescentes usuários de crack, seus familiares e atuação dos serviços de atenção. O caso da Equipe de Referência Infanto-Juvenil para Ações de Atenção ao Uso de Álcool e outras Drogas em Niterói- RJ*. Dissertação do Programa de pós-graduação em saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, 2013.

ZANIANI, J. M. e LUZIO,C.A.A intersetorialidade nas publicações acerca do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 56-77, abr. 2014.